



1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Denominação do Curso: DIREITO

1.2. Código E-mec: 1455070

1.3. Habilitação:

1.4. Grau Acadêmico Conferido: Bacharelado

1.5. Modalidade de Ensino: Presencial

1.6. Regime de Matrícula: Semestral

1.7. Tempo de Duração (em semestres):

a) Proposto para Integralização Curricular: 10 Semestres

b) Mínimo CNE: 10 Semestres

c) Máximo UFMS: 15 Semestres

1.8. Carga Horária Mínima (em horas):

a) Mínima CNE: 3700 Horas

b) Mínima UFMS: 3744 Horas

1.9. Número de Vagas Ofertadas por Ingresso: 50 vagas

1.10. Número de Entradas: 1

1.11. Turno de Funcionamento: Noturno, Sábado pela manhã e Sábado à tarde

1.12. Local de Funcionamento:

1.12.1. Unidade de Administração Setorial de Lotação: CÂMPUS DE COXIM

1.12.2. Endereço da Unidade de Administração Setorial de Lotação do Curso:
Avenida Marcio Lima Nantes s/n Estrada do Pantanal Coxim/MS

1.13. Forma de ingresso: As Formas de Ingresso nos Cursos de Graduação da UFMS são regidas pela Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021; Capítulo VI, Art. 18: O ingresso nos cursos de graduação da UFMS ocorre por meio de: I - Sistema de Seleção Unificada (Sisu); II - Vestibular; III - Programa de Avaliação Seriada Seletiva (Passe); IV - seleção para Vagas Remanescentes; V - portadores de visto de refugiado, visto humanitário ou visto de reunião familiar; VI - reingresso; VII - portadores de diploma de Curso de Graduação; VIII - transferência externa; IX - movimentação interna de estudantes regulares da UFMS; X - permuta interna entre estudantes regulares da UFMS; e XI - convênios ou outros instrumentos jurídicos de mesma natureza, firmados com outros países e/ou órgãos do Governo Federal; XII - matrícula cortesia; XIII - transferência compulsória; XIV - mobilidade acadêmica; e XV - complementação de estudos no processo de revalidação de diploma. Ainda, poderão ser estabelecidos outros critérios e procedimentos para ingresso nos Cursos de Graduação por meio de Programas Especiais ou outros atos normativos.



2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais—Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto Federal nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Decreto Federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Portaria nº 3.284, Ministério da Educação (MEC), de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
- Resolução nº 1, Conselho Nacional da Educação (CNE) / Conselho Pleno (CP), de 17 de junho de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução nº 2, CNE/ Câmara de Educação superior (CES), de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;



- Resolução nº 3, CNE/CP, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
- Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução nº 2, CNE/CP, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução nº 7, CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação —PNE 2014-2024— e dá outras providências;
- Resolução nº 1, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências;
- Resolução nº 5, CNE/CES, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências;
- Resolução nº 2, CNE/CES, de 19 de abril de 2021 - Altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito;
- Resolução nº 93, Conselho Universitário (Coun), de 28 de maio de 2021, que aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 137-Coun, de 29 de outubro de 2021, que aprova o Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 106, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da UFMS;
- Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Regras de Transição para Alterações Curriculares originadas de alterações na normatização interna da UFMS ou atendimento a normativa legal;
- Resolução nº 16, Conselho de Graduação (Cograd), de 16 de janeiro de 2018, que altera o art. 4º da Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016;
- Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021 que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 537, Cograd, de 18 de outubro de 2019, que aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), dos cursos de graduação da UFMS;
- Resolução nº 594, Cograd, de 22 de junho de 2022, que aprova o Regulamento das Atividades Orientadas de Ensino dos Cursos de Graduação da UFMS;
- Resolução nº 595, Cograd, de 22 de junho de 2022, que aprova o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso dos Cursos de Graduação da UFMS;
- Resolução nº 706, Cograd, de 8 de dezembro de 2022, que aprova o Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMS;
- Resolução nº 732, Cograd, de 6 de janeiro de 2023, que estabelece as normas das Ações de Ensino da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 830, Cograd, de 1º de março de 2023, que aprova o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 1.052, Cograd, de 15 de março de 2024, que altera o Regulamento de Estágio, Componente Curricular Disciplinar e



Componente não Disciplinar dos Cursos de Graduação da UFMS, aprovado pela Resolução nº 706, de 8 de dezembro de 2022;

- Resolução nº 1.053, Cograd, de 15 de março de 2024, que altera o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFMS, aprovado pela Resolução nº 430, de 16 de dezembro de 2021.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. HISTÓRICO DA UFMS

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) tem origem com a criação das Faculdades de Farmácia e Odontologia, em 1962, na cidade de Campo Grande, embrião do Ensino Superior público no sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses Cursos foram absorvidos pelo Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o primeiro Curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado de Mato Grosso criou o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Três Lagoas, ampliando assim a rede pública estadual de Ensino Superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05 de julho de 1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O Câmpus de Dourados (CPDO) foi transformado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a sua instalação realizada em 1º de janeiro de 2006, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005.

Atualmente, além da sede na Cidade Universitária em Campo Grande, onde funcionam a Escola de Administração e Negócios (Esan), a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc), a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (Facfan), a Faculdade de Ciências Humanas (Fach), a Faculdade de Computação (Facom), a Faculdade de Educação (Faed), a Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (Faeng), a Faculdade de Medicina (Famed), a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), a Faculdade de Odontologia (Faodo), a Faculdade de Direito (Fadir), o Instituto de Biociências (Inbio), o Instituto de Física (Infi), o Instituto Integrado de Saúde (Inisa), o Instituto de Matemática (Inma) e o Instituto de Química (Inqui), a UFMS mantém nove câmpus nas cidades de Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, descentralizando o ensino para atender aos principais polos de desenvolvimento do Estado.

Em sua trajetória histórica, a UFMS busca consolidar seu compromisso social com a comunidade sul-mato-grossense, gerando conhecimentos voltados à necessidade regional, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sempre evidenciou a necessidade de expandir a formação profissional no contexto social-demográfico e político sul-mato-grossense. Em consonância com essas demandas, a UFMS possui cursos de Graduação e Pós-Graduação, presenciais e a distância. Os cursos de Pós-Graduação englobam especializações e programas de Mestrado e Doutorado.



3.2. HISTÓRICO DA UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL DE LOTAÇÃO DO CURSO (PRESENCIAIS) OU DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFMS (CURSOS A DISTÂNCIA)

A inauguração do Câmpus de Coxim da UFMS ocorreu no dia 06 de agosto de 2001 em virtude de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, celebrada através do convênio número 072/2001. Os dois primeiros cursos implantados no Câmpus foram o de Licenciatura em História e o de Licenciatura em Letras Português/Espanhol, ofertando 40 (quarenta) vagas cada, cujas aulas tiveram seu início no dia 15 de agosto de 2001. Em 2014, houve a suspensão da oferta do Curso de Letras Português/ Espanhol- Licenciatura e também ocorreu a criação e implantação do Curso de Letras Português – Licenciatura, com oferta de 50 vagas. O Bacharelado em Sistemas de Informação foi implantado em agosto de 2002, oferecendo 40 (quarenta) vagas, e o Laboratório de Informática foi inaugurado no dia 07 de março de 2003. O Bacharelado em Enfermagem foi implantado no dia 02 de agosto de 2010, ofertando 50 (cinquenta) vagas, e o Laboratório de Práticas de Saúde foi inaugurado em 10 de dezembro de 2014. Quanto às instalações, à época da criação, o Câmpus de Coxim não possuía sede própria, funcionando no prédio da Escola Estadual Silvio Ferreira, no centro da cidade. Em 2003, o Câmpus de Coxim instalou-se na Escola Municipal William Tavares, no distrito coxinense de Silviolândia, permanecendo nessa localidade até junho de 2007. No dia 2 de agosto de 2007, o Câmpus inaugurou sua sede, situada na Avenida Márcio de Lima Nantes S/N, Vila da Barra, Estrada do Pantanal. O Câmpus de Coxim tem capacidade para 850 acadêmicos, ofertando, atualmente 140 vagas por ano via Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e via Vestibular UFMS (50 vagas para Sistemas de Informação; 50 vagas para Letras Português e 40 vagas para Enfermagem). Atualmente, conta com 38 docentes, dos quais 18 doutores, todos em regime de dedicação exclusiva. São 20 técnicos, dos quais 6 (seis) assistentes administrativos, 7 com habilidades específicas para atuar no Laboratório de Práticas de Saúde, dois Técnicos em Assuntos Estudantis, uma Psicóloga, um Técnico de Tecnologia da Informação, um Bibliotecário, uma Intérprete de Libras e um Auxiliar Administrativo. Ressalta-se que o Câmpus de Coxim cumpre, desde a sua implantação, uma função de relevância na educação de nível superior no norte do Estado atendendo, majoritariamente, acadêmicos oriundos de Coxim e dos municípios vizinhos, como Alcínópolis, Pedro Gomes, Rio Verde e Sonora.

3.3. HISTÓRICO DO CURSO

Em 28 de agosto de 2015, foi externada em Audiência Pública realizada pela Câmara Municipal de Coxim, o interesse da população coxinense na implantação do Curso de Direito no Câmpus da UFMS da cidade. Sob a pauta “Transformando Coxim em um polo universitário”, a audiência teve a ampla participação da sociedade civil, membros da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Coxim, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradoria Estadual e Municipal, Prefeitura Municipal de Coxim, Legislativo Estadual. Como resultado da audiência, restou considerado que a implantação do Curso de Direito teria o papel fundamental de contribuir de forma significativa para a região norte do estado de Mato Grosso do Sul, localidade ampla, abrangente e carente de formação na área.

O Conselho de Câmpus de Coxim manifestou-se favoravelmente à Implantação do Curso de Direito por meio da Resolução nº 135, de 26 de setembro de 2018. Posteriormente, o Conselho de Graduação (Cograd) e o Conselho Universitário (Coun), por intermédio da Resolução nº 506, de 4 de outubro de 2018 e da Resolução nº 122, de 10 de outubro de 2018, respectivamente, também se manifestaram favoráveis à implantação do mesmo.

Concebido para ser uma graduação de excelência, o Curso de Direito do Campus de Coxim (CPCX) foi autorizado no dia 5 de junho de 2020 pelo Ministério da Educação (Portaria SERES/MEC nº 161, de 05 de junho de 2020, D.O.U. n. 108,



de 08 de junho de 2020) e passou a oferecer vagas desde os processos seletivos de 2021 realizados pela UFMS.

O Curso de Direito do Câmpus Coxim da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul iniciou os trabalhos no dia 15 de março de 2021 com a primeira turma de ingressantes que foram selecionados por meio dos processos seletivos institucionalmente estabelecidos. Por ocasião do processo de seleção de 2021, vislumbrou-se uma grande concorrência considerando o número de candidatos por vaga, sendo a maioria dos ingressantes residente na Região Norte do Estado do Mato Grosso do Sul (oriundos principalmente dos municípios de Coxim, Alcínópolis, Rio Verde, Pedro Gomes e Sonora). Comprovou-se que a realização do projeto de democratização e regionalização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade foi bem sucedida para a região, evidenciando a demanda local por profissionais qualificados nas carreiras jurídicas.

No primeiro ano do curso (2021), em razão do estado de emergência sanitária, as aulas foram realizadas por meio de metodologias de EaD, em conformidade com todos os critérios de biossegurança estabelecidos institucionalmente. Para tanto, o corpo docente foi devidamente capacitado na utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e de metodologias de ensino à distância.

Cessado o estado de emergência sanitária, as aulas presenciais retornaram à normalidade no ano de 2022, ocorrendo a entrada de mais uma turma de discentes em razão dos processos seletivos estabelecidos institucionalmente. Desde então, vem sendo constatada a alta demanda por um ensino jurídico público, gratuito e de qualidade, visto a grande quantidade de candidatos por vaga observados nos programas de seleção. Ademais, todas as vagas ofertadas vêm sendo integralmente preenchidas nos processos de seleção realizados anualmente desde o início do Curso.

4. NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

4.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul foi constituído a partir do desmembramento do Estado de Mato Grosso. Sua instalação, em 1979, decorreu da estratégia política de interiorizar o desenvolvimento nacional, reduzir os vazios demográficos e apoiar e potencializar novas fronteiras de produção agropecuária e agroindustrial (MS, 2015).

O estado se divide em quatro mesorregiões: Pantanal de Mato Grosso do Sul, Leste de Mato Grosso do Sul, Sudoeste de Mato Grosso do Sul e Centro-Norte de Mato Grosso do Sul. Esta última mesorregião, onde se localiza o Curso de Direito do Câmpus de Coxim, é composta por 16 (dezesesseis) municípios: Campo Grande, Sidrolândia, Terenos, Jaraguari, Rochedo, Corguinho, Bandeirantes, Rio Negro, São Gabriel do Oeste, Camapuã, Rio Verde de Mato Grosso, Figueirão, **Coxim**, Alcínópolis, Pedro Gomes e Sonora, subdivididos em duas microrregiões, sendo a Microrregião do Alto Taquari mais ao norte, e com destaque para Coxim, e a Microrregião de Campo Grande. Cada microrregião abriga oito municípios (SILVA, 2017).

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), no ano de 2022 o número total de habitantes da mesorregião Centro-Norte de Mato Grosso do Sul era de 1.117.436 e da microrregião do Alto Taquari era de 124.664 habitantes. Em relação à cor ou raça a população residente na microrregião do Alto Taquari era composta por 54.887 brancos, 8.103 pretos, 872 amarelos, 60.497 pardos e 305 indígenas. Na Sinopse Estatística da Educação Básica de 2017 a cidade contabilizava 1778 matrículas na Educação Infantil, 4.804 matrículas no Ensino Fundamental e 1.067 matrículas no Ensino Médio. Quanto à



escolaridade, 94,6% da população, com dez anos ou mais de idade, são alfabetizadas em Mato Grosso do Sul (IBGE, 2022). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2021 do estado de Mato Grosso do Sul é de 0,742.

O município de Coxim, em 2022, apresentava uma população de 32.151 habitantes. Está distante 253 quilômetros de Campo Grande, consistindo-se em importante centro regional seja na área de saúde, educação, comércio e segurança (SILVA, 2017). A Densidade Demográfica do município é de cinco hab./km², o Produto Interno Bruto (PIB) Per capita: R\$ 15.488,38, sendo que 4,12% da população vivem em extrema pobreza (BRASIL, s.d.).

Há a seguinte distribuição dos domicílios segundo renda per capita para Coxim/MS: 2%, sem rendimento; 1%, até 1/8 de salário mínimo (SM); 4%, mais de 1/8 a 1/4 de SM; 18%, mais de 1/4 a 1/2 de SM; 34%, mais de 1/2 a 1 SM; 24%, mais de 1 a 2 SM; 7%, mais de 2 a 3 SM; 6%, mais de 3 a 5 SM; 3%, mais de 5 a 10 SM; e 1%, mais de 10 SM. (Fontes: IBGE in NIT (Censo de 2010). DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR RENDIMENTO PER CAPITA – 2010. Município de Coxim/MS.)

Em relação aos aspectos econômicos, ressalta-se que, no território do município de Coxim, 3,2% da área era dedicada, em 2006, à agricultura, dedicada principalmente às culturas temporárias e 70,8% da área era de pastagens, que abrigaram 492.350 cabeças de bovinos em 2013. A cultura temporária no município de Coxim se concentrou, em 2013, nos cultivos de soja e milho, que ocuparam, juntos, 99% da área de culturas temporárias. As culturas permanentes limitaram-se a 75 hectares de cultivo de banana, 6 hectares de coco-da-baía e 3 hectares de laranja. Dentre os produtos de origem animal, em 2013 destacou-se a produção de 4,4 milhões de litros de leite e 12,5 toneladas de mel de abelha (IBGE). Em 2012, o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Coxim atingiu R\$ 531.500.000,00. O município encontra-se na 19ª posição no *ranking* do Estado.

Atualmente, a principal fonte do PIB de Coxim vem do setor de Comércio e Serviços, correspondendo a 59%; o segmento industrial representa 14% do valor bruto adicionado na economia e a agropecuária 15% do PIB. O setor que mais gera valor no município é o de Comércio e Serviços, que vem aumentando a sua participação principalmente nos últimos anos. O setor agropecuário apresentou expressiva participação no valor da produção de 2012, contribuindo com cerca de 15% do PIB municipal, enquanto em nível estadual chega a apenas 12%. Os dados censitários mais recentes apontam que a População Economicamente Ativa do município de Coxim era de 16.638 pessoas, correspondente a 60% da população, sendo que a média do Estado de MS é de 61%.

4.2. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

A economia do Estado de Mato Grosso do Sul é baseada no agronegócio, com alguns polos de extrativismo mineral (como em Corumbá) e siderúrgico e de produção de celulose (como em Três Lagoas). Com baixa industrialização, seus principais produtos de exportação são grãos (principalmente soja e milho), álcool e gado de corte (carne e couro).

O Estado possui sua população concentrada principalmente nas cidades de Campo Grande (32,3% da população), Dourados (8,25%), Três Lagoas (4,3%) e Corumbá (4,1%). A proporção da população residente não natural no estado é de 30%.

O ecossistema de Mato Grosso do Sul é dividido em duas grandes regiões: o cerrado e o Pantanal (este localizado no Noroeste do Estado). O ecossistema pantaneiro tem como principal atividade econômica a criação de gado de corte e o turismo, enquanto o ecossistema do cerrado se encontra bastante destruído pela implantação das culturas de soja, milho, cana (para produção de álcool) e eucalipto (usado para produção de madeira e celulose), além da criação de gado (aproximadamente 21 milhões de cabeças em todo o Estado).

Acredita-se que o Curso de Direito será um instrumento de ampliação de conhecimentos e saberes do campo jurídico, capacitando a população que vive na região e conscientizando a respeito da importância de se desenvolver



economicamente em consonância com os aspectos legais de preservação dos direitos do homem e da natureza.

4.3. ANÁLISE DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO

Em toda região Norte não há oferta de Curso de Direito, por isso os estudantes dessa região que querem cursar o Curso de Direitos se deslocam para a capital ou outras regiões em busca dessa formação. A instalação do Curso de Direito na cidade de Coxim beneficia também às demais cidades da região Norte do Estado do Mato Grosso do Sul, cabendo citar os municípios de Sonora, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, Alcinópolis, São Gabriel do Oeste, Figueirão, Camapuã, Bandeirantes e Costa Rica, que, somados a Coxim, superam a quantia de 150.000 habitantes.

Segundo dados da Coordenadoria Regional de Educação (CRE), em 2018 havia 3.868 estudantes matriculados no Ensino Médio nessas localidades, sabendo-se que o número de pessoas que já concluíram esse nível escolar e também poderão pleitear uma vaga em cursos superiores é ainda maior, o que alicerça a importância de se ampliar o número de cursos oferecidos pela UFMS, especificamente o Curso de Direito, atendendo anseio da sociedade, demonstrado em Audiência Pública e Pesquisa de opinião, conforme demonstrado anteriormente. Além do que, os métodos e critérios de oferecimento de vagas no ensino superior extrapolam os limites do regional, expandindo-se para todo o território nacional, o que permite a matrícula e permanência de acadêmicos de outros estados brasileiros, a exemplo do que já ocorre em outros cursos do Câmpus de Coxim

O histórico de contribuição da UFMS/Coxim por quase 18 anos e a credibilidade no bom trabalho realizado faz com que a população anseie por um novo curso, no caso e especificamente, o Curso de Direito, que assegura ao acadêmico sólida formação geral, humanística e axiológica, com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliados a uma postura reflexiva e de visão indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

A região atendida pelo câmpus da UFMS de Coxim conta com aproximadamente 150.000 habitantes e há grande demanda para a prestação jurisdicional por meio de operadores do Direito como advogados, juízes, promotores, delegados, defensores, procuradores públicos, servidores públicos que atuam no Judiciário, entre outras, possuindo 1 Vara da Justiça Federal, 3 Varas da Justiça Estadual (Forum), 1 Vara do Trabalho (Justiça do Trabalho), 3 órgãos do Ministério Público Estadual, 1 órgão do Ministério Público Federal, 2 Defensores Públicos, Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Geral do Município, Delegacia Regional de Polícia com 4 Delegados de Polícia, Batalhão da Polícia Militar, Pelotão da Polícia Ambiental, Batalhão do Exército Brasileiro, Grupamento de Bombeiros, dentre outros órgãos que demandam atividade jurídica, bem como se apresentam como campos possíveis de estágio.

Para além das questões de mercado e formação de profissionais também se constata que a UFMS pode ampliar sua contribuição de formação cidadã e na disseminação de conhecimentos relativos ao direito, aos direitos e deveres individuais e coletivos, públicos e privados, promovendo o respeito às leis e à ordem social, constituintes de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e inserida no contexto global de fomento das diretrizes norteadoras da vida em sociedade e entre as sociedades. Não apenas os efetivos acadêmicos do Curso podem ter essa educação para a promoção do direito, mas também outras esferas da comunidade em geral podem ser beneficiadas, pois as atividades de ensino, pesquisa e extensão levam a outros públicos a oportunidade de formação e conhecimento contextualizados e atualizados e eleva no nível crítico e educacional da população.

Se é certo que propostas educacionais de atuação não são transformadas em realidade de forma imediata, a busca por parcerias se expende à esfera da política pública do município e do Estado de Mato Grosso do Sul. Como



representante da UFMS, a Direção do Câmpus de Coxim se reuniu diversas vezes com o legislativo e executivo locais com a intenção de construir parcerias e consolidar as já existentes. Desse modo, com um trabalho coletivo e organizado, pautado em reflexões críticas das políticas e práticas educacionais como as descritas acima, juntamente com análises contextuais do quadro em que se vive e no qual se atuará, constata-se a necessidade e a viabilidade que justificou a implantação do Curso de Direito na UFMS, Câmpus de Coxim e que agora justificam a consolidação do Curso como uma referência regional para garantir a formação técnica e cidadã de profissionais nas mais diversas carreiras jurídicas de forma a atender a demanda local, regional, estadual e nacional.

Tais observações são ainda confirmadas pela grande procura de vagas nos processos seletivos anteriores, pelo grau consideravelmente baixo de evasão e pela elevada percepção de qualidade do Curso verificada nos processo de avaliação institucional. Todos estes fatores retromencionados atestam a grande importância da oferta de um curso que garanta à região a oportunidade de um ensino jurídico público, gratuito e de qualidade.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

5.1. DIMENSÕES FORMATIVAS

O Curso é baseado na concepção de que o conhecimento deve ser construído pelo sujeito ao longo do processo formativo. Assim, busca-se oferecer uma sólida formação, por meio da transmissão e apropriação de conhecimento que possibilitem a apreensão e compreensão da realidade bem como a intervenção crítica nessa realidade, envolvendo conceitos e princípios, assim como valores e atitudes. O Curso tem como princípios gerais: a troca de informações e experiências entre docentes e acadêmicos de modo a construir um sistema mais abrangente de ensino-aprendizagem; a problematização como ponto de partida para a construção do conhecimento; e atividades curriculares que privilegiem a visão interdisciplinar do conhecimento. Ainda, as principais dimensões formativas que permeiam o processo formativo no Curso de Direito CPCX são: técnica, política, desenvolvimento pessoal, cultural, ética e social.

5.1.1. TÉCNICA

A dimensão técnica contempla as competências do saber profissional. As componentes curriculares presentes na Estrutura Curricular e as ações do Curso estão articuladas de forma que sejam desenvolvidas as seguintes competências e habilidades:

- interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de



solução de conflitos;

- compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
- aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e
- apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

5.1.2. POLÍTICA

A dimensão política tem por objetivo discutir e compreender as relações de poder, de natureza ideológica, que regulam o ambiente social e o ambiente de trabalho. Diz respeito à compreensão dos processos de exploração, dominação e subordinação que se estabelecem no convívio social, na ética e as diferentes formas de manipulação para a consecução dos objetivos de classe e da sociedade como um todo. O Curso tratará destas questões de modo transversal, sem, contudo, deixar de ter momentos nos quais se faça a sistematização destes campos conceituais.

5.1.3. DESENVOLVIMENTO PESSOAL

É papel da Universidade propiciar aos acadêmicos uma formação que seja além da simples preparação técnica, possibilitando desenvolver centros de interesse além daqueles diretamente ligados à carreira profissional.

O desenvolvimento pessoal leva em consideração que fora do ambiente de trabalho, o acadêmico se desenvolve como ser humano, permitindo-lhe a vivência de experiências que contribuam para a realização da própria atividade laboral. Algumas das atividades que o Curso desenvolverá são:

- Seminários sobre temáticas gerais ligadas à sociedade sul-mato-grossense e brasileira, tais como: conjuntura política, conjuntura social, artes, literatura e ciências;
- Oficinas com docentes da UFMS e com profissionais de diferentes campos profissionais sobre temáticas específicas, tais como: produção de artesanato, jardinagem, carpintaria e marcenaria, construção civil, produção textual, artes plásticas, dança, cuidados corporais, etc.;
- Atividades de Extensão que envolvam o desenvolvimento de ações ligadas às habilidades e centros de interesse dos estudantes;
- Contabilização de carga horária em Atividades Complementares de atividades que atendam aos centros de interesse dos estudantes.

5.1.4. CULTURAL

Considerando que a cultura é um agente essencial para a identificação pessoal, social e comportamental do ser humano, o Projeto Pedagógico do Curso contempla atividades culturais que favorecem a exploração e expansão das potencialidades dos estudantes, oferecendo oportunidades aos estudantes de terem contato com outros aspectos da cultura que não sejam aqueles já explorados no âmbito do Curso. Nesta dimensão, o Curso pretende desenvolver e estimular as



seguintes atividades, conforme os interesses dos estudantes:

- apresentações musicais;
- apresentações literárias;
- cinema, apresentação e discussão de filmes;
- grupos de debates sobre temas diferenciados e de interesse dos estudante;
- cafés filosóficos.

5.1.5. ÉTICA

A dimensão ética aborda em todos os níveis o respeito à ética e ao desenvolvimento de ações eticamente justificadas. É preciso ter atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo e se percebendo como agente social que intervém na realidade além de posicionar-se criticamente e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade.

Esta dimensão visa despertar no estudante a conscientização da importância de ser um cidadão na sociedade, cabendo a cada um cuidar e preservar direitos preciosos como a liberdade, biodiversidade, natureza e a vida humana; além de vislumbrar a importância e as consequências das atitudes éticas no âmbito individual e coletivo, considerando-se o processo de globalização presente na sociedade.

Busca-se ainda, nesta dimensão, estudar os fundamentos da ética, da moral e dos valores, bem como suas aplicações práticas, oferecendo ferramentas para um exercício profissional social e moralmente responsável. Isto levará o egresso a ter condições de assumir o papel de agente transformador do mundo do trabalho na sociedade em que está inserido, sendo capaz de provocar mudanças, agindo com ética, seriedade e responsabilidade, desenvolvendo o senso crítico para analisar assuntos relacionados à sociedade e à sua profissão.

Durante todo o Curso, os docentes exigem dos acadêmicos o cumprimento de prazos de entrega de trabalhos, a correta citação de referências bibliográficas usadas em pesquisas, o respeito na interação estudante/professor dentro e fora da sala de aula, além da realização de atividades e avaliações sem fraudes acadêmicas tais como o plágio e a cópia ilegal de respostas.

A UFMS dispõe do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul foi criado no âmbito desta Instituição pela Instrução de Serviço nº 005, de 18 de fevereiro 1997, estando credenciado para exercer suas finalidades junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Ministério da Saúde desde o dia 18 de março de 1997. Conforme Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/Conep, que, ao analisar e decidir, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes. Os CEPs são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

O CEP é um órgão consultivo, educativo e fiscalizador. Os trâmites e processos dentro do Comitê de Ética seguem as normas estabelecidas nas resoluções e regulamentos próprios do comitê

A Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua) foi instituída no âmbito da UFMS pela Portaria nº 836, de 6 de dezembro de 1999, segundo seu regimento interno (Resolução nº 121, Coun/UFMS, de 31 de agosto de 2021) o Ceua tem como objetivo cumprir e fazer cumprir, nos limites das suas atribuições, o disposto



na lei, aplicável à criação e/ou utilização de animais para ensino, pesquisa, extensão e inovação, especialmente as resoluções do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea) ou qualquer outro órgão, legalmente constituído, que venha exercer essa função. Ainda, o Ceua tem por finalidade, analisar, fiscalizar, emitir parecer e expedir Certificados à luz dos princípios éticos e da legislação vigente, sobre o uso de animais em ensino, pesquisa, extensão e inovação no âmbito da UFMS.

A sua composição é multidisciplinar, encontrando-se vinculada administrativamente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propp) da UFMS. Fica também determinado que toda e qualquer proposta de atividade científica, tecnológica, educacional ou de inovação que envolva a utilização de animais vivos, essencialmente de grupos vertebrados, sob a responsabilidade da Instituição, tenham seus protocolos previamente submetidos à Comissão para avaliação.

5.1.6. SOCIAL

O desenvolvimento de competências na dimensão social nos acadêmicos do Curso é de extrema importância para o convívio em uma sociedade democrática, bem como para o desenvolvimento das atividades profissionais, as quais, em sua grande maioria, se desenvolvem em equipes e em ambientes multidisciplinares.

Dado o exposto, o Curso busca em todas as disciplinas e atividades desenvolvidas, de forma permeada, desenvolver competências socioemocionais tais como: iniciativa, curiosidade pelo novo, perseverança, organização, concentração, capacidade de ouvir o outro, capacidade de se expressar de forma construtiva, respeito à diversidade, preservação do espaço coletivo, objetividade, cumprimento de regras, capacidade de ouvir críticas, capacidade de autoavaliar sua participação no grupo e autocontrole.

5.2. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES

A estrutura curricular do Curso foi elaborada de forma a valorizar a interdisciplinaridade, permitindo aos estudantes a aquisição de conhecimentos que, no decorrer do Curso irão se acumulando, completando e aperfeiçoando, de maneira a formar um profissional capaz de estabelecer conexões entre os saberes.

Além da interdisciplinaridade em sentido amplo, na elaboração da estrutura curricular, procurou-se considerar as afinidades entre as componentes curriculares ofertadas a cada período, de modo que a formação do estudante se dê de maneira gradual e integrada e sem uma ruptura entre os núcleos de formação geral, profissional, prática e complementares optativas, demonstrando ao estudante a integração entre os diversos segmentos do Direito e o caráter de continuidade dos estudos na área.

5.3. ESTRATÉGIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES COMPONENTES CURRICULARES

O Colegiado de Curso buscará promover as seguintes ações para estimular a integração entre as componentes curriculares:

- Seminários integradores entre os docentes do Curso antes do início de cada ano letivo: Esses seminários terão por objetivo a apresentação por parte dos docentes de seus planejamentos para o ano letivo de modo a buscar sinergias e temáticas comuns às disciplinas alocadas no mesmo semestre letivo e disciplinas que compõem os diferentes eixos de formação;
- Encontros bimensais entre docentes de um mesmo semestre para analisar a situação de estudantes com problemas com a aprendizagem dos conteúdos disciplinares: Nestes encontros, estudantes com problemas de aprendizagem em uma ou mais disciplinas terão sua



situação analisada e buscar-se-ão alternativas para que essas dificuldades sejam sobrepujadas;

- Elaboração de avaliações do Curso entre estudantes e docentes e sua discussão com o grupo de docentes que ministram disciplinas no Curso: Por meio da avaliação permanente do Curso e a discussão com a comunidade do Curso dos resultados da avaliação, o Colegiado de Curso promoverá a reflexão sobre o andamento do Curso e o que precisa ser ajustado nas componentes curriculares;
- Produção de materiais didáticos que contemplem temáticas interdisciplinares por meio de projetos de ensino desenvolvidos pelos estudantes: A partir da elaboração desses materiais pretende-se que os estudantes coloquem em diálogo os conhecimentos adquiridos nas disciplinas desenvolvidas naquele semestre e em semestres anteriores;
- Seminários integradores com os estudantes do Curso, docentes e servidores técnicos – administrativos em educação: O objetivo desses seminários é a discussão de dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades do Curso e a construção coletiva de soluções para essas dificuldades.

5.4. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

O Curso de Direito CPCX busca assegurar que seu egresso tenha sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomenta a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao e exercício do Direito, prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Ainda, o Curso está organizado para que o egresso possua capacidade crítica, em incessante preocupação de superar paradigmas estagnados e anacrônicos, construída com uma sólida visão interdisciplinar, integrando as disciplinas jurídicas com os conhecimentos de antropologia, ciência política, psicologia, economia, ética, história, filosofia e sociologia. Além disso, deve ser capaz de exercer sua profissão, inserido no contexto social, acompanhar a evolução do conhecimento em sua área, ser comprometido com o desenvolvimento regional e com as questões ligadas à sustentabilidade social e ambiental.

Deve também ser capaz de identificar e exercer sua profissão de acordo com as demandas locais, regionais e nacionais, bem como trabalhar em equipe interdisciplinar e multiprofissional. O egresso deverá ser um profissional com as seguintes características:

- buscar permanentemente a formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensáveis à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- conduta ética associada à responsabilidade social e profissional;
- domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente;
- consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço;
- senso ético-profissional, associado a responsabilidades sociais, com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas e da busca constante da libertação e do aprimoramento da sociedade;
- capacidade de apreensão, visão crítica e produção criativa do Direito aliado ao raciocínio lógico e à consciência da necessidade de permanente atualização;
- capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as exigências sociais;



- capacidade de desenvolver formas extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- visão atualizada do mundo e, em particular, consciência dos problemas regionais e nacionais;
- espírito de liderança e capacidade de trabalho em grupo;
- capacidade de adaptar-se a situações novas e emergentes, consciente da necessidade de estar em permanente preparação profissional e intelectual para enfrentar os desafios em constante mudança regional e nacional.

5.5. OBJETIVOS

O Curso de Direito/CPCX objetiva formar profissionais com sólida formação jurídica e humanística, com capacidade de análise e articulação de conceitos, argumentos e de decisão, enfrentando assim, os desafios que o mundo contemporâneo apresenta, além de desenvolver pesquisa dentro e fora do ambiente acadêmico e contribuir no desenvolvimento regional, proporcionando repercussões sociais positivas relevantes.

Os objetivos específicos são que os estudantes ao concluírem o Curso sejam capazes de:

- analisar os fenômenos jurídicos e sociais;
- ter postura reflexiva, crítica, que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania;
- questionar a realidade, formulando problemas, e de buscar soluções, utilizando-se do pensamento lógico, da criatividade e da análise crítica;
- ingressar no mercado de trabalho com competência, habilidades e ética profissional;
- realizar escolhas a respeito de sua carreira que lhes permitam o desenvolvimento profissional;
- prosseguir seus estudos ingressando em programas de pós-graduação;
- exercer a cidadania, estando capacitados a cuidar do meio ambiente local, regional e global, em busca do equilíbrio do meio;
- agir em defesa da dignidade humana em busca da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.

5.6. METODOLOGIAS DE ENSINO

O Curso de Direito privilegia metodologias ativas de ensino, fazendo uso intensivo das ferramentas de Comunicação e Informação disponíveis. A concepção de currículo do Curso procura zelar pela coerência dos seus objetivos com o perfil desejado do egresso, além de articular essas duas vertentes com as habilidades e competências desejadas do egresso e também com as diretrizes curriculares nacionais.

O Projeto Pedagógico do Curso foi concebido a partir dos fundamentos basilares constituídos numa articulação de atividades práticas e didático-pedagógicas que almejam desenvolver as habilidades críticas e construtivas do futuro profissional do direito, pautadas na ética e no bem comum social. O Curso procura fixar a sua identidade na articulação dos três eixos da educação superior: ensino, pesquisa e extensão; envolve-se com a realidade social e epistemologicamente questiona o sentido das ciências jurídicas em suas relações com a filosofia e as condições do conhecimento.

A Estruturação Curricular do Curso foi elaborada priorizando a interdisciplinaridade e a articulação dos saberes, com base numa postura crítico-



reflexiva, tendo como fundamento político-institucional a função social do ensino jurídico de forma holística. Inserindo na Estrutura Curricular elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos envolvendo saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

O fundamento epistemológico constata-se na contemplação das disciplinas de formação técnico-jurídica (nas áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos), implementando as disciplinas complementares obrigatórias à vocação do Curso no atendimento aos problemas de repercussão geral, que envolvam interesses da sociedade.

O Curso de Direito do Campus de Coxim abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da ciência do direito e da sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais. Possibilita, assim, a formação profissional que revele adequada atuação técnico-jurídica, utilização correta da terminologia jurídica, utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica.

Os acadêmicos desenvolvem a prática jurídica em situações reais no Núcleo de Práticas Jurídicas e nos demais órgãos jurídicos autorizados, como estagiários, proporcionando a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos na formação profissional e fundamental. Os conteúdos de formação prática são implementados pelas Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso. As atividades de práticas jurídicas são compostas de aulas práticas, análise de processos reais, atendimento à população carente, ajuizamento e acompanhamento de ações judiciais, comparecimento em audiências, cumprimento de prazos processuais, sem prejuízo de outras práticas implementadas pelos docentes. Seguindo modelos já implantados nos Câmpus de Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas, o Escritório Modelo de Assistência Judiciária (EMAJ) segue o regulamento aprovado pela Resolução n. 2, de 6 janeiro de 2020, aprovado no âmbito da UFMS. No Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito, os acadêmicos tem a possibilidade de aplicar o conhecimento teórico através de atividades práticas, essenciais para formação acadêmica.

Além das atividades realizadas no ambiente da Universidade, o Núcleo de Prática Jurídica oferece visitas orientadas aos Tribunais, atendendo às demandas do Curso e buscando a interdisciplinaridade das matérias legais. As atividades são objeto de avaliação periódica referente ao atendimento da demanda do Curso pelo Núcleo de Práticas Jurídicas em suas atividades básicas. As avaliações periódicas são utilizadas em processos de planejamento para o adequado atendimento da demanda existente.

Com relação aos estudantes público-alvo da educação especial com necessidade de atendimento especial (permanente ou momentaneamente), como os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), o Transtorno do Espectro Autista, estudantes com deficiência, estudantes com dificuldades de aprendizagem ou superdotados, no momento que ingressarem no Curso, o NDE discute e analisa qual a metodologia mais adequada que deve ser utilizada para atender as necessidades do acadêmico. O estudo é realizado caso a caso, visto que para cada necessidade deve ser usada metodologia específica de ensino.

As diferentes atividades que são desenvolvidas e propostas pelos docentes contemplam as particularidades dos estudantes, e buscam promover a autonomia de aprendizado do discente, a interdisciplinaridade e flexibilidade curricular, a articulação teoria-prática e a integração ensino-pesquisa e graduação-



pós-graduação. Também favorecem a formação integral, crítica e construtiva do aluno, possibilitando-o a ser um profissional ético e consciente e também um cidadão integrado à realidade social em que vive. Outras habilidades desenvolvidas são: concentração, raciocínio abstrato, planejamento, trabalho em grupo, criatividade, reflexão, avaliação crítica, capacidade de investigação científica e capacidade de expressão oral e escrita.

Diversas metodologias de ensino, atividades e recursos são utilizados (de forma isolada ou em conjunto), de acordo com as aptidões a serem desenvolvidas nos acadêmicos, objetivando estabelecer um ambiente propício à aprendizagem. Dentre elas, destacam-se:

- Aulas expositivas;
- Aulas com atividades individuais ou em grupo;
- Projetos individuais ou em grupo;
- Estudos dirigidos individuais ou em grupo;
- Apresentação de seminários pelos estudantes;
- Grupos de discussão e debates;
- Estudos de caso;
- Leitura de artigos técnicos e científicos;
- Elaboração de textos, relatórios e artigos científicos;
- Atendimento extraclasse pelos professores;
- Atendimento extraclasse por monitores de ensino;
- Realização de pesquisa bibliográfica (em livros e artigos de conferências e periódicos) na biblioteca da instituição e em recursos disponíveis através da Internet (como o Portal Capes);
- Realização de estágios obrigatório e não obrigatório;
- Realização de atividades de caráter prático-profissional;
- Realização de atividades complementares;
- Participação em monitorias de ensino (com o estudante atuando como agente difusor do conhecimento);
- Participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, sob orientação de docentes do Curso;
- Participação em programas de Iniciação Científica;
- Participação em grupo PET;
- Participação em eventos técnicos e/ou científicos (como palestras, seminários, jornadas, minicursos, entre outros);
- Participação em programas de mobilidade acadêmica nacional e internacional;
- Participação na organização de eventos técnicos e/ou científicos locais;
- Participação em cursos de línguas estrangeiras (oferecidos pela UFMS);
- Participação em eventos culturais;
- Participação em atividades de extensão de caráter social e comunitário.

Seguindo a prerrogativa da Portaria MEC 2.117/2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais, as componentes curriculares do Curso poderão ter carga horária parcial ou total na modalidade a distância, observado o limite de CH previsto na Portaria MEC 2.117/2019 e demais normativas institucionais. As componentes curriculares serão ministradas por profissionais capacitados, com formação específica, com material didático específico, com metodologias inovadoras e uso integrado de tecnologias digitais.

Nas componentes curriculares ofertadas a distância, o professor responsável por ministrar a disciplina exercerá o papel de professor tutor, atrelando à docência as atividades de tutoria, mediação e acompanhamento dos estudantes, que se integram ao trabalho pedagógico nesse contexto. Nessa perspectiva, a tutoria está integrada à docência, no sentido da mediação pedagógica, da orientação constante, da comunicação, do acompanhamento, do desenvolvimento da



autonomia de aprendizagem, do *feedback*, da avaliação e da personalização da aprendizagem.

A oferta das componentes curriculares na modalidade a distância se dará de forma articulada com os demais componentes presenciais, seguindo critérios e normativas institucionais que preveem credenciamento obrigatório para docentes por meio de realização de curso de capacitação, atendimento às exigências específicas para elaboração de plano de ensino, produção e curadoria de materiais didáticos digitais e exercício da tutoria integrada à docência. Esse acompanhamento sistemático será realizado por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFMS - Moodle (AVA UFMS) e de outras ferramentas de apoio, que sejam acessíveis aos estudantes.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA UFMS é regulamentado pela instituição e está disponível em ava.ufms.br. Consiste em um sistema de informação com recursos digitais de comunicação que agrupa um conjunto de ferramentas que possibilitam a disponibilização de conteúdos multimídias, proposição de tarefas e atividades diversas e contém ferramentas de interação entre os estudantes, professores e tutores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. O AVA UFMS e demais tecnologias têm como objetivo auxiliar no desenvolvimento e na execução das disciplinas e nos cursos, garantindo a acessibilidade digital e comunicacional, promovendo a interatividade entre professores, estudantes e tutores, quando existirem, assegurando o acesso aos materiais e aos recursos didáticos necessários para a criação de experiências de aprendizagem.

Assim, por meio do AVA, o professor poderá dinamizar a composição do material didático valendo-se da utilização de livros, e-books, tutoriais, guias, vídeos, videoaulas, documentários, podcasts, revistas científicas, conteúdos interativos, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, apps para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

No âmbito das ofertas das unidades curriculares, o AVA será utilizado como ponto focal para o gerenciamento das atividades acadêmicas dos estudantes, para acesso dos materiais e recursos das disciplinas e também para realização de atividades que envolvam trabalho colaborativo, pensamento crítico e desenvolvimento de competências necessárias ao exercício profissional.

Acerca da oferta de carga horária a distância, total ou parcial, esta deverá incluir métodos e práticas de ensino e aprendizagem que incorporem o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs para a realização dos objetivos pedagógicos, material didático específico bem como para a mediação de docentes, tutores e profissionais da educação com formação e qualificação em nível compatível com o plano de ensino da disciplina.

Nesse sentido, no plano de ensino da disciplina serão descritas as atividades propostas, a metodologia da oferta indicando a incorporação do uso de tecnologias digitais e os respectivos objetivos de aprendizagem, a indicação do material didático e a descrição da forma de tutoria e mediação da aprendizagem e sua aprovação ocorre de acordo com o regulamento dos cursos da UFMS.

Para assegurar ao estudante, em sua autonomia, o acompanhamento da oferta da disciplina, as atividades a distância deverão ser assíncronas e não estarão vinculadas aos horários, locais e dias de aula. Por sua vez, as aulas síncronas deverão ser realizadas por meio de serviços de *webconferência* com comunicação bidirecional em horários e dias letivos definidos na oferta, possuindo características de atividades presenciais e dispensando o agendamento de espaço físico.

A UFMS possui plano de avaliação das atividades de Tutoria e do AVA, que são avaliados periodicamente pelos estudantes e equipe pedagógica durante os processos de avaliação realizados pela CPA, os resultados das avaliações serão utilizados para nortear o planejamento de melhorias, ações corretivas e aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras. No caso de identificação de necessidades de capacitação de tutores, a Agência de Educação Digital e a Distância (Agead) realizará planejamento de cursos institucionais com a finalidade atender as necessidades identificadas.



O material didático para disciplinas parcial ou totalmente a distância deverá ser validado pela Equipe Multidisciplinar de Validação da Unidade de Ensino, por meio de instrumento específico. Para ofertar disciplinas parcial ou totalmente a distância o professor responsável deverá estar credenciado pela Agead.

5.7. AVALIAÇÃO

Os processos avaliativos são desenvolvidos para que o Colegiado de Curso e os docentes do Curso possam acompanhar cada estudante e orientá-lo para que tenha sucesso no Curso. Nesta concepção, a avaliação é um momento pedagógico e somente é útil se os estudantes dela se apropriarem para corrigirem hábitos de estudo e aprofundarem pontos nos quais apresentam mais dificuldade.

Nas atividades de ensino, os estudantes serão avaliados quanto à compreensão do conteúdo e quanto ao desenvolvimento das funções cognitivas superiores. O sistema de avaliação proposto para o Curso envolve o seguinte conjunto de atividades avaliativas:

a) Avaliações escritas sobre os conteúdos desenvolvidos. Estas avaliações deverão ter as seguintes características:

- Ser individuais;
- Envolver questões nos níveis da aplicação, da síntese, da análise e da avaliação;
- Envolver questões que levem os estudantes a construir soluções para problemas abertos; e
- Envolver situações contextualizadas.

b) Trabalhos em grupo sobre conjuntos de conteúdos desenvolvidos.

Estes trabalhos em grupo deverão ter as seguintes características:

- Envolver dois ou mais tópicos da disciplina; e
- Envolver tópicos desenvolvidos em outras disciplinas.

c) Trabalhos individuais sobre tópicos desenvolvidos. Sugere-se que estes trabalhos individuais tenham as seguintes características:

- Envolver um tópico relacionado à disciplina;
- Envolver tópicos desenvolvidos em outras disciplinas; e
- Envolver problemas abertos.

d) Seminários individuais ou em grupo. Estes seminários são apresentados para a socialização dos trabalhos produzidos individualmente ou em grupo.

Como característica geral do processo avaliativo das produções dos estudantes, os seguintes critérios de avaliação podem ser utilizados pelos docentes ao atribuírem notas aos trabalhos dos acadêmicos:

- Rigor no uso da língua materna, avaliada pela produção escrita e oral;
- Correção conceitual;
- Correção procedimental;
- Criatividade;
- Honestidade intelectual;
- Capacidade adaptativa;
- Capacidade de comunicação oral;
- Competências socioemocionais apresentadas;
- Estrutura argumentativa;
- Cobertura dos temas propostos em extensão e grau de aprofundamento; e
- Compromisso ético.

Além das avaliações desenvolvidas em cada Atividade de Ensino, o grupo de docentes do Curso se reunirá duas vezes por semestre, por semestre aconselhado do Curso, para avaliar o desenvolvimento das Atividades de Ensino



sob sua responsabilidade e o desempenho dos estudantes em todas as Atividades de Ensino, buscando sempre a melhoria no processo de ensino e aprendizagem.

Em relação aos acadêmicos público alvo da educação especial e, em especial, com transtorno do Espectro Autista, será realizado uma análise criteriosa de cada acadêmico para entender e propor quais são as avaliações mais indicadas para o perfil, com o suporte da Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis.

6. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1. ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Art. 46, do Estatuto da UFMS, aprovado pela Resolução nº 93, Coun, de 28 de maio de 2021, e pelo Regimento Geral da UFMS (Art. 16, Seção I do Capítulo V) a Coordenação de Curso do Curso de Graduação será exercida em dois níveis:

- a) em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso;
- b) em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

De acordo com o Art. 14 do Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 137, Coun, de 29 de outubro de 2021, compõem o Colegiado de Curso de Graduação: quatro docentes da Carreira do Magistério Superior lotados na Unidade da Administração Setorial de oferta do curso, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e um representante discente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Ainda, o Art. 16 do Regimento estabelece que ao Colegiado de Curso de Graduação compete: I - aprovar os Planos de Ensino das disciplinas da estrutura curricular do Curso; II – garantir coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso; III – manifestar sobre as alterações do Projeto Pedagógico do Curso; IV – aprovar as solicitações de aproveitamento de estudos; V – aprovar o Plano de Estudos dos estudantes; VI – manifestar sobre a alteração, a suspensão e a extinção do Curso; VII – propor estratégias para atingir as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrado ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e ao Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), em relação aos indicadores de desempenho do curso; VIII - fixar normas em matérias de sua competência; e IX – resolver, na sua área de competência, os casos não previstos no Art. 16.

6.2. ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução nº 537/2019, Cograd:

Art. 6º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - propor estratégias de integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - sugerir ações no PPC que contribuam para a melhoria dos índices de desempenho do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação;
- V - atuar no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, na realização de estudos visando a atualização periódica, a verificação do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e na análise da adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e



VI - referendar e assinar Relatório de Adequação de Bibliografia Básica e Complementar que comprove a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, nas bibliografias básicas e complementares de cada Componente Curricular.

VII – Elaborar a cada 2 anos relatório de acompanhamento do PPC.

6.3. PERFIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Segundo o art. 50. do Estatuto da UFMS, o Coordenador de Curso de Graduação será um dos professores do Colegiado de Curso, lotado na Unidade da Administração Setorial do Curso, eleito pelos professores que ministram disciplinas no Curso e pelos acadêmicos, com mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

O Coordenador de Curso deverá ser portador de título de Mestre ou de Doutor, preferencialmente com formação na área de graduação ou de pós-graduação stricto sensu do Curso. Como sugestão para uma boa gestão, o Coordenador poderá, em seu período de exercício, fazer o Curso de Capacitação para Formação de Coordenadores de Curso ofertado pela Agência de Educação Digital e a Distância (AGEAD).

6.4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A organização acadêmico-administrativa no âmbito da UFMS encontra-se descrita no Manual de Competências UFMS .

O controle acadêmico encontra-se atualmente informatizado e disponibilizado aos professores e às Coordenações de cada curso de graduação. O acesso ao Sistema de Controle Acadêmico e Docente (Siscad) funciona como um diário eletrônico com login e senha próprios e o acesso se dá através de qualquer dispositivo eletrônico conectado à Internet (computador, tablet, smartphone, etc.). Nele, os professores lançam o plano de ensino de cada disciplina, o calendário de aulas, as ausências e presenças, o critério e fórmula de cálculo das diferentes avaliações e o lançamento de notas e conteúdos.

A Coordenação de Curso tem acesso a qualquer tempo aos dados das disciplinas, permitindo um amplo acompanhamento do desenvolvimento e rendimento dos acadêmicos do Curso, por meio dos seguintes relatórios:

- Acadêmicos por situação atual;
- Acadêmicos que estiveram matriculados no período informado;
- Histórico Escolar do acadêmico em todo o Curso ou no período letivo atual;
- Relação dos acadêmicos por disciplina;
- Relação dos endereços residenciais, título eleitoral e demais dados cadastrais dos acadêmicos;
- Relação dos acadêmicos com respectivo desempenho no Curso comparando seu desempenho individual com a média geral do Curso.

É disponibilizado ainda neste Sistema, um programa específico para verificação da carga horária cumprida pelos acadêmicos dos cursos avaliados pelo Enade, com a finalidade de listar os acadêmicos habilitados, das séries iniciais e da última, conforme a Portaria MEC de cada ano que regulamenta a sua aplicação.

No âmbito das Unidades de Administração Setorial, os cursos de graduação da UFMS contam com o apoio das Coordenações de Gestão Acadêmicas (Coac), que é a unidade responsável pela coordenação das atividades de gestão acadêmica da Unidade da Administração Setorial (UAS). Dentre as competências da Coac estão:

- Assessorar e colaborar com a Direção da UAS no planejamento das atividades de gestão acadêmica e de assistência estudantil da Unidade, tanto na graduação quanto na pós-graduação;



- Assistir à Direção da UAS no atendimento às demandas acadêmicas relacionadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação no âmbito da Unidade de Administração Setorial, onde não houver a função de Secretaria de Acompanhamento Acadêmico (SEAAC);
- Coordenar o processo de organização, harmonização e integração dos programas das disciplinas dos cursos existentes na UAS;
- Coordenar as atividades de controle escolar e os processos relacionados à matrícula, desligamento, defesa, colação de grau, emissão e registro de diploma, e de forma específica, secretariar cerimônias de colação de grau, no âmbito da UAS, onde não houver a função de SEAAC;
- Orientar os estudantes da unidade quanto às normas e procedimentos da instituição;
- Gerenciar os requerimentos acadêmicos quanto ao recebimento, tramitação e cumprimento de prazos fixados, bem como a emissão de documentos relacionados, onde não houver a função de SEAAC, etc.

No âmbito de cada Unidade também há uma Secretaria de Acompanhamento Acadêmico (SEAAC), que é a unidade responsável pela orientação, acompanhamento e execução das atividades de controle escolar nas Unidades da Administração Setorial, bem como de apoio às atividades de gestão acadêmica.

O planejamento pedagógico do Curso, bem como, a distribuição de disciplinas, aprovação dos planos de ensino, entre outros, é realizado pelo Colegiado de Curso. Além disso, o Colegiado de Curso, bem como a coordenação acompanham o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para que todas as componentes curriculares sejam atendidas.

6.5. ATENÇÃO AOS DISCENTES

Para auxiliar o estudante em sua trajetória acadêmica são ofertadas ações, programas e políticas para atender às demandas e necessidades pedagógicas, administrativas e sociais, a saber:

- **Acolhimento:** é realizado o acolhimento e identificação das necessidades dos acadêmicos, bem como orientação, entrevistas, visitas domiciliares (se necessário) e avaliação social dos estudantes para acesso aos auxílios de Assistência Estudantil oferecidos pela UFMS. Adicionalmente, são oferecidos atendimentos psicológicos onde os profissionais da UFMS realizam o acolhimento, a escuta e a orientação. Esses atendimentos oportunizam um espaço aberto à diversidade e à pluralidade de demandas, como uma possibilidade de acolhimento do estudante e de seu sofrimento pela Sease. Destaca-se o acolhimento realizado na recepção institucional, quando são organizadas programações específicas preparadas por cada unidade, e realizadas ações de boas-vindas com rodas de conversa, ações solidárias, sustentáveis e ações culturais. Têm sido organizadas ilhas temáticas nas quais os estudantes podem, de forma dinâmica e interativa, se informar sobre os diversos setores, serviços e ações oferecidas pela UFMS.
- **Permanência:** ações que viabilizam a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e reduzindo as taxas de evasão e retenção. Foram criados e são concedidos auxílios financeiros para Permanência, Moradia, Creche, Alimentação, Transporte, Auxílio Emergencial, Auxílio para Participação de Estudantes em Eventos, Programa de Bolsa Permanência (PBP), Bolsa Permanência para estudantes negros, Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisae) e Auxílio para Estudantes com Deficiência.



- **Acessibilidade:** a instituição desenvolve e elabora políticas e promove ações de acessibilidade na UFMS não somente do ponto de vista estrutural, como é garantido no Plano de Acessibilidade, mas também avalia as necessidades educacionais especiais (estudantes com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento) e promove a orientação e organização dos Atendimento Educacionais Especializados – AEE.
- **Monitoria:** a UFMS apresenta o Programa Institucional de Monitoria - PIM como uma Ação de Ensino que visa a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem e aumento da aprovação em disciplinas nos Cursos de Graduação pela articulação entre teoria e prática, envolvendo estudantes e professores em atividades didático-pedagógicas. O PIM regulamenta as normas gerais referentes ao Programa, sendo que contempla as monitorias remunerada e voluntária.
- **Nivelamento:** o nivelamento é contemplado com o acompanhamento psicoeducacional e pedagógico, sempre que identificada tal necessidade. Adicionalmente, o Auxílio Apoio Pedagógico é concedido aos estudantes da UFMS para serem tutores de outros estudantes com dificuldades em acompanhar com qualidade o seu curso de graduação. Acompanhando o estudante-tutor, está a figura do professor que orienta as ações. Essa retroalimentação aumenta a taxa de sucesso da graduação.
- **Apoio em Saúde:** desenvolvimento de ações de atenção à saúde dos estudantes da UFMS, visando à melhoria da qualidade de vida no ambiente universitário, como neste exemplo Saúde Mental e Yoga. Os atendimentos são realizados em forma de encaminhamentos e parcerias com instituições e setores internos e externos à UFMS (Portal Saúde Mental UFMS). Destaca-se que foi necessário adequar a atenção à saúde do estudante com a criação da Comissão de Atenção à Saúde Mental de Estudantes e Servidores da UFMS, que resultou em documentos de orientação para a comunidade acadêmica no que tange aos casos de urgência e emergência relacionados à saúde mental.
- **Apoio Psicopedagógico:** os atendimentos são realizados com o acolhimento, a escuta, a orientação e, quando necessário, o encaminhamento de casos mais graves para o acompanhamento específico. É uma ação inovadora cujo tempo e espaço é destinado para a escuta, aberto à diversidade e à pluralidade de demandas, como uma possibilidade de acolhimento do usuário e de seu sofrimento. A instituição apresenta iniciativas dos estudantes na UFMS que formam grupos e desejam se encontrar para rodas de conversa e trocas de experiência da vida acadêmica. Utilizando a mesma sistemática de atendimento ao discente, o apoio pedagógico é realizado por técnicos em assuntos educacionais que coordenam as atividades de ensino, planejamento, orientação, supervisionando e avaliando tais atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo acadêmico.
- **Intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados:** o estágio na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação do estudante para a atividade profissional, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Instrução Normativa MEC Nº 213/2019 e o Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMS. Nos casos de estágio não-obrigatório remunerado, o mesmo poderá ser considerado Atividade Complementar, desde que previsto no Projeto Pedagógico do Curso. O acompanhamento e a intermediação são promovidos pelas Comissões de Estágios das Unidades e Câmpus.



- **Auxílios e bolsas:** com o objetivo primordial de atender as demandas e necessidades dos estudantes e de dar transparência ao processo de orientação, acompanhamento e avaliação da concessão de bolsas e auxílios, a UFMS, aprovou seu Plano de Governança de Bolsas, Auxílios e Retribuição Pecuniária. Tal ação exitosa estabeleceu a distinção entre auxílios e bolsas que possibilita ao estudante vulnerável, o acúmulo dos benefícios, se selecionado.
- **Participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais:** a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) é a unidade responsável pela administração, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de ensino de graduação da UFMS. A Prograd promove a participação dos estudantes em programas de Mobilidade Acadêmica, oportunizando a complementação de estudos e enriquecimento da formação acadêmica por meio de componentes curriculares e pela experiência de entrar em contato com ambientes acadêmicos diferentes e com as diversidades regionais do nosso país. Há também a possibilidade de mobilidade internacional, na forma de intercâmbio, que possibilita o aprimoramento da formação acadêmica e humana, por meio da imersão cultural em outro país, oportunizando a troca de experiências acadêmicas que contribuam para o fortalecimento dos conhecimentos técnicos, científicos e profissionais.
- **Programa "Se cuide, te amo!":** este programa, criado em março de 2020, tem como objetivo cuidar da comunidade universitária, identificando situações que merecem atenção e desenvolvendo ações para fortalecimento da comunidade universitária.
- **Atendimento Psicológico Remoto:** em tempos de pandemia da Covid-19 as solicitações de atendimentos psicológicos aumentaram exponencialmente e foram oferecidas pelos profissionais psicólogos de forma conjunta de maneira remota. O estudante, através do endereço eletrônico, solicitava o atendimento sem que houvesse a necessidade de aguardar o profissional do Câmpus que estava matriculado.
- **Brinquedoteca:** a Brinquedoteca foi projetada e implementada para promover suporte necessário aos estudantes da UFMS que tenham filhos ou que tenham a guarda de crianças de 2 a 10 anos de idade. A ação é de fluxo contínuo.
- **Alojamento estudantil:** objetiva atender às demandas de acomodação de discentes da UFMS de outros Câmpus, preferencialmente, podendo ser utilizado por estudantes de outras instituições, desde que sob a responsabilidade de um professor ou técnico administrativo da UFMS. É exclusivo para alojar públicos que venham participar de eventos, aulas de campo e que estejam no regime de alternância entre tempo-universidade e tempo-comunidade.
- **Grupo Reflexivo sobre Ansiedade:** promovida na modalidade de atendimento psicológico coletivo, o grupo, de maneira geral, busca tematizar e tratar queixas recorrentes e com semelhanças entre as pessoas que procuram por ajuda psicológica.
- **Auxílio Inclusão Digital/Acesso à Internet:** seguindo na mesma temática de ações inovadoras e exitosas associadas à atenção ao estudante, foi oferecido ao estudante, chip com 20 GB de internet (Programa Alunos Conectados) renovado mensalmente, fornecido pelo MEC em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e distribuído pela UFMS.
- **Auxílio Empréstimo de Equipamento Tecnológico:** em consonância, foi promovido, em fluxo contínuo, o empréstimo de Equipamento Tecnológico para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, enquanto perdurar as atividades de Estudos Dirigidos por meio de TICs. Ainda, os estudantes do Curso, além dos egressos, são estimulados a



participarem de eventos acadêmicos e culturais, tanto aqueles promovidos pelos docentes do próprio Curso, quanto aqueles externos à UFMS. Para tanto, os docentes promovem ampla divulgação dessas possibilidades, tanto nos murais, quanto por meio de cartazes, e-mails e redes sociais. Os estudantes e egressos também são estimulados a participarem em congressos e simpósios com apresentação de trabalhos, com a orientação dos docentes do Curso, podendo divulgar, assim, suas pesquisas. Os trabalhos dos estudantes são divulgados tanto por meio de cadernos de resumos apresentados em congressos quanto em revistas dirigidas a esse público-alvo.

O Curso mantém uma base de dados sobre informações dos egressos, de forma a acompanhar a atuação destes e avaliar o impacto do Curso na sociedade local e regional. Incentiva-se a participação de egressos nas atividades acadêmico-artísticas realizadas pelo Curso.”

7. CURRÍCULO

7.1. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO GERAL	
Antropologia e Sociologia Jurídica	68
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	68
Economia Política	34
Filosofia Geral e Jurídica	68
História do Direito	68
Introdução à Metodologia da Pesquisa	34
Psicologia Aplicada ao Direito	34
Ética Profissional	34
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA	
Direito Administrativo I	68
Direito Administrativo II	68
Direito Agrário e do Agronegócio	68
Direito Ambiental	68
Direito Constitucional I	68
Direito Constitucional II	68
Direito Contratual	68
Direito Digital e Tecnológico	34
Direito Empresarial I	68
Direito Empresarial II	68
Direito Financeiro	34
Direito Internacional Privado	34
Direito Internacional Público	34
Direito Penal - Parte Geral I	68
Direito Penal - Parte Geral II	68



COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA	
Direito Penal Especial I	68
Direito Penal Especial II	68
Direito Previdenciário e Seguridade Social	68
Direito Processual Constitucional	34
Direito Processual Penal I	68
Direito Processual Penal II	68
Direito Processual Penal III	34
Direito Processual do Trabalho	68
Direito Tributário I	34
Direito Tributário II	68
Direito das Coisas	68
Direito das Obrigações	68
Direito de Família	68
Direito do Consumidor	34
Direito do Trabalho I	68
Direito do Trabalho II	68
Direitos Humanos	68
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34
Responsabilidade Civil	68
Sucessões	68
Teoria Geral do Direito Privado I	68
Teoria Geral do Direito Privado II	68
Teoria Geral do Processo	68
Teoria do Direito	68
Tutela Executiva	68
Tutela Jurídica dos Grupos Minoritários e Vulneráveis	34
Tutela Recursal	68
Tutela de Conhecimento	68
Tutela de Urgência e Direito Processual Coletivo	68
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PRÁTICA	
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista I	68
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista II	68
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista III	68
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista IV	68



COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o Curso, o estudante deverá cursar, no mínimo, 136 horas em componentes curriculares optativas do rol abaixo ou em componentes curriculares oferecidos por outros cursos da UFMS (Art. 34 da Resolução nº 430, COGRAD/UFMS, de 16 de dezembro de 2021).	
Análise Econômica do Direito	34
Arbitragem e Negociação	34
Biodireito e Bioética	34
Criminologia	34
Direito Aplicado ao Turismo	34
Direito Comunitário	34
Direito Desportivo	34
Direito Eleitoral	34
Direito Municipal	34
Direito Processual Administrativo	34
Direito da Criança e do Adolescente	34
Direito das Organizações Internacionais	34
Direito, Cidadania e Relações Étnico-raciais	34
Direitos Humanos, Fronteiras e Migração	34
Diálogos sobre Direito Fundamental à Saúde	34
Empreendedorismo e Inovação	68
Estudo de Libras	51
Execução Penal	34
Hermenêutica e Argumentação Jurídica	34
Jurimetria	34
Linguagem Jurídica	34
Medicina Legal	34
Políticas Públicas	34
Precedentes e Jurisprudência	34
Tópicos Especiais de Direito	34
Tópicos Especiais de Direito Administrativo	34
Tópicos Especiais de Direito Ambiental	34
Tópicos Especiais de Direito Constitucional	34
Tópicos Especiais de Direito Contratual	34
Tópicos Especiais de Direito Empresarial	34
Tópicos Especiais de Direito Internacional	34
Tópicos Especiais de Direito Penal	34
Tópicos Especiais de Direito Processual	51
Tópicos Especiais de Direito Processual Civil	34
Tópicos Especiais de Direito Processual Penal	34
Tópicos Especiais de Direito Processual Trabalhista	34



COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o Curso, o estudante deverá cursar, no mínimo, 136 horas em componentes curriculares optativas do rol abaixo ou em componentes curriculares oferecidos por outros cursos da UFMS (Art. 34 da Resolução nº 430, COGRAD/UFMS, de 16 de dezembro de 2021).	
Tópicos Especiais de Direito Tributário	34
Tópicos Especiais de Direito de Família	34
Tópicos Especiais de Direito de Família e Sucessões	34
Tópicos Especiais de Direito do Trabalho	34
Tópicos Especiais de Direito, Tecnologia e Inovação	34
Tópicos Especiais de Direitos Fundamentais	34
Tópicos Especiais de Direitos Reais	34
Tópicos Especiais de Jurisprudência do Tst	34
Tópicos Especiais de Prática Jurídica em Direito Privado	34
Tópicos Especiais de Prática Jurídica em Direito Público	34
Tópicos de Direitos Sociais	34
Tópicos de Jurisprudência do Stf	68
Tópicos de Jurisprudência do Stj	68

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	CH
(ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	100
(AEX-ND) Atividades de Extensão (OBR)	108
(AEX-ND) Atividades de Extensão (OPT)	380
(AOE-ND) Atividades Orientadas de Ensino (OPT)	68
(Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	
(TCC-ND) Trabalho de Conclusão de Curso (OBR)	68

Para integralização do Curso, o estudante deverá cursar, no mínimo, dez por cento da carga horária total do Curso em atividades de extensão, de forma articulada com o ensino, em componentes curriculares disciplinares e/ou não disciplinares, definidos na oferta por período letivo e registrado a cada oferta.

As Componentes Curriculares Disciplinares do Curso poderão ser cumpridas total ou parcialmente na modalidade a distância definidas na oferta, observando o percentual máximo definido nas normativas vigentes.

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	Definições Específicas
(ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	A Tabela de Pontuação das Atividades Complementares poderá ser consultada em https://boletimoficial.ufms.br/bse/publicacao?id=481502
(AEX-ND) Atividades de Extensão (OBR)	



COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	Definições Específicas
(AEX-ND) Atividades de Extensão (OPT)	
(AOE-ND) Atividades Orientadas de Ensino (OPT)	
(Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	
(TCC-ND) Trabalho de Conclusão de Curso (OBR)	

7.2. QUADRO DE SEMESTRALIZAÇÃO

ANO DE IMPLANTAÇÃO: A partir de 2024-2

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
1º Semestre						
Direito Penal - Parte Geral I	68					68
Direitos Humanos	68					68
História do Direito	68					68
Teoria do Direito	68					68
Teoria Geral do Direito Privado I	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
2º Semestre						
Antropologia e Sociologia Jurídica	68					68
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	68					68
Direito Penal - Parte Geral II	68					68
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34					34
Psicologia Aplicada ao Direito	34					34
Teoria Geral do Direito Privado II	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
3º Semestre						
Direito Constitucional I	68					68
Direito das Obrigações	68					68
Direito do Trabalho I	68					68
Direito Penal Especial I	68					68
Teoria Geral do Processo	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
4º Semestre						
Direito Constitucional II	68					68
Direito Contratual	68					68
Direito do Trabalho II	68					68



COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
4º Semestre						
Direito Penal Especial II	68					68
Tutela de Conhecimento	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
5º Semestre						
Direito Administrativo I	68					68
Direito das Coisas	68					68
Direito Processual Constitucional	34					34
Direito Processual do Trabalho	68					68
Economia Política	34					34
Tutela Recursal	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
6º Semestre						
Direito Administrativo II	68					68
Direito Internacional Público	34					34
Direito Processual Penal I	68					68
Introdução à Metodologia da Pesquisa	34					34
Responsabilidade Civil	68					68
Tutela Executiva	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
7º Semestre						
Direito de Família	68					68
Direito Financeiro	34					34
Direito Processual Penal II	68					68
Direito Tributário I	34					34
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista I	68					68
Tutela de Urgência e Direito Processual Coletivo	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
8º Semestre						
Direito Digital e Tecnológico	34					34
Direito Empresarial I	68					68
Direito Processual Penal III	34					34
Direito Tributário II	68					68
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista II	68					68
Sucessões	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340



COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
9º Semestre						
Direito Empresarial II	68					68
Direito Previdenciário e Seguridade Social	68					68
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista III	68					68
Ética Profissional	34					34
Filosofia Geral e Jurídica	68					68
Tutela Jurídica dos Grupos Minoritários e Vulneráveis	34					34
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
10º Semestre						
Direito Agrário e do Agronegócio	68					68
Direito Ambiental	68					68
Direito do Consumidor	34					34
Direito Internacional Privado	34					34
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista IV	68					68
SUBTOTAL	272	0	0	0	0	272
COMPLEMENTARES OPTATIVAS						
Disciplinas Complementares Optativas (Carga Horária Mínima)						136
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	136
COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES						
(Acs-nd) Atividades Complementares						100
(Aex-nd) Atividades de Extensão						108
(Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso						68
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	276
TOTAL	3332	0	0	0	0	3744

LEGENDA:

- Carga horária em hora-aula de 60 minutos (CH)
- Carga horária das Atividades Teórico-Práticas (ATP-D)
- Carga horária das Atividades Experimentais (AES-D)
- Carga horária das Atividades de Prática como Componentes Curricular (APC-D)
- Carga horária das Atividades de Campo (ACO-D)
- Carga horária das Outras Atividades de Ensino (OAE-D)



PRÉ-REQUISITOS DAS COMPONENTES CURRICULARES DISCIPLINARES

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
NÃO SE APLICA	

PRÉ-REQUISITOS DAS COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES

CCNDs	DISCIPLINAS	Porcentagem
(ACS-ND) Atividades Complementares		
(AEX-ND) Atividades de Extensão		
(AEX-ND) Atividades de Extensão		
(AOE-ND) Atividades Orientadas de Ensino		
(TCC-ND) Trabalho de Conclusão de Curso	Introdução à Metodologia da Pesquisa	60%

LEGENDA:

- Percentual de CH (em relação a CH total do Curso) que o estudante deve ter cursado para realizar a componente

7.3. TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

Em vigor até 2024/1	CH	Em vigor a partir de 2024/2	CH
Antropologia e Sociologia Jurídica	68	Antropologia e Sociologia Jurídica	68
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	68	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	68
Direito Administrativo I	68	Direito Administrativo I	68
Direito Administrativo II	68	Direito Administrativo II	68
Direito Agrário e do Agronegócio	68	Direito Agrário e do Agronegócio	68
Direito Ambiental	68	Direito Ambiental	68
Direito Aplicado ao Turismo	34	Sem Equivalência	
Direito Constitucional I	68	Direito Constitucional I	68
Direito Constitucional II	68	Direito Constitucional II	68
Direito Contratual	68	Direito Contratual	68
Direito das Coisas	68	Direito das Coisas	68
Direito das Obrigações	68	Direito das Obrigações	68
Direito de Família	68	Direito de Família	68
Direito Digital e Tecnológico	34	Direito Digital e Tecnológico	34
Direito do Consumidor (Optativa)	34	Direito do Consumidor	34
Direito do Trabalho I	68	Direito do Trabalho I	68



Em vigor até 2024/1	CH	Em vigor a partir de 2024/2	CH
Direito do Trabalho II	68	Direito do Trabalho II	68
Direito Empresarial I	68	Direito Empresarial I	68
Direito Empresarial II	68	Direito Empresarial II	68
Direito Financeiro	34	Direito Financeiro	34
Direito Internacional Privado	34	Direito Internacional Privado	34
Direito Internacional Público	34	Direito Internacional Público	34
Direito Penal - Parte Geral I	68	Direito Penal - Parte Geral I	68
Direito Penal - Parte Geral II	68	Direito Penal - Parte Geral II	68
Direito Penal Especial I	68	Direito Penal Especial I	68
Direito Penal Especial II	68	Direito Penal Especial II	68
Direito Previdenciário e Seguridade Social	68	Direito Previdenciário e Seguridade Social	68
Direito Processual Constitucional	34	Direito Processual Constitucional	34
Direito Processual do Trabalho	68	Direito Processual do Trabalho	68
Direito Processual Penal I	68	Direito Processual Penal I	68
Direito Processual Penal II	68	Direito Processual Penal II	68
Direito Processual Penal III	34	Direito Processual Penal III	34
Direito Tributário I	34	Direito Tributário I	34
Direito Tributário II	68	Direito Tributário II	68
Direitos Humanos	68	Direitos Humanos	68
Economia Política	34	Economia Política	34
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista I	68	Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista I	68
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista II	68	Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista II	68
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista III	68	Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista III	68
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista IV	68	Estágio Obrigatório - Prática Jurídica Extensionista IV	68
Filosofia Geral e Jurídica	68	Filosofia Geral e Jurídica	68
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34	Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34
História do Direito	68	História do Direito	68
I (Acs-nd) Atividades Complementares	100	I (Acs-nd) Atividades Complementares	100
II (Aoe-nd) Atividades Orientadas de Ensino	68	II (Aoe-nd) Atividades Orientadas de Ensino	68
III (Aex-nd) Atividades de Extensão	400	III (Aex-nd) Atividades de Extensão	380
III (Aex-nd) Atividades de Extensão	128	III (Aex-nd) Atividades de Extensão	108
Introdução à Metodologia da Pesquisa	34	Introdução à Metodologia da Pesquisa	34



Em vigor até 2024/1	CH	Em vigor a partir de 2024/2	CH
IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso	68	IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso	68
Psicologia Aplicada ao Direito	34	Psicologia Aplicada ao Direito	34
Responsabilidade Civil	68	Responsabilidade Civil	68
Sucessões	68	Sucessões	68
Teoria do Direito	68	Teoria do Direito	68
Teoria Geral do Direito Privado I	68	Teoria Geral do Direito Privado I	68
Teoria Geral do Direito Privado II	68	Teoria Geral do Direito Privado II	68
Teoria Geral do Processo	68	Teoria Geral do Processo	68
Tutela de Conhecimento	68	Tutela de Conhecimento	68
Tutela de Urgência e Direito Processual Coletivo	68	Tutela de Urgência e Direito Processual Coletivo	68
Tutela Executiva	68	Tutela Executiva	68
Tutela Jurídica dos Grupos Minoritários e Vulneráveis	34	Tutela Jurídica dos Grupos Minoritários e Vulneráveis	34
Tutela Recursal	68	Tutela Recursal	68
Ética Profissional	34	Ética Profissional	34

7.4. LOTAÇÃO DAS DISCIPLINAS NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL

As disciplinas do curso de Direito estão lotadas no Câmpus de Coxim, exceto:

DISCIPLINA	UNIDADE
Empreendedorismo e Inovação	Disciplinas sem Lotação

7.5. EMENTÁRIO

7.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

- **ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO:** Introdução e visão geral da análise econômica do direito. Aspectos históricos do movimento direito e economia. Noções de teoria econômica e microeconomia. Teoria da escolha racional e teoria dos jogos: visão geral. Análise econômica do direito público e privado. Aplicações e estudos de casos. **Bibliografia Básica:** Araujo, Mateus Perigrino. **Análise Econômica do Direito e Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann.** São Paulo: Almedina, 2022. 1 Recurso Online. (Teoria e História do Direito). Isbn 9786556275819. Porto, Antônio Maristrello; Garoupa, Nuno. **Curso de Análise Econômica do Direito.** 2. São Paulo: Atlas, 2021. 1 Recurso Online. (Rev., Atual., Ampl.). Isbn 9786559771394. Mackaay, Evert Johannes P. **Análise Econômica do Direito.** 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522497652. Porto, Antônio Maristrello; Garoupa, Nuno (Null). **Curso de Análise Econômica do Direito.** São Paulo: Atlas, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788597025064. **Bibliografia Complementar:** Aguilar, Fernando Herren. **Direito Econômico** do Direito Nacional ao Direito Supranacional. 6. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597021974. Análise Econômica do Direito: Temas Contemporâneos. 1. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786587019079. Figueiredo, Leonardo Vizeu. **Direito Econômico.** 10. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788530986445. Lopes, Luiz Martins *Et Al.* **Macroeconomia:** Teoria e



Aplicações de Política Econômica. 4. São Paulo: Atlas, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788597017564.

- ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA JURÍDICA: Panorama analítico dos elementos fundamentais da antropologia jurídica. As escolas sociológicas. A norma de conduta social. O fato social e o direito. O discurso do poder e as normas de controle. Estudos de comunidade e das temáticas de Educação das Relações étnico-raciais e da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e indígena. **Bibliografia Básica:** Carnio, Henrique Garbellini. **Direito e Antropologia**. 2. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 9788553618101. Silva, Enio Waldir Da. **Sociologia Jurídica**. 2. Ijuí: Unijuí, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786586074819. Cavalieri Filho, Sérgio. **Programa de Sociologia Jurídica**. 15. São Paulo: Atlas, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788597022322. **Bibliografia Complementar:** Manual de Sociologia Jurídica. 3. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609895. Diniz, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito:** Introdução à Teoria Geral do Direito, à Filosofia do Direito, à Sociologia Jurídica, à Lógica Jurídica, à Norma Jurídica e Aplicação do Direito. 28. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786553627369. Rocha, José Manuel de Sacadura. **Sociologia Jurídica:** Fundamentos e Fronteiras. 7. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559644605. Reinert, Regina Paulista Fernandes. **Sociologia Geral e Jurídica**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589818229. Rocha, José Manuel de Sacadura. **Sociologia Jurídica** Fundamentos e Fronteiras. 6. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985202.

- ARBITRAGEM E NEGOCIAÇÃO: Sistema multiportas. Autotutela, autocomposição e heterocomposição e os diversos métodos de solução de conflitos. ADR e ODR. Espécies de arbitragem. Convenção arbitral. Procedimento arbitral. Sentença arbitral. Árbitros. Negociação e técnicas de negociação. **Bibliografia Básica:** Pinho, Humberto Dalla Bernardina De. **Manual de Mediação e Arbitragem**. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553612864. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem Curso de Métodos Adequados de Solução de Controvérsias. 2. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984182. Scavone Junior, Luiz Antonio. **Arbitragem** Mediação, Conciliação e Negociação. 9. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985004. Maziero, Franco Giovanni Mattedi. **a Arbitragem na Contemporaneidade**. 1. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555330151. **Bibliografia Complementar:** Mazzanetto, Nathalia. **Arbitragem e Propriedade Intelectual**. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547219437. Gabriel, Vivian Daniele Rocha. **Diplomacia, Mediação e Arbitragem**. 1. Ed. São Paulo: Contentus, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786557457214. Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de Arbitragem e Mediação** Conciliação e Negociação. 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553601530. Fichtner, José Antonio. **Teoria Geral da Arbitragem**. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530982881. Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual dos Mescs:** Meios Extrajudiciais de Solução de Conflitos: Arbitragem, Mediação, Conciliação, Negociação, Ombudsman, Avaliação Neutra. Barueri: Manole, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788520461457.

- BIODIREITO E BIOÉTICA: Conceituação de biodireito, bioética e biotecnologia. Princípios da bioética. Bioética e as relações com os direitos de personalidade. Bioética e direitos humanos. Biodireito e biossegurança. Biodireito e o direito à vida: início e fim da vida; Biodireito e experimentos científicos em seres humanos. Biodireito e as células-tronco. Biodireito e os transplantes de órgãos. Bioética e a transfusão de sangue. Biodireito e sexualidade (homossexual, transexual). Bioética e



a responsabilidade civil dos profissionais da saúde. Bibliografia Básica: Fluck, Marlon Ronald. **a Bioética e suas Implicações na Saúde, na Religião e na Dignidade Humana**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555179408. Sá, Maria de Fátima Freire De. **Bioética e Biodireito**: Revista, Atualizada e Ampliada. 5. Ed. Indaiatuba: Foco, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555151855. Sá, Maria de Fátima Freire De. **Bioética e Biodireito**. 6. Ed. Indaiatuba, Sp: Foco, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786555157185. Bibliografia Complementar: Barboza, Heloisa Helena. **Biodireito**: Tutela Jurídica nas Dimensões da Vida. 1. Ed. Indaiatuba: Foco, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786555151275. Inovações do Direito Ambiental, Biodireito e Biodiversidade, e Economia e Meio Ambiente. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2014. 1 Recurso Online. Isbn 9788544300176. Crippa, Anelise. **Bioética Como Análise de Casos**. 1. Ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788539711871. Bioética, Pessoa e Vida: Uma Abordagem Personalista. 2. Ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788578083014. Bioética, Direito e Medicina. Barueri: Manole, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788520458587.

- CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO: O fenômeno político e seu estudo. Teoria do Estado e ciência política. Estado: conceito, características, origem, e desenvolvimento histórico. Elementos constitutivos do Estado. Território, povo e soberania. Críticas e concepções alternativas. Organização dos poderes ou funções do Estado. Sistemas de divisão de poderes. Forma de Estado e organização territorial do poder político. Teoria do governo. Forma de governo. Sistemas de governo. Regimes políticos. Teoria da democracia. Direitos políticos e conexos. Representação política e sistemas eleitorais. Sistemas partidários. Bibliografia Básica: Maluf, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 35. São Paulo: Saraiva, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788553610020. Ranieri, Nina. **Teoria do Estado** do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito. 2. São Paulo Manole 2018 1 Recurso Online Isbn 9788520455791. Gamba, João Roberto Gorini. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. 2. São Paulo: Atlas, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786559770908. Bibliografia Complementar: Cunha, Paulo Ferreira Da. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553601912. Filomeno, José Geraldo Brito. **Teoria Geral do Estado e da Constituição**. 10. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530971656. Manual de Filosofia Política: para Cursos de Teoria do Estado & Ciência Política, Filosofia e Ciências Sociais. 4. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555595673. Melo, Débora Sinflorio da Silva; Scalabrin, Felipe. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Sagah, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788595021891.

- CRIMINOLOGIA: Criminologia: conteúdo e evolução histórica. Criminologia do consenso e criminologia crítica. Escolas criminológicas. Criminologia crítica e minimalismo penal. Criminologia crítica e abolicionismo penal. Bibliografia Básica: Maíllo, Alfonso Serrano; Prado, Luiz Regis. **Criminologia**. 4. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788530987008. Penteado Filho, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. 10. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788553615858. Maíllo, Alfonso Serrano. **Criminologia**. 4. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530987008. Bibliografia Complementar: Mendes, Soraia da Rosa. **Criminologia Feminista** Novos Paradigmas. 2. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788547221706. Andrade, Anezio Rosa De; Medeiros, Diogo Bastos. **Criminologia Decifrada**. 2. Rio de Janeiro: Método, 2023. 1 Recurso Online. (Decifrada). Isbn 9786559646326. Coletta, Eliane Dalla *Et Al*. **Psicologia e Criminologia**. Porto Alegre: Sagah, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788595024649. Mendes, Soraia da Rosa. **Criminologia Feminista**: Novos Paradigmas. 2. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 Recurso Online. (Idp). Isbn 9788547221706.



- DIÁLOGOS SOBRE DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: Direito à Saúde – Evolução histórica e conceito de saúde. A saúde como direito fundamental e seu conteúdo. Direito da Saúde. Políticas econômicas e sociais de Assistência à Saúde. Eficácia do Direito Fundamental à Saúde. A reserva do possível. Mínimo existencial. Democracia Participativa e soberania popular. Judicialização da saúde. Regulação. Responsabilidade Civil em Saúde. Bibliografia Básica: Lima, Fernando Rister de Sousa. **Decisões do Stf em Direito à Saúde**: Aspectos Econômicos e Políticos. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. 1 Recurso Online. (Teses). Isbn 9788584936212. Cavalcanti, Marcos Ricardo Herszon. **Direito à Saúde e Judicialização**: a Necessidade de Reconstruir Consensos ante os Avanços Científicos e o Orçamento Público. Belo Horizonte, Mg: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786586529982. Temas Avançados de Direito da Saúde: Tutelas Jurídicas da Saúde. São Paulo, Sp: Matrioska, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786586985092. Bucci, Maria Paula Dallari; Duarte, Clarice Seixas. **Judicialização da Saúde**. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788547211295. Bibliografia Complementar: Ciarlini, Alvaro Luis de A. S. **Direito à Saúde** Paradigmas Procedimentais e Substanciais da Constituição. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online Isbn 9788502197732. Direito da Saúde na Era Pós Covid-19. São Paulo: Grupo Almedina, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786556271620. Pereira, Daniel de Macedo Alves. **Planos de Saúde e a Tutela Judicial de Direitos**: Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786555590968. Basile, César Reinaldo Offa. **Direito do Trabalho**: Teoria Geral, Contrato de Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho. 9. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. (Sinopses Jurídicas ; 27). Isbn 9788553611461. Eliane Pires Navroski. **Direito à Saúde das Crianças e Adolescentes**. Contentus 89 Isbn 9786557453254.

- DIREITO ADMINISTRATIVO I: Estado. Direito administrativo. Administração Pública e suas relações com os direitos humanos e socioambientais. Regime Jurídico Administrativo e Princípios constitucionais administrativos. Organização Administrativa. Poderes. Ato Administrativo. Bibliografia Básica: Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976163. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 8. Rio de Janeiro: Método, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530989460. Carvalho Filho, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 33. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597020540. Bibliografia Complementar: Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo** Pareceres. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6641-6. Faleiros Júnior, José Luiz de Moura. **Administração Pública Digital**: Proposições para o Aperfeiçoamento do Regime Jurídico Administrativo na Sociedade da Informação. 1. Ed. Indaiatuba: Foco, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786555150919. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos**: Teoria e Prática. 12. Rio de Janeiro: Forense, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786559647484.

- DIREITO ADMINISTRATIVO II: Licitações e Contratos administrativos. Teoria geral do serviço público. Agentes públicos. Controle da Administração Pública. Bens públicos. Intervenção no domínio privado e econômico. Bibliografia Básica: Spitzcovsky, Celso. **Direito Administrativo**. 7. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Esquematizado). Isbn 9788553618842. Justen Filho, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 14. Rio de Janeiro: Forense, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786559645770. Nohara, Irene Patrícia Diom. **Direito Administrativo**. 12. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786559774289. Bibliografia Complementar: Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984830. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 7. Rio de Janeiro Método



2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984694. Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo** Pareceres. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6641-6.

- DIREITO AGRÁRIO E DO AGRONEGÓCIO: O Direito Agrário e seus institutos fundamentais. A atividade agrária. A propriedade rural. Direito agrário e direito ambiental. Fundamentos constitucionais da função social da propriedade, reforma agrária e direitos humanos. Terras devolutas. Usucapião especial rural. O agronegócio. A empresa e empresário agrário. O estabelecimento agrário. Direito de propriedade e contratos agrário. Crédito Rural. **Bibliografia Básica:** Bueno, Francisco de Godoy. **Contratos Agrários: Novas Modalidades e Cláusulas Obrigatórias.** São Paulo: Grupo Almedina, 2023. 1 Recurso Online. (Ibmec São Paulo). Isbn 9786556277714. Havrenne, Michel. **Direito Agrário.** Rio de Janeiro: Método, 2022. 1 Recurso Online. (Método Essencial). Isbn 9786559644865. Pereira, Luiz Fernando; Barbosa Júnior, Mauro Ribeiro. **Direito Aplicado ao Agronegócio.** Porto Alegre: Sagah, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788595025882. Optiz, Sílvia. **Curso Completo de Direito Agrário.** 11. São Paulo: Saraiva, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788547217044. **Bibliografia Complementar:** Direito Ambiental e Sustentabilidade. São Paulo Manole 2016 1 Recurso Online Isbn 9788520439241. Buranello, Renato. **Manual do Direito do Agronegócio.** 2. São Paulo: Saraiva, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788553600120. Marques, Benedito Ferreira; Marques, Carla Regina Silva. **Direito Agrário Brasileiro.** 12. São Paulo: Atlas, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788597009118.

- DIREITO AMBIENTAL: Conceito, Fontes e Princípios. Consciência Ecológica. Direito Internacional do Meio Ambiente. O Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988. Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento Ambiental. Código Florestal Brasileiro. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa por Danos ao Meio Ambiente. A Proteção do Meio Ambiente e os Direitos Humanos. A Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Sarlet, Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Ambiental.** Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530991197. Rodrigues, Marcelo Abelha. **Direito Ambiental.** 9. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. (Esquemático®). Isbn 9786553622180. Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 19. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553608829. **Bibliografia Complementar:** Oliveira, Fabiano Melo Gonçalves De. **Direito Ambiental.** 2. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975678. Sarlet, Ingo Wolfgang; Fensterseifer, Tiago. **Governança Judicial Ecológica e Direitos Ambientais de Participação.** São Paulo: Expressa, 2021. 1 Recurso Online. (Novas Fronteiras do Direito Ambiental). Isbn 978655597899. Mattos Neto, Antonio José De. **Curso de Direito Agroambiental Brasileiro.** São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553601929. Rodrigues, Marcelo Abelha. **Direito Ambiental Esquemático®.** 6. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Esquemático). Isbn 9788553608577.

- DIREITO APLICADO AO TURISMO: Legislação Geral do turismo. Legislação atinente a meios de hospedagem, agências de turismo, transportadora turística, acampamentos turísticos, organizadoras de eventos, guias de turismo e albergues da juventude. Direito do consumidor e sua aplicação nas atividades relacionadas com o turismo. Ecoturismo, educação ambiental e imperativos legais. Ética profissional. **Bibliografia Básica:** Oliveira, Sonia De. **Direito e Legislação do Turismo.** 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788559720754. Antônio Pereira Gaio Júnior - Cleyson de Moraes Mello. **Código de Defesa do Consumidor Comentado.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786556750910. Schindler, Andressa Alves Watanabe.



Políticas Públicas Aplicadas ao Turismo. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2014. 1 Recurso Online. Isbn 9788544300657. Bibliografia Complementar: Wearing, Stephen. **Ecoturismo** Impactos, Potencialidades e Possibilidades. 2. São Paulo Manole 2014 1 Recurso Online Isbn 9788520446515. Graburn, Nelson. **Turismo e Antropologia:** Novas Abordagens. Campinas, Sp: Papyrus, 2019. 1 Recurso Online. (Turismo). Isbn 978-85-449-0336-0. Knupp, Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves. **Fundamentos do Turismo.** 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788544303139. Fabricio, Ana Carolina Baggio. **Turismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade.** 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788544301111. Pazini, Raquel. **Agências de Turismo:** Operacionalização e Comercialização de Produtos e Serviços Turísticos. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2014. 1 Recurso Online. Isbn 9788582129999.

- DIREITO, CIDADANIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: Concepção do tempo e espaço nas culturas distintas: afrodescendentes e indígenas. Aspectos conceituais, históricos e políticos das relações étnico-raciais no Brasil. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Cidadania e relações étnico-raciais. Discussão sobre o racismo e o preconceito na sociedade e na escola. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-raciais. A legislação brasileira e o direito de igualdade racial: avanços e perspectivas Bibliografia Básica: Siqueira Junior, Paulo Hamilton. **Direitos Humanos:** Liberdades Públicas e Cidadania. 4. São Paulo: Saraiva, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788502636521. Dimoulis, Dimitri. **Direito de Igualdade:** Antidiscriminação, Minorias Sociais, Remédios Constitucionais. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786556273808. Jubilut, Liliana Lyra; Rei, Fernando Cardozo Fernandes; Garcez, Gabriela Soldano. **Direitos Humanos e Meio Ambiente:** Minorias Ambientais. Barueri: Manole, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788520455753. Jubilut, Liliana Lyra. **Direito à Diferença, V.3:** Aspectos Institucionais e Instrumentais de Proteção Às Minorias e aos Grupos Vulneráveis. São Paulo: Saraiva, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788502208834. Jubilut, Liliana Lyra. **Direito à Diferença, V.2:** Aspectos de Proteção Específica Às Minorias e aos Grupos Vulneráveis. São Paulo: Saraiva, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788502208803. Bibliografia Complementar: Ética e Cidadania. 2. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595024816. Bock, Ana Mercês Bahia; Furtado, Odair; Teixeira, Maria de Lourdes Trassi. **Relações Sociais e a Vida Coletiva:** Aspectos Psicológicos e Desafios Étnico-raciais. São Paulo: Expressa, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786587958279. Educação das Relações Étnico-raciais. 1. Ed. São Paulo: Pearson, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788543017013. Michaliszyn, Mario Sergio. **Relações Étnico-raciais para o Ensino da Identidade e da Diversidade Cultural Brasileira.** 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2014. 1 Recurso Online. Isbn 9788544300770. Loewe, Daniel. **Multiculturalismo e Direitos Culturais.** 1. Ed. Porto Alegre: Educs, 2011. 1 Recurso Online. Isbn 9788570616340.

- DIREITO COMUNITÁRIO: Origem, natureza e evolução dos processos de integração regional. Inovações das estruturas comunitárias e instituições políticas e jurídicas comunitárias. Novos princípios de representatividade. Desenvolvimento estrutural e objetivos comunitários. Conceito de soberania na integração regional e o princípio da supranacionalidade. O direito da integração ou comunitário. Objeto do direito comunitário. Fontes e princípios do direito comunitário. O princípio da autonomia no direito comunitário. Perspectivas do direito comunitário. Processos de integração na Europa, América do Norte, América Central, América do Sul, na África e na Ásia. Bibliografia Básica: Rezek, Francisco. **Direito Internacional Público** Curso Elementar. 16. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547202842. Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 17. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547213169.



Gomes, Eduardo Biacchi. **Direito da Integração Regional** Diálogo entre Jurisdições na América Latina. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502627475. Ramirez, José Maria Porras. **Integração Supranacional** Dimensões da Proteção Multinível dos Direitos e Sistema de Governo da União Europeia. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788502623446. Bibliografia Complementar: Silva, Elaini Cristina Gonzaga Da. **Direito Internacional em Expansão** Encruzilhada entre Comércio Internacional, Direitos Humanos e Meio Ambiente. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788502625341. Gomes, Eduardo Biacchi. **Direito da Integração Econômica**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788544302644. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 13. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530990442.

- DIREITO CONSTITUCIONAL I: Teoria da Constituição. Conceito e classificações das constituições. Histórico das constituições brasileiras. Normas Constitucionais. Eficácia e Aplicabilidade. Poder constituinte. Hermenêutica constitucional. Bibliografia Básica: Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo** os Conceitos fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 6. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547218546. Dantas, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional**. 6. Ed. Indaiatuba, Sp: Foco, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555152111. Sarlet, Ingo Wolfgang; Marinoni, Luiz Guilherme; Mitidiero, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 11. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553620490. Moraes, Guilherme Peña De. **Curso de Direito Constitucional**. 13. São Paulo: Atlas, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559772827. Bibliografia Complementar: Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 11. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547203665. Oliveira, Marcelo Andrade Cattoni De. **Constitucionalismo e História do Direito**. 2. Ed. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786586529241. Alcantara, Amanda Cecatto. **Teoria da Constituição**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589818007.

- DIREITO CONSTITUCIONAL II: O Estado brasileiro e seus fundamentos. Organização dos poderes. Processo legislativo e incorporação de tratados sobre Direitos Humanos no bloco de constitucionalidade. Poder Judiciário e funções essenciais à Justiça. Intervenção federal. Defesa do Estado e instituições democráticas. Tributação. Ordem econômica e social. Tutela constitucional do meio ambiente. Bibliografia Básica: Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 11. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547203665. Alcantara, Silvano Alves. **Direito Constitucional**. 1. Ed. São Paulo: Contentus, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786557459942. Dantas, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de Direito Constitucional**. 6. Ed. Indaiatuba, Sp: Foco, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555152111. Moraes, Guilherme Peña De. **Curso de Direito Constitucional**. 13. São Paulo: Atlas, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559772827. Bibliografia Complementar: Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo** os Conceitos fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 6. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547218546. Sarlet, Ingo Wolfgang; Marinoni, Luiz Guilherme; Mitidiero, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 11. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553620490. Góes, Guilherme Sandoval. **Direito Constitucional**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788593741272.

- DIREITO CONTRATUAL: Noções Gerais e Teoria Fundamental dos Contratos. Classificação, formação e interpretação dos contratos. Relações jurídicas contratuais. Da extinção do contrato. Contratos em espécie: Compra e Venda. Permuta. Da Doação. Bibliografia Básica: Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil**



Direito das Obrigações: Parte Especial: Contratos. 22. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V. 6, Tomo 1). Isbn 978655592450. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 3** Contratos. 20. Rio de Janeiro Atlas 2020 1 Recurso Online Isbn 9788597024692. Pereira, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil, V. 3** Contratos: Declaração Unilateral de Vontade, Responsabilidade Civil. 24. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online (Clássicos Forense). Isbn 9788530990534. Bibliografia Complementar: Lôbo, Paulo. **Direito Civil, V. 3** Contratos. 6. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553617210. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 3** Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. 15. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530989347. Tepedino, Gustavo. **Fundamentos do Direito Civil, V. 3** Contratos. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530989927. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 4** Contratos. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609536.

- DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Disposições preliminares. Direitos fundamentais. Política de atendimento. Medidas de proteção. Prática e ato infracional. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Conselho Tutelar. Acesso à Justiça. Bibliografia Básica: Nucci, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 3. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530973537. Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos. 15. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786553624351. Gentil, Enio. **Direito da Criança e do Adolescente**. 1. Ed. São Paulo: Rideel, 2022. 1 Recurso Online. (Amo Direito). Isbn 9786557389430. Bibliografia Complementar: Programa de Educação Tutorial (Brasil). **Cartilha Educativa:** os Direitos das Crianças : Uma Busca por Cidadania. Naviraí, Ms: Gráf. Cristal, 2016. 23 P. Nogueira, Ione da Silva Cunha. N778P o Papel do Estado na Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil: as Especificidades Da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação / Ione da Silva Cunha Nogueira. – Marília, 2010. Nucci, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530992798.

- DIREITO DAS COISAS: Introdução aos Direitos em relação às coisas. Posse. Propriedade. Função socioambiental da propriedade e da posse. Do condomínio. Da multipropriedade. Propriedade resolúvel. Direito de vizinhança. Bibliografia Básica: Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil** Direito das Coisas. 20. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V. 3). Isbn 9788553619689. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 4** Direito das Coisas. 12. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530989361. Cleyson de Moraes Mello. **Direito Civil: Direito das Coisas, 3ª Ed.** Editora Freitas Bastos, 2021. 626 P. Isbn 9786556750330. Bibliografia Complementar: Nader, Paulo. **Curso de Direito Civil, V.4** Direito das Coisas. 7. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 9788530968700. Lôbo, Paulo. **Direito Civil, V. 4** Coisas. 5. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553617197. Gama, Guilherme Calmon Nogueira Da. **Direito Privado Emergencial das Coisas, das Famílias e das Sucessões**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589351528.

- DIREITO DAS OBRIGAÇÕES: Teoria geral das obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Bibliografia Básica: Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 2** Teoria Geral das Obrigações. 17. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553617159. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil** Direito das Obrigações, Parte Especial: Contratos. 17. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V. 06, Tomo 2). Isbn 9788553619764. Nader, Paulo. **Curso de Direito Civil, V. 2** Obrigações. 9. Rio de



Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986650. Rizzardo, Arnaldo. **Direitos das Obrigações**. 9. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980825. Bibliografia Complementar: Fernandes, Alexandre Cortez. **Direito Civil: Obrigações**. 2. Ed. Porto Alegre: Educus, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788570619525. Lôbo, Paulo. **Direito Civil, V. 2** Obrigações; Inclui Responsabilidade Civil. 7. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553607907. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 2** Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil. 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530984038.

- DIREITO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: Retrospectiva Histórica das Organizações Internacionais. Conceito e funções. Personalidade jurídica. Composição e estrutura. Princípios jurídicos. Relacionamento com os Estados membros e com os Estados não membros. Sistema da ONU. Organizações Internacionais regionais. Relações entre Organizações Internacionais para a manutenção da paz. Responsabilidade Internacional. Bibliografia Básica: Barros-plataiu, Ana Flávia; Soendergaard, Niels. **Organizações e Instituições Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555411270. Cretella Neto, José. **Teoria Geral das Organizações Internacionais**. 3. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online Isbn 9788502201293. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 13. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530990442. Bibliografia Complementar: Tavora, Fabiano. **Direito Internacional Público, Privado e Comercial**. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 33"). Isbn 9788553601387. Teixeira, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado** Inclui Direitos Humanos. 5. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553616787. Roque, Sebastião José. **Tratados e Organizações Internacionais de Natureza Econômica**. 1. Ed. São Paulo: Ícone, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788527412926. Janina Onuki; Kelly Komatsu Agopyan. **Organizações e Regimes Internacionais**. Editora Intersaberes 202 Isbn 9786555178470.

- DIREITO DE FAMÍLIA: Direito de família: conceito, origem, evolução, concepção moderna e princípios constitucionais. Direito Matrimonial. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal. União estável. Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder familiar. Tutela. Curatela. Tomada de Decisão Apoiada. Alimentos. Bibliografia Básica: Pereira, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil, V.5** Direito de Família. 25. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974619. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 6** Direito de Família. 15. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547229320. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 5** Direito de Família. 13. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530978235. Bibliografia Complementar: Madaleno, Rolf. **Manual de Direito de Família**. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976187. Fernandes, Alexandre Cortez. **Direito Civil: Direito de Família**. 1. Ed. Porto Alegre: Educus, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788570617699. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil** Direito de Família. 22. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V). Isbn 9788553608935.

- DIREITO DESPORTIVO: Fundamentos constitucionais. Legislação Desportiva. Entidades Desportivas. Desporto Federado. Direito Desportivo e sua relação com os outros ramos do Direito. Justiça Desportiva e Arbitragem. Estatuto de Defesa do Torcedor. Contratos desportivos (civis e trabalhistas). Bibliografia Básica: Caus, Cristiana; Góes, Marcelo. **Direito Aplicado a Gestão do Esporte**. São Paulo: Trevisan, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788599519561. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Olhares e Experiências na Perspectiva do Direito Social. Ijuí: Unijuí, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788541902861. Peragene, Fábio. **o Direito e a**



Relação Trabalhista entre Clubes e Atletas de Futebol. 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788593741913. Bibliografia Complementar: Garcia, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho.** 11. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974992. Vance, Patricia de Salles. **Gestão de Esporte** Casos Brasileiros e Internacionais. Rio de Janeiro Ltc 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-216-2944-3. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 3** Contratos. 19. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597019704.

- DIREITO DIGITAL E TECNOLÓGICO: Sociedade da informação. Direito e tecnologias emergentes. Regulação da Internet: Lei dos Crimes Informáticos; Lei de Acesso à Informação; Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Regulação de Aplicações inovadoras: Criptomoedas, Big Data e Inteligência Artificial no Direito. Responsabilidade Civil e Penal no direito digital. Relações entre ciência e tecnologia e sociedade e ética. Bibliografia Básica: Pinheiro, Patricia Peck. **#Direito Digital.** 7. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555598438. Hoffmann-riem, Wolfgang. **Teoria Geral do Direito Digital:** Transformação Digital, Desafios para o Direito. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786559642267. Basan, Arthur Pinheiro. **Publicidade Digital e Proteção de Dados Pessoais:** o Direito ao Sossego. 1. Ed. Indaiatuba: Foco, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555152036. Bibliografia Complementar: Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **Princípios Constitucionais do Direito da Sociedade da Informação** a Tutela Jurídica do Meio Ambiente Digital. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502230644. Menezes, Elisângela Dias. **Curso de Direito Autoral:** do Clássico ao Digital. 2. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786500211351. O Direito na Sociedade da Informação 4: Movimentos Sociais, Tecnologia e a Atuação do Estado. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788584936229.

- DIREITO DO CONSUMIDOR: Fundamentos constitucionais dos direitos do consumidor. Direitos básicos do consumidor. Conceito e princípios no Código de Defesa do Consumidor. Os contratos na relação de consumo. Esferas de responsabilização e sanções no CDC. Proteção do consumidor em juízo. O sistema nacional de defesa do consumidor. Bibliografia Básica: Tartuce, Flávio. **Manual de Direito do Consumidor** Direito Material e Processual, Volume Único. 9. Rio de Janeiro Método 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530989712. Cavalieri Filho, Sérgio. **Programa de Direito do Consumidor.** 5. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597022414. Filomeno, José Geraldo Brito. **Direitos do Consumidor.** 15. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597017069. Bibliografia Complementar: Almeida, Fabrício Bolzan De. **Direito do Consumidor.** 8. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Esquemático). Isbn 9788553618026. Santanna, Gustavo. **Direito do Consumidor.** Porto Alegre: Sagah, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788595022874. Blum, Rita Peixoto Ferreira. **o Direito à Privacidade e à Proteção dos Dados do Consumidor.** 2. São Paulo: Grupo Almedina, 2018. 1 Recurso Online. (Teses). Isbn 9788584933181.

- DIREITO DO TRABALHO I: Surgimento do Direito do Trabalho no Brasil e no Mundo. O Direito do Trabalho em transformação. Teoria do Direito do Trabalho. Direitos Humanos nas relações de trabalho. Direito Coletivo do Trabalho: liberdade e autonomia sindical; negociação coletiva de trabalho; Greve e lockout. Dissídio coletivo e sentença normativa. Direito Individual do Trabalho: contrato de trabalho, características, classificação, sujeitos. Bibliografia Básica: Garcia, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho.** 11. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974992. Almeida, André Luiz Paes De. **Direito do Trabalho:** Material, Processual e Legislação Especial. 19. Ed. São Paulo: Rideel, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788533956971. Prazeres, Irley Aparecida Correia.



Manual de Direito do Trabalho. 1. Ed. São Paulo: Rideel, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788533956780. Leite, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho.** 12. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788553618125. Bibliografia Complementar: Prof. Gleibe Pretti. **Manual de Direito do Trabalho.** Ícone Editora 498 Isbn 9788527412490. Pereira, Emmanoel. **Direitos Sociais Trabalhistas:** Responsabilidade, Flexibilização, Sindicabilidade Judicial e as Relações Negociadas. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788553172757. Martinez, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho.** 11. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788553618408.

- DIREITO DO TRABALHO II: Direito individual do trabalho: duração do trabalho; férias; remuneração e salário; alteração, suspensão, interrupção e terminação do contrato de trabalho; estabilidade, indenizações e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Prescrição e Decadência. Meio ambiente do trabalho: segurança e higiene do trabalho; ergonomia, insalubridade e periculosidade. Bibliografia Básica: Almeida, André Luiz Paes De. **Direito do Trabalho:** Material, Processual e Legislação Especial. 19. Ed. São Paulo: Rideel, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788533956971. Prazeres, Irley Aparecida Correia. **Manual de Direito do Trabalho.** 1. Ed. São Paulo: Rideel, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788533956780. Martins, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho.** 39. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786553627475. Bibliografia Complementar: Martinez, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho.** 11. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788553618408. Direito Trabalhista e Previdenciário. 2. Ed. São Paulo: Pearson, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788570160553. Pereira, Emmanoel. **Direitos Sociais Trabalhistas:** Responsabilidade, Flexibilização, Sindicabilidade Judicial e as Relações Negociadas. São Paulo: Saraiva, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788553172757.

- DIREITO ELEITORAL: Direito eleitoral: conceito, fontes e princípios. Fundamentos constitucionais do Direito Eleitoral. Democracia e direitos políticos. Capacidade eleitoral. Alistabilidade, elegibilidade, inelegibilidade. Alistamento e voto. Partidos políticos. Justiça Eleitoral. Ministério Público Eleitoral. Sistema eleitoral. Eleições e campanhas eleitorais. Financiamento das campanhas eleitorais e prestação de contas. Pesquisas eleitorais e propaganda eleitoral. Votação, eleição e nulidades. Infrações eleitorais. Panorama do processo eleitoral. Bibliografia Básica: Gomes, José Jairo. **Direito Eleitoral.** 16. Rio de Janeiro Atlas 2020 1 Recurso Online Isbn 9788597024630. Machado, Raquel Cavalcanti Ramos. **Manual de Direito Eleitoral.** 2. São Paulo: Atlas, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788597016772. Chimenti, Ricardo Cunha. **Direito Eleitoral.** 10. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. (Sinopses Jurídicas ; 29). Isbn 9788553620005. Bibliografia Complementar: Bucci, Daniela. **Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão** Limites Materiais. 2. São Paulo Grupo Almedina 2018 1 Recurso Online (Teses). Isbn 9788584933211. Macedo, Elaine Harzheim. **Jurisdição Eleitoral e Direitos Políticos Fundamentais.** Rio de Janeiro Método 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6707-9. Tenório, Rodrigo Antonio. **Direito Eleitoral.** Rio de Janeiro Método 2014 1 Recurso Online (Carreiras Federais). Isbn 978-85-309-5639-4.

- DIREITO EMPRESARIAL I: Fundamentos constitucionais da ordem econômica e a atividade empresarial. Teoria Geral do Direito Empresarial. Teoria dos Atos de Comércio e Teoria da empresa. Empresa e Empresário. Nome Empresarial. Estabelecimento Empresarial. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Direito Societário: classificação das sociedades, operações societárias, dissolução, liquidação e extinção da sociedade. O empresário, as empresas e o meio ambiente: a educação ambiental. Bibliografia Básica: Negrão, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial.** 10. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553616190.



Chagas, Edilson Enedino Das. **Direito Empresarial Esquematizado**. 5. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Esquematizado). Isbn 9788553600588. Vido, Elisabete. **Curso de Direito Empresarial**. 10. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553620414. Bibliografia Complementar: Teixeira, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado** Doutrina, Jurisprudência e Prática. 7. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547230128. Negrão, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial**. 8. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600694. Tomazette, Marlon. **Curso de Direito Empresarial, V. 1: Teoria Geral e Direito Societário**. 13. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553620551.

- DIREITO EMPRESARIAL II: Títulos de Crédito: princípios, características, classificação, atos cambiais e espécies de títulos de crédito. Recuperação Extrajudicial e Judicial de Empresas. Falência. Bibliografia Básica: Negrão, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial**. 10. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553616190. Tomazette, Marlon. **Curso de Direito Empresarial, V. 3: Falência e Recuperação de Empresas**. 9. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555595628. Tomazette, Marlon. **Curso de Direito Empresarial, V. 2: Títulos de Crédito**. 12. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555593112. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Direito Empresarial: Títulos de Crédito e Contratos Mercantis**. 13. São Paulo: Saraiva, 2018. 1 Recurso Online. (Sinopses Jurídicas ; 22). Isbn 9788553609567. Bibliografia Complementar: Vido, Elisabete. **Curso de Direito Empresarial**. 7. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553612147. Sarhan Júnior, Suhel. **Curso de Direito Empresarial**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788593741395. Chagas, Edilson Enedino Das. **Direito Empresarial Esquematizado**. 5. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Esquematizado). Isbn 9788553600588. Teixeira, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado** Doutrina, Jurisprudência e Prática. 7. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547230128.

- DIREITO FINANCEIRO: Conceito, Fontes e Princípios. Orçamento Público. Receita Pública. Despesa Pública. Crédito Público. Controle da Atividade Financeira do Estado. Bibliografia Básica: Carneiro, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro**. 9. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 9788553615872. Pascoal, Valdecir. **Direito Financeiro e Controle Externo**. 10. Rio de Janeiro: Método, 2019. 1 Recurso Online. (Provas & Concursos). Isbn 9788530986568. Abraham, Marcus. **Curso de Direito Financeiro Brasileiro**. 5. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980542. Bibliografia Complementar: Boechat, Stephan Righi. **Orçamento por Resultados e Direito Financeiro**. São Paulo Blucher 2018 1 Recurso Online (Direito Financeiro). Isbn 9788580393392. Arellano, Luis Felipe Vidal. **Teoria Jurídica do Crédito Público e Operações Estruturadas: Empréstimos Públicos, Securitizações, Ppps, Garantias e Outras Operações Estruturadas no Direito Financeiro**. São Paulo, Sp: Blucher, 2020. 1 Recurso Online. (Direito Financeiro). Isbn 9786555500103. Chimenti, Ricardo Cunha. **Direito Tributário: Direito Financeiro, Direito Orçamentário e Lei de Responsabilidade Fiscal**. 21. São Paulo: Saraiva, 2018. 1 Recurso Online. (Sinopses Jurídicas ; 16). Isbn 9788553609956.

- DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: Direito Internacional Privado. Fontes, conflitos de lei no espaço e a norma de Direito Internacional Privado. Elementos de Conexão. Aplicação do Direito Estrangeiro pelo juiz nacional. Cooperação Jurídica Internacional. Carta Rogatória e Homologação de Sentença Estrangeira. Questões jurídicas relacionadas a situação de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil. Proteção dos direitos humanos no exterior. Bibliografia Básica: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado**. 4. Rio de Janeiro



Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985448. Basso, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**. 6. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597023060. Roque, Sebastião José. **Direito Internacional Privado**. 1. Ed. São Paulo: Ícone, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9788527410533. Bibliografia Complementar: Dolinger, Jacob. **Direito Internacional Privado**. 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980740. Del'olmo, Florisbal de Souza; Jaeger Junior, Augusto. **Curso de Direito Internacional Privado**. 12. Rio de Janeiro: Forense, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788530973896. Rechsteiner, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: Teoria e Prática**. 20. São Paulo: Saraiva, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788553608225. Teixeira, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado: Inclui Direitos Humanos**. 5. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788553616787.

- DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: Noções Preliminares. Relação entre Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado. Escolas Monistas e dualistas. Fontes do Direito Internacional Público. Sujeitos de direito internacional Bibliografia Básica: Amaral Júnior, Alberto Do. **Curso de Direito Internacional Público**. 5. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522496853. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 13. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530990442. Accioly, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 24. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610099. Bibliografia Complementar: Teixeira, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado** Inclui Direitos Humanos. 5. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553616787. Menezes, Wagner. **Tribunais Internacionais** Jurisdição e Competência. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online Isbn 9788502196391. Rezeck, Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Elementar**. 17. São Paulo: Saraiva, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788553172894.

- DIREITO MUNICIPAL: Origens e evolução do município. Organização do município. Autonomia municipal. Conceituação, governabilidade, competência e responsabilidade. Bibliografia Básica: Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 11. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547203665. Mendes, Gilmar Ferreira. **Linha Administração e Políticas Públicas: Gestão Pública e Direito Municipal: Tendências e Desafios**. São Paulo: Saraiva Educação, 2016. 1 Recurso Online. (Idp). Isbn 9788547204686. Vanin, Fábio Scopel. **Direito e Política Urbana: Gestão Municipal para a Sustentabilidade**. 1. Ed. Porto Alegre: Educus, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788570617712. Bibliografia Complementar: Planejamento Urbano e Regional o Município. Porto Alegre Sagah 2019 1 Recurso Online Isbn 9788533500396. Paulsen, Leandro; Melo, José Eduardo Soares De. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. 12. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553620001. Constituição Federal Interpretada Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo. 10. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online Isbn 9788520460269.

- DIREITO PENAL ESPECIAL I: Crimes contra a Pessoa. Crimes contra o Patrimônio. Crimes contra a Propriedade Imaterial. Crimes contra a Organização do Trabalho. Crimes contra o Sentimento Religioso e contra o Respeito aos Mortos. Bibliografia Básica: Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal, V. 2** Parte Especial: Arts. 121 a 212 do Código Penal. 4. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530989286. Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal, V. 3** Parte Especial. 4. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530988753. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V. 3** Parte Especial: Crimes Contrao Patrimo?Nio Ate? Crimes contra o Sentimento Religioso e contra o Respeito aos Mortos. 15. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610426. Bibliografia Complementar: Gonçalves, Victor Eduardo



Rios. **Curso de Direito Penal, V. 2** Parte Especial: Arts. 121 a 183. 3. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610143. Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, V. 2** Parte Especial Arts. 121 a 212. 20. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 9788553619207. Moretzsohn, Fernanda; Fávero, Lucas Henrique. **Direito Penal Decifrado:** Parte Especial. Rio de Janeiro: Método, 2023. 1 Recurso Online. (Decifrado). Isbn 9786559646425.

- DIREITO PENAL ESPECIAL II: Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a família. Crimes contra a Incolumidade Pública. Crimes contra a Paz Pública. Crimes contra a Fé Pública. Crimes contra a Administração Pública. Bibliografia Básica: Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Curso de Direito Penal, V. 3** Parte Especial (Arts. 184 a 359-h). 3. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610617. Jesus, Damásio De. **Direito Penal 4** Parte Especial: Crimes contra a Fé Pública a Crimes contra a Administração Pública (Arts. 289 a 359-h). 20. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 9788553619900. Masson, Cleber. **Direito Penal, V. 3** Parte Especial (Arts. 213 a 359H). 9. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986339. Bibliografia Complementar: Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal, V. 3** Parte Especial. 4. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530988753. Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, V. 3, Parte Especial** Arts. 213 a 359-h. 16. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547229580. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V. 4** Parte Especial: Crimes contra Adignidade Sexual Ate? Crimes contra a Fe? Pu?Blica. 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610044. Bitencourt, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado.** 10. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788553615704.

- DIREITO PENAL - PARTE GERAL I: Conceito, Fontes e Princípios. Norma Penal. Aplicação no Tempo e no Espaço. Teoria do Crime. Concurso de Pessoas. Bibliografia Básica: Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal, V. 1** Parte Geral: Arts. 1º a 120 do Código Penal. 4. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530989262. Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, V. 1** Parte Geral Arts. 1º ao 120. 24. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 9788553619184. Junqueira, Gustavo. **Manual de Direito Penal** Parte Geral. 3. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547217648. Bibliografia Complementar: Fabretti, Humberto Barrionuevo. **Direito Penal** Parte Geral. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597020465. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal** Parte Geral. 25. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V. 7). Isbn 9788553619948. Estefam, André. **Direito Penal, V. 1** Parte Geral (Arts. 1º a 120). 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609352.

- DIREITO PENAL - PARTE GERAL II: Teoria da Pena: Penas Privativas de Liberdade, Penas Restritivas de Direitos e Penas de Multa. Aplicação das Penas. Concurso de Crimes. Suspensão Condicional da Pena Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Medidas de Segurança. Ação Penal Causas de Extinção de Punibilidade. Prescrição Penal. Bibliografia Básica: Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal, V. 1** Parte Geral: Arts. 1º a 120 do Código Penal. 4. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530989262. Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, V. 1** Parte Geral Arts. 1º ao 120. 24. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 9788553619184. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal** Parte Geral. 25. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V. 7). Isbn 9788553619948. Bibliografia Complementar: Fabretti, Humberto Barrionuevo. **Direito Penal** Parte Geral. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597020465. Brandão, Claudio. **Curso de Direito Penal** Parte Geral. 2. Rio de Janeiro Forense 2010 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-3792-8. Raizaman, Daniel. **Manual de Direito Penal** Parte Geral. São



Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553611379. Estefam, André.
Direito Penal, V. 1 Parte Geral (Arts. 1º a 120). 8. São Paulo Saraiva 2018 1
Recurso Online Isbn 9788553609352.

- DIREITO PREVIDENCIÁRIO E SEGURIDADE SOCIAL: Sistema de seguridade social brasileiro: aspectos gerais, saúde, assistência social e previdência social. Os direitos humanos e a seguridade social no Brasil. Sistema Geral de Previdência: custeio, prestações, acidente e doenças do trabalho e benefícios em espécie. Regimes especiais de previdência, previdência dos agentes públicos e previdência complementar. Bibliografia Básica: Agostinho, Theodoro. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 978655592399. Santos, Erico Sanches Ferreira Dos. **Manual de Direito Previdenciário**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589818540. Martins, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social: Direito Previdenciário**. 41. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786553626157. Bibliografia Complementar: Leitão, André Studart. **Manual de Direito Previdenciário**. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553602117. Coords.: Juliana de Oliveira Xavier Ribeiro e Miguel Horvath. **a Proteção à Família no Direito Previdenciário**. Editora Rideel 296 Isbn 9786557381328. Bastos, Aurelio Wander. **Direito Constitucional Previdenciário**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589351863.

- DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO: Processo e procedimento administrativo: conceitos, fontes e princípios. Fundamentos constitucionais do processo administrativo. Modalidades. Fases. Duração. Sindicância e processo administrativo disciplinar. Prescrição. Súmulas. Bibliografia Básica: Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984830. Rocha, Sergio André. **Processo Administrativo Fiscal** Controle Administrativo do Lançamento Tributário. 2. São Paulo Grupo Almedina 2018 1 Recurso Online Isbn 9788584934355. Melo, Milena Barbosa de *Et Al*. **Instituições dos Processos Administrativo e Constitucional**. Porto Alegre: Ser - Sagah, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788595023994. Bibliografia Complementar: Coimbra, José Duarte; Caldeira, Marco; Serrão, Tiago. **Direito Administrativo da Emergência**: Organização Administrativa, Procedimento Administrativo, Contratação Pública e Processo Administrativo na Resposta à Covid-19. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9789724085067. Nohara, Irene Patrícia; Marrara, Thiago. **Processo Administrativo**: Lei Nº 9.784/99 Comentada. São Paulo: Atlas, 2009. 1 Recurso Online. Isbn 9788522467211. Bacellar Filho, Romeu Felipe. **Processo Administrativo Disciplinar**. 4. São Paulo: Saraiva, 2012. 1 Recurso Online. Isbn 9788502189911.

- DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL: Introdução à teoria da jurisdição constitucional. Visão geral do controle judicial de constitucionalidade brasileiro. Teoria da decisão judicial na jurisdição constitucional. Controle concreto de constitucionalidade no Brasil. Controle abstrato federal de constitucionalidade no Brasil. Um caso à parte: Ação Direta de Inconstitucionalidade interventiva. Estudo complementar: controle abstrato de constitucionalidade estadual. Bibliografia Básica: Dias, Ronaldo Brêtas de Carvalho. **Processo Constitucional e Estado Democrático de Direito**. 4. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555330144. Dantas, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito Processual Constitucional**. 10. Ed. Indaiatuba: Foco, 2020. 1 Recurso Online. (Amib). Isbn 9786555151534. Nunes Júnior, Vidal Serrano; Sciorilli, Marcelo. **Manual de Processo Constitucional**: Mandado de Segurança, Ação Civil Pública, Ação Popular, Habeas Data, Mandado de Injunção, Adin. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786556273112. Bibliografia Complementar: Dimoulis,



Dimitri. **Curso de Processo Constitucional** Controle de Constitucionalidade e Remédios Constitucionais. 4. São Paulo Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597006056. Barroso, Luís Roberto. **o Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro**. 8. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788553611959. Dantas, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito Processual Constitucional**. 11. Ed. Indaiatuba, Sp: Foco, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786555153941.

- DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Teoria Geral do Direito Processual do Trabalho. Justiça do Trabalho e Competência trabalhista. Atos, termos e prazos processuais. Nulidades. Ação trabalhista e procedimento. Partes, procuradores e terceiros. Petição inicial. Audiência. Resposta do réu. Provas. Sentença. Recursos trabalhistas. Execução trabalhista. Bibliografia Básica: Leite, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 18. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788553617906. Santos, Enoque Ribeiro Dos; Hajel Filho, Ricardo Antonio Bittar. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 4. São Paulo: Atlas, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788597025040. Romar, Carla Teresa Martins. **Direito Processual do Trabalho**. 3. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. (Esquematizado®). Isbn 9786553621527. Bibliografia Complementar: Garcia, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 6. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974886. Pamplona Filho, Rodolfo; Souza, Tercio Roberto Peixoto (Null). **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 2. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788553616213. Jorge Neto, Francisco Ferreira; Cavalcante, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito Processual do Trabalho**. 8. São Paulo: Atlas, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788597019162. Santos, Enoque Ribeiro Dos. **Processo Coletivo do Trabalho**. 2. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530979010.

- DIREITO PROCESSUAL PENAL I: Sistemas processuais penais, princípios processuais penais, interpretação e aplicação da lei processual penal. Inquérito policial e outras formas de investigação. Ação penal. Reparação do Dano ex Delicto. Jurisdição e competência. Exceção e Conflito de Competência. Bibliografia Básica: Ramidoff, Mário Luiz. **Elementos de Processo Penal**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788559724370. Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 20. Rio de Janeiro: Forense, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786559646838. Lopes Junior, Aury. **Direito Processual Penal**. 20. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786553626355. Bibliografia Complementar: Bomfin, Edilson Mougén. **Código de Processo Penal Anotado**. 6. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547210540. Aranha Filho, Adalberto Camargo. **Temas Atuais de Direito Penal e Direito Processual Penal**. 1. Ed. São Paulo: Rideel, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786557386361. Lechenakoski, Bryan Bueno. **Processo Penal e Sistema Acusatório: Análise Crítica dos Sistemas Processuais Penais ao Ônus da Prova**. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589818175.

- DIREITO PROCESSUAL PENAL II: Prisões provisórias e medidas cautelares. Provas. Sujeitos processuais. Comunicação de atos processuais. Sentença. Procedimentos Comum e Especial do Tribunal do Júri. Bibliografia Básica: Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 20. Rio de Janeiro: Forense, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786559646838. Lopes Junior, Aury. **Direito Processual Penal**. 20. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786553626355. Rangel, Paulo. **Direito Processual Penal**. 30. São Paulo: Atlas, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786559773060. Bibliografia Complementar: Gloeckner, Ricardo Jacobsen. **Nulidades no Processo Penal**. 3. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547214678. Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 17. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso



Online. Isbn 9788530989989. Reis, Alexandre Cebrian Araújo. **Processo Penal** Procedimentos, Nulidades e Recursos. 19. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V). Isbn 9788553610556.

- DIREITO PROCESSUAL PENAL III: Recursos em matéria penal. Ações de impugnação. Bibliografia Básica: Rangel, Paulo. **Direito Processual Penal**. 30. São Paulo: Atlas, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786559773060. Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 20. Rio de Janeiro: Forense, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786559646838. Lopes Junior, Aury. **Direito Processual Penal**. 20. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786553626355. Bibliografia Complementar: Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 17. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530989989. Piedade, Antonio Sergio Cordeiro; Gomes, Ana Carolina Dal Ponte Aidar. **Direito Processual Penal**. 2. Rio de Janeiro: Método, 2022. 1 Recurso Online. (Método Essencial). Isbn 9786559645107. Lechenakoski, Bryan Bueno. **Processo Penal e Sistema Acusatório**: Análise Crítica dos Sistemas Processuais Penais ao Ônus da Prova. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589818175.

- DIREITOS HUMANOS: O conceito atual de direitos humanos e sua relevância na atualidade. Fundamentação histórica e filosófica dos direitos humanos. A proteção internacional de direitos humanos. Os direitos humanos na ordem jurídica brasileira. Questões atuais dos direitos humanos. Situações específicas de Direitos Humanos no Estado de Mato Grosso do Sul: meio ambiente e educação ambiental, questão indígena, população ribeirinha, população de fronteira, trabalhadores da mineração e de carvoarias, trabalhadores rurais, entre outras pertinentes. Bibliografia Básica: Comparato, Fábio Konder. **a Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 11. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547216139. Veloso, Renato. **Direitos Humanos**. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Coleção de Serviço Social). Isbn 9788547209605. Guia de Proteção dos Direitos Humanos: Sistemas Internacionais e Sistema Constitucional. 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788559729382. Monebhurrin, Nitish. **Proteção Internacional dos Direitos Humanos**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788593741494. Bibliografia Complementar: Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 17. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547213169. Ramos, André de Carvalho. **Processo Internacional de Direitos Humanos**. 7. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786555599275. Augustin, Sérgio. **Direitos Humanos: Emancipação e Ruptura**. 1. Ed. Porto Alegre: Educ's, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788570617231. Nodari, Paulo César. **Ética, Meio Ambiente e Direitos Humanos: a Cultura de Paz e Não Violência**. 1. Ed. Porto Alegre: Educ's, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788570618634.

- DIREITOS HUMANOS, FRONTEIRAS E MIGRAÇÃO: Teoria dos Direitos Humanos e Fundamentais. Fronteiras. Teorias Migratórias. Nova Lei de Migração. Direitos dos Imigrantes. Bibliografia Básica: Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 17. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547213169. Teixeira, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado**: Inclui Direitos Humanos. 5. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788553616787. Pereira, Gustavo de Lima. **Direitos Humanos e Migrações Forçadas**: Introdução ao Direito Migratório e ao Direito dos Refugiados no Brasil e no Mundo. 1. Ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788539712410. Bibliografia Complementar: Comparato, Fábio Konder. **a Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 11. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547216139. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado**. 4. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online



Isbn 9788530985448. Veloso, Renato. **Direitos Humanos.** São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Coleção de Serviço Social). Isbn 9788547209605.

- DIREITO TRIBUTÁRIO I: Fundamentos do Direito Tributário: Justiça Fiscal, Tributação e Direitos Fundamentais; Tributos; Fontes do Direito Tributário; Vigência, aplicação e interpretação da legislação tributária; Sistema Tributário Nacional: Princípios constitucionais tributários, Normas Gerais de Direito Tributário, Imunidades, Competência Tributária. Bibliografia Básica: Schoueri, Luís Eduardo. **Direito Tributário.** 11. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 978655596366. Pichiliani, Mauricio Carlos. **Manual de Direito Tributário.** 1. Ed. São Paulo: Rideel, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788533953154. Torres, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário.** 20. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788593741197. Bibliografia Complementar: Harada, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário.** 26. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011067. Sabbag, Eduardo de Moraes. **Direito Tributário Essencial.** 5. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975739. Brito, Edvaldo. **Direito Tributário e Constituição** Estudos e Pareceres. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597003185. Ávila, Márcio. **Direito Constitucional Tributário na América Latina.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788593741937. Sabbag, Eduardo. **Direito Tributário Essencial.** 7. Rio de Janeiro: Método, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788530988647.

- DIREITO TRIBUTÁRIO II: Regra Matriz Tributária. Lançamento tributário, conceito e classificação. Crédito tributário: constituição, suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão. Responsabilidade Tributária. Administração Tributária. Introdução às relações processuais em matéria tributária. Bibliografia Básica: Abraham, Marcus. **Curso de Direito Tributário Brasileiro.** 4. Rio de Janeiro: Forense, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786559646524. Pichiliani, Mauricio Carlos. **Manual de Direito Tributário.** 1. Ed. São Paulo: Rideel, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788533953154. Torres, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário.** 20. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788593741197. Hack, Érico Germano. **Direito Administrativo e Tributário.** 1. Ed. São Paulo: Contentus, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786557457177. Bibliografia Complementar: Sabbag, Eduardo de Moraes. **Direito Tributário Essencial.** 5. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975739. Ávila, Márcio. **Direito Constitucional Tributário na América Latina.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788593741937. Rodrigues, Deusmar José. **Direito Tributário.** 1. Ed. Leme: Jh Mizuno, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788577892860.

- ECONOMIA POLÍTICA: Conceitos fundamentais de economia. Evolução do pensamento econômico. Tópicos de microeconomia. Estruturas de mercado. Relação da Economia com o Direito. Tópicos de macroeconomia. Políticas macroeconômicas. Relações econômicas internacionais. Setor público. Desenvolvimento econômico. Economia e meio ambiente. Bibliografia Básica: Silva, Filipe Prado Macedo Da. **Economia Política.** Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595028968. Calabrez, Felipe. **Introdução à Economia Política: o Percurso Histórico de Uma Ciência Social.** Curitiba, Pr: Intersaberes, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788522702039. Olivera, Rafael Carvalho Rezende. **Direito, Política e Economia.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788593741531. Macroeconomia Teoria e Aplicações de Política Econômica. 4. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597017564. Bibliografia Complementar: Matias-pereira, José. **Curso de Economia Política** Foco na Política Macroeconômica e nas Estruturas de Governança. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522498802. Silva, Filipe Prado Macedo Da. **Economia**



Política. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595024083. Rousseau, Jean-jacques. **Discurso sobre a Economia Política.** 1. Ed. São Paulo: Vozes, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788532653482. Oliveira, Dennison De. **História do Brasil: Política e Economia.** 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. 1 Recurso Online. Isbn 9788582122402. Callan, Scott J; Thomas, Janet M. **Economia Ambiental: Aplicações, Políticas e Teoria.** 2. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788522125210.

- **EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO:** Perfil empreendedor. O papel do empreendedor na sociedade. Motivação. Estabelecimento de metas. Ideias e oportunidades. Inovação. Técnicas e Ferramentas de planejamento e validação de negócios inovadores. Modelagem e Startups. Bibliografia Básica: Mações, Manuel Alberto Ramos. **Empreendedorismo, Inovação e Mudança Organizacional, V. 3.** São Paulo: Grupo Almedina, 2017. 1 Recurso Online. (Biblioteca do Gestor ; 3). Isbn 9789896942236. Bessant, John; Tidd, Joe. **Inovação e Empreendedorismo.** 3. Porto Alegre: Bookman, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788582605189. Et Al. **Startups e Inovação:** Direito no Empreendedorismo: Entrepreneurship Law. 2. Barueri: Manole, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788520461976. Bibliografia Complementar: Dornelas, José. **Dicas Essenciais de Empreendedorismo** Sugestões Práticas para Quem Quer Empreender. São Paulo Fazendo Acontecer 2020 1 Recurso Online Isbn 9786587052038. Aidar, Marcelo Marinho. **Empreendedorismo.** São Paulo Cengage Learning 2018 1 Recurso Online (Debates em Administração). Isbn 9788522126101. Tajra, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo** Conceitos e Práticas Inovadoras. São Paulo Erica 2019 1 Recurso Online (Eixos). Isbn 9788536531625. Osterwalder, Alexandre; Pigneur, Yves. **Business Model Generation:** Inovação em Modelos de Negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9786555204605.

- **ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - PRÁTICA JURÍDICA EXTENSIONISTA I:** Atividades práticas de natureza judicial. Elaboração de peças jurídicas, visando a solução judicial e extrajudicial. Processo Eletrônico. Visitas Técnicas: Apresentação do Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias (Advocacia Pública): organização, estrutura e competência. Incentivar a construção da cultura do consenso, estudando a justiça conciliativa em atenção à Resolução n. 125 do CNJ. Mecanismos básicos de funcionamento da conciliação, mediação e arbitragem no Brasil como alternativas ou novos instrumentos ao Poder Judiciário. A prática jurídica como ferramenta para a tutela dos direitos humanos, o desenvolvimento de políticas de igualdade gênero e étnico-raciais, o enfrentamento do racismo, a proteção do meio ambiente, a defesa de grupos minoritários e vulneráveis, entre eles as crianças, os adolescentes, os idosos, as pessoas com deficiência e membros da comunidade LGBTQIA+. Atividades práticas reais dotadas de caráter extensionista com protagonismo do discente e orientadas para a densificação do direito do acesso à Justiça. Bibliografia Básica: Marques, Fernando; Tasoko, Marcelle; Andrade, Priscila Souto. **Prática Penal.** 5. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. (Prática Forense). Isbn 9786553624825. Conde, Maria Eugenia *Et Al.* **Prática Trabalhista.** 4. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. (Prática Forense). Isbn 9786553624832. Giacomelli, Cinthia Louzada Ferreira *Et Al.* **Prática Processual Civil.** Porto Alegre: Sagah, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786556901756. Valles, Edgar. **Prática Processual Civil.** 12. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9789724084381. Bibliografia Complementar: Victalino, Ana Carolina; Lamounier, Daniel; Oliveira, Marcos. **Prática Administrativa.** 4. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. (Prática Forense). Isbn 9786553626034. Lamounier, Daniel; Barroso, Darlan; Chalita, Savio. **Prática Constitucional.** 4. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. (Prática Forense). Isbn 9786553625778. Nucci, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal.** 13. Rio de Janeiro: Forense, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786559640980.



- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - PRÁTICA JURÍDICA EXTENSIONISTA II: Atividades práticas de natureza judicial. Elaboração de peças jurídicas, visando a solução judicial e extrajudicial. Processo Eletrônico. Visitas Técnicas: Apresentação do Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias (Advocacia Pública): organização, estrutura e competência. Incentivar a construção da cultura do consenso, estudando a justiça conciliativa em atenção à Resolução n. 125 do CNJ. Mecanismos básicos de funcionamento da conciliação, mediação e arbitragem no Brasil como alternativas ou novos instrumentos ao Poder Judiciário. A prática jurídica como ferramenta para a tutela dos direitos humanos, o desenvolvimento de políticas de igualdade gênero e étnico-raciais, o enfrentamento do racismo, a proteção do meio ambiente, a defesa de grupos minoritários e vulneráveis, entre eles as crianças, os adolescentes, os idosos, as pessoas com deficiência e membros da comunidade LGBTQIA+. Atividades práticas reais dotadas de caráter extensionista com protagonismo do discente e orientadas para a densificação do direito do acesso à Justiça. **Bibliografia Básica:** Conde, Maria Eugenia *Et Al.* **Prática Trabalhista.** 4. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. (Prática Forense). Isbn 9786553624832. Nucci, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal.** 14. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559645220. Giacomelli, Cinthia Louzada Ferreira *Et Al.* **Prática Processual Civil.** Porto Alegre: Sagah, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786556901756. **Bibliografia Complementar:** Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil, .V 1** Teoria Geral do Direito Processual Civil, Parte Geral do Código de Processo Civil. 10. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 9788553617784. Valles, Edgar. **Prática Processual Civil.** 12. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9789724084381. Lamounier, Daniel *Et Al.* (Null). **Prática Constitucional.** 2. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. (Prática Forense). Isbn 9788553618187.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - PRÁTICA JURÍDICA EXTENSIONISTA III: Atividades práticas de natureza judicial. Elaboração de peças jurídicas, visando a solução judicial e extrajudicial. Processo Eletrônico. Visitas Técnicas: Apresentação do Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias (Advocacia Pública): organização, estrutura e competência. Incentivar a construção da cultura do consenso, estudando a justiça conciliativa em atenção à Resolução n. 125 do CNJ. Mecanismos básicos de funcionamento da conciliação, mediação e arbitragem no Brasil como alternativas ou novos instrumentos ao Poder Judiciário. A prática jurídica como ferramenta para a tutela dos direitos humanos, o desenvolvimento de políticas de igualdade gênero e étnico-raciais, o enfrentamento do racismo, a proteção do meio ambiente, a defesa de grupos minoritários e vulneráveis, entre eles as crianças, os adolescentes, os idosos, as pessoas com deficiência e membros da comunidade LGBTQIA+. Atividades práticas reais dotadas de caráter extensionista com protagonismo do discente e orientadas para a densificação do direito do acesso à Justiça. **Bibliografia Básica:** Nucci, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal.** 14. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559645220. Lamounier, Daniel *Et Al.* (Null). **Prática Constitucional.** 2. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. (Prática Forense). Isbn 9788553618187. Giacomelli, Cinthia Louzada Ferreira *Et Al.* **Prática Processual Civil.** Porto Alegre: Sagah, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786556901756. **Bibliografia Complementar:** Conde, Maria Eugenia *Et Al.* **Prática Trabalhista.** 4. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. (Prática Forense). Isbn 9786553624832. Valles, Edgar. **Prática Processual Civil.** 12. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9789724084381. Luz, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado** Advocacia Prática: Civil, Trabalhista e Criminal. 31. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online Isbn 9788520455821.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - PRÁTICA JURÍDICA EXTENSIONISTA IV: Atividades práticas de natureza judicial. Elaboração de peças jurídicas, visando a solução judicial e extrajudicial. Processo Eletrônico. Visitas Técnicas: Apresentação do Poder



Judiciário, Ministério Público, Procuradorias (Advocacia Pública): organização, estrutura e competência. Incentivar a construção da cultura do consenso, estudando a justiça conciliativa em atenção à Resolução n. 125 do CNJ. Mecanismos básicos de funcionamento da conciliação, mediação e arbitragem no Brasil como alternativas ou novos instrumentos ao Poder Judiciário. A prática jurídica como ferramenta para a tutela dos direitos humanos, o desenvolvimento de políticas de igualdade gênero e étnico-raciais, o enfrentamento do racismo, a proteção do meio ambiente, a defesa de grupos minoritários e vulneráveis, entre eles as crianças, os adolescentes, os idosos, as pessoas com deficiência e membros da comunidade LGBTQIA+. Atividades práticas reais dotadas de caráter extensionista com protagonismo do discente e orientadas para a densificação do direito do acesso à Justiça. **Bibliografia Básica:** Nucci, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal.** 14. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559645220. Lamounier, Daniel *Et Al.* (Null). **Prática Constitucional.** 2. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. (Prática Forense). Isbn 9788553618187. Giacomelli, Cinthia Louzada Ferreira *Et Al.* **Prática Processual Civil.** Porto Alegre: Sagah, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786556901756. **Bibliografia Complementar:** Conde, Maria Eugenia *Et Al.* **Prática Trabalhista.** 4. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. (Prática Forense). Isbn 9786553624832. Valles, Edgar. **Prática Processual Civil.** 12. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9789724084381. Luz, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado** Advocacia Prática: Civil, Trabalhista e Criminal. 31. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online Isbn 9788520455821.

- ESTUDO DE LIBRAS: História da inclusão de surdos na sociedade brasileira e noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar no ensino de língua e literaturas da língua portuguesa. **Bibliografia Básica:** Almeida, Elizabeth Oliveira Crepaldi de *Et Al.* **Atividades Ilustradas em Sinais da Libras.** 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2013. Xii, 242 P. Isbn 9788537205549. Ramos, Clélia Regina. **Olhar Surdo:** Orientações Iniciais para Estudantes de Libras. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2014. 136 P. Isbn 9788584120024. Gesser, Audrei. o Ouvinte e a Surdez: sobre Ensinar e Aprender a Libras. São Paulo, SP: Parábola, 2015. 187 P. (Estratégias de Ensino ; 35). Isbn 9788579340505. **Bibliografia Complementar:** Capovilla, Fernando César *Et Al.* (Ed.). Dicionário da Língua de Sinais do Brasil, Volume 3: a Libras em suas Mãos : Sinais de P a Z. São Paulo, SP: Edusp, 2017. P. 2059 até 2931 Isbn 9788531415425. Quadros, Ronice Müller De. **Educação de Surdos** a Aquisição da Linguagem. Porto Alegre Artmed 2001 1 Recurso Online Isbn 9788536316581. Libras. 2. Porto Alegre Ser - Sagah 2019 1 Recurso Online Isbn 9788595027305. Libras: Aspectos Fundamentais. 1. Ed. Curitiba, Pr: Intersaberes, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788559728880.

- ÉTICA PROFISSIONAL: A OAB. O advogado, seus direitos, suas prerrogativas e suas obrigações. Relação com os poderes, os representados e com outros profissionais. **Bibliografia Básica:** Sá, Antônio Lopes De. **Ética Profissional.** 10. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597021653. Gonzaga, Alvaro de Azevedo. **Ética Profissional** Sintetizado. 2. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530987107. Santos, Ana Paula Maurília dos *Et Al.* **Legislação e Ética Profissional.** Porto Alegre: Sagah, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788595029019. **Bibliografia Complementar:** Coelho, Marcus Vinicius Furtado. **Comentários ao Novo Código de Ética dos Advogados.** 2. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547219659. Costa, Elcias Ferreira Da. **Deontologia Jurídica** Ética das Profissões Jurídicas. 4. Rio de Janeiro Forense 2013 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-5629-5. Sanches, Alessandro. **Ética Profissional e Filosofia do Direito.** Rio de Janeiro: Método, 2016. 1 Recurso Online. (Método de Estudo Oab). Isbn 9788530973711. Vailatti, Diogo Basílio. **Manual de Ética Profissional e Estatuto da Oab.** 1. Ed. São Paulo: Rideel, 2018.



1 Recurso Online. Isbn 9788533956803.

- EXECUÇÃO PENAL: Evolução histórica da execução penal. Fundamentos constitucionais da execução penal. Do condenado e do internado. Assistência. Direitos e deveres do preso. Disciplina penitenciária. Incidentes de execução penal. Procedimento da execução penal. Bibliografia Básica: Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Execução Penal**. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530989026. Avena, Norberto. **Execução Penal**. 6. Rio de Janeiro: Método, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788530987411. Maciel Neto, Aluisio Antonio. **Execução Penal**. 1. Ed. São Paulo: Rideel, 2022. 1 Recurso Online. (Amo Direito). Isbn 9786557389331. Bibliografia Complementar: Marcão, Renato. **Curso de Execução Penal**. 15. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553601516. Sônia de Oliveira Wormes Proença. **Sistema Penitenciário: Execução Penal**. Contentus 93 Isbn 9786557455494. Débora Veneral. **Execução Penal: Teoria e Prática**. Editora Intersaberes 334 Isbn 9786555178180.

- FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA: Origem, conceito e divisão da filosofia (antiga, medieval, moderna e contemporânea). Problemas e temas relevantes do discurso filosófico. Fundamentos filosóficos do Direito. Bibliografia Básica: Nader, Paulo. **Filosofia do Direito**. 27. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530990244. Sousa, Cássio Vinícius Steiner De. **Filosofia Geral e Jurídica**. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595023079. Castilho, Ricardo dos Santos. **Filosofia Geral e Jurídica**. 7. São Paulo: Saraiva, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555595000. Bibliografia Complementar: Bittar, Eduardo C. B. **Curso de Filosofia do Direito**. 14. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597018691. Adeodato, João Maurício. **Filosofia do Direito Uma Crítica à Verdade na Ética e na Ciência**. 6. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609833. Cicco, Claudio. **História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito**. 8. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547220570.

- FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: Noções preliminares acerca dos meios adequados (alternativos) de solução de conflitos. Fundamentos constitucionais. Sistema multiportas de solução de disputas. Autocomposição e heterocomposição. Principais modalidades. Disposições do atual CPC e legislação ordinária. Conflitos sociais, educação ambiental e Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Takahashi, Bruno. **em Busca da Solução Adequada de Conflitos**. 1. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786500221305. Veiga, Hélio Mendes. **Conciliação Bônus de Uma Justiça Célere e Eficaz: Mediação por Meio da Justiça Restaurativa**. 1. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786557910030. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem: Cuso de Métodos Adequados de Solução de Controvérsias. 4. Rio de Janeiro: Forense, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786559640089. Bibliografia Complementar: Zaffari, Eduardo Kucker. **Solução de Conflitos Jurídicos**. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595025233. Scavone Junior, Luiz Antonio. **Arbitragem: Mediação, Conciliação e Negociação**. 10. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530990152. Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual dos Mescs: Meios Extrajudiciais de Solução de Conflitos: Arbitragem, Mediação, Conciliação, Negociação, Ombudman, Avaliação Neutra**. Barueri: Manole, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788520461457. Martinelli, Dante Pinheiro; Almeida, Ana Paula De; Bandos, Melissa Franchini Cavalcanti. **Negociação e Solução de Conflitos: do Impasse ao Ganha-ganha com o Melhor Estilo**. 2. São Paulo: Atlas, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788597025989. Tonin, Mauricio Morais. **Arbitragem, Mediação e Outros Métodos de Solução de Conflitos Envolvendo o Poder Público**. São Paulo: Grupo Almedina, 2019. 1 Recurso Online. (Teses). Isbn 9788584934720.



- HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: Hermenêutica jurídica. Teorias da interpretação. Direito e interpretação. Processos de integração do direito. A lógica jurídica. Introdução à argumentação. Relações entre argumentação, lógica e linguagem. Leis lógicas e regras de inferência. Retórica Jurídica. Decisão jurídica. Teorias da decisão. **Bibliografia Básica:** Streck, Lenio Luiz. **Hermenêutica e Jurisprudência no Código de Processo Civil** Coerência e Integridade. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553600113. Maximiliano, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito.** 22. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. (Fora de Série). Isbn 9788530991425. Soares, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica.** 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610235. **Bibliografia Complementar:** Friede, Reis. **Ciência do Direito, Norma, Interpretação e Hermenêutica Jurídica.** 9. São Paulo Manole 2015 1 Recurso Online Isbn 9788520446263. Soares, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica.** 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610235. Eltz, Magnum Koury de Figueiredo. **Hermenêutica e Argumentação Jurídica.** Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595024090. Coelho, Inocêncio Mártires. **da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica:** Fragmentos. 2. São Paulo: Saraiva, 2014. 1 Recurso Online. (Idp). Isbn 9788502616257.

- HISTÓRIA DO DIREITO: Evolução do direito positivo moderno. Trajetória dos institutos jurídicos fundamentais. Grandes sistemas jurídicos comparados. História do direito brasileiro. Direções do pensamento jurídico contemporâneo. **Bibliografia Básica:** Maciel, José Fábio Rodrigues. **Manual de História do Direito.** 9. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553611355. Wolkmer, Antonio Carlos. **História do Direito:** Tradição no Ocidente e no Brasil. 11. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788530987305. Jellinek, Georg. **a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão** Contribuição para a História do Direito Constitucional Moderno, V. 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522499649. **Bibliografia Complementar:** Grivot, Débora Cristina Hohenbach. **História do Direito.** Porto Alegre Sagah 2017 1 Recurso Online Isbn 9788595021716. Bittar, Eduardo C. B. **História do Direito Brasileiro** Leituras da Ordem Jurídica Nacional. 4. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597013597. Cicco, Claudio. **História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito.** 8. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547220570.

- INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DA PESQUISA: Modernidade e pensamento científico. Noções de epistemologia. Pesquisa científica na área jurídica. Métodos de pesquisa adequados à ciência jurídica. Técnicas de pesquisa jurídica. Projeto de pesquisa e seus elementos. Técnicas de escrita científica na área do Direito. Normas para formatação de trabalhos acadêmicos. **Bibliografia Básica:** Mezzaroba, Orides. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito.** 8. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553611560. Metodologia da Pesquisa em Direito Técnicas e Abordagens para Elaboração de Monografias, Dissertações e Teses. 2. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553615544. Bittar, Eduardo C. B. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** Teoria e Prática da Monografia para os Cursos de Direito. 17. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553622470. **Bibliografia Complementar:** Flick, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa** um Guia para Iniciantes. Porto Alegre Penso 2012 1 Recurso Online Isbn 9788565848138. Bello, Enzo. **Metodologia da Pesquisa em Direito.** 1. Ed. Porto Alegre: Educus, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788570617859. Baptista, Makilim Nunes; Campos, Dinael Corrêa De. **Metodologias Pesquisa em Ciências:** Análise Quantitativa e Qualitativa. 2. Rio de Janeiro: Ltc, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788521630470. Matias-pereira, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** 4. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597008821. Michel, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais.** 3.



São Paulo: Atlas, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 978-85-970-0359-8.

- JURIMETRIA: Realismo Jurídico e análise estatística do Direito. Ciência de dados, Jurimetria e Estatística. Conceitos básicos de bancos de dados. Bancos transacionais e analíticos. Fontes de dados para análise jurídica. Conceitos de sistemas de informação gerencial e sistemas de informação jurídica. Modelos de serviço jurídico. Controladoria e back-office jurídico. A comoditização dos serviços jurídicos Bibliografia Básica: Doane, David P. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. 4. Porto Alegre Amgh 2014 1 Recurso Online Isbn 9788580553949. Martins, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral e Aplicada**. 6. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012682. Triola, Mario F. **Introdução à Estatística**. 12. Rio de Janeiro Ltc 2017 1 Recurso Online Isbn 9788521634256. Bibliografia Complementar: Moore, David S. **a Estatística Básica e sua Prática**. 7. Rio de Janeiro Ltc 2017 1 Recurso Online Isbn 9788521634294. Sacramone, Marcelo Barbosa. **Direito Societário e Recuperação de Empresas: Estudos de Jurimetria**. 1. Ed. Indaiatuba: Foco, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555153613. Levin, Jack. **Estatística para Ciências Humanas**. 11. Ed. São Paulo: Pearson, 2012. 1 Recurso Online. Isbn 9788581430812.

- LINGUAGEM JURÍDICA: Estudo do código linguístico da língua portuguesa, aplicado ao contexto jurídico. Interlocução dos operadores do Direito com os diferentes segmentos com os quais interage, além do estudo das técnicas e dos mecanismos de comunicação aplicados às ciências jurídicas. Conhecimentos gramaticais aplicados ao texto são debatidos em cada unidade de estudo. Bibliografia Básica: Trubilhano, Fabio; Henriques, Antonio. **Linguagem Jurídica e Argumentação: Teoria e Prática**. 7. São Paulo: Atlas, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786559770366. Valverde, Alda da Graça Marques; Fetzner, Néli Luiza Cavalieri; Tavares Junior, Nelson Carlos. **Linguagem e Argumentação Jurídica: Peças Processuais: Estrutura e Argumentação**. 6. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530991487. Bittar, Eduardo C. B. **Linguagem Jurídica: Semiótica, Discurso e Direito**. 8. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553620346. Bibliografia Complementar: Damião, Regina Toledo; Henriques, Antonio (Null). **Curso de Português Jurídico**. 15. São Paulo: Atlas, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786559770939. Petri, Maria José Constantino. **Manual de Linguagem Jurídica**. 3. São Paulo: Saraiva, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788547216801. Pannunzio, Sérgio Luiz. **Repensando o Direito: um Ensaio sobre os Usos da Linguagem, da Lógica e das Formas Elementares de Pensamento na Argumentação Jurídica**. 1. Ed. Jundiaí, Sp: Paco e Littera, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788546218523.

- MEDICINA LEGAL: Histórico da medicina legal. Aplicações da medicina legal nas esferas penal, cível, trabalhista e previdenciária. Documentos médico-legais. Perícias. Psicologia e psicopatologia forense. Antropologia forense. Traumatologia forense. Bibliografia Básica: França, Genival Veloso De. **Fundamentos de Medicina Legal**. 3. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2018 1 Recurso Online Isbn 9788527733373. Trunckle, Yuri Franco; Okamoto, Cristina Akemi. **Medicina Legal e Perícias Médicas**. Rio de Janeiro: Método, 2022. 1 Recurso Online. (Método Essencial). Isbn 9786559643226. Bittar, Neusa. **Medicina Legal e Noções de Criminalística: Revista e Atualizada**. 10. Ed. Indaiatuba: Foco, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555152951. Bibliografia Complementar: Avelar, Luiz Eduardo Toledo; Bordoni, Leonardo Santos; Castro, Marcelo Mari De. **Atlas de Medicina Legal**. Rio de Janeiro: Medbook, 2014. 1 Recurso Online. Isbn 9786557830086. Croce, Delton; Croce Junior, Delton. **Manual de Medicina Legal**. 8. São Paulo: Saraiva, 2011. 1 Recurso Online. Isbn 9788502149533. Hercules, Hygino de C. **Medicina Legal: Texto e Atlas**. 2. Ed. São Paulo: Atheneu, 2014. 1 Recurso Online. Isbn 9788538805243.



- **POLÍTICAS PÚBLICAS:** Constituição e Políticas públicas. Histórico das políticas públicas. Políticas Públicas e Direitos Humanos. Objetivos, natureza e dinâmica das políticas públicas. Instrumentos de políticas públicas. Ciclo de vida das políticas públicas. Avaliação de políticas públicas: objetivos, natureza e tipos de avaliação. Indicadores de processo, estrutura e resultados. Bibliografia Básica: Poder Judiciário Orçamento, Gestão e Políticas Públicas, V. 1. 2. São Paulo Grupo Almedina 2017 1 Recurso Online Isbn 9788584934317. Secchi, Leonardo. **Políticas Públicas** Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos. 3. São Paulo Cengage Learning Brasil 2019 1 Recurso Online Isbn 9788522128976. Mendes, Gilmar. **Políticas Públicas no Brasil** Uma Abordagem Institucional. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547218515. Bibliografia Complementar: Mendes, Gilmar Ferreira. **Linha Administração e Políticas Públicas** Gestão Pública e Direito Municipal: Tendências e Desafios. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788547204686. Fonte, Felipe de Melo. **Políticas Públicas e Direitos Fundamentais.** 2. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502622555. Passos, Daniel Silva. **Intervenção Judicial nas Políticas Públicas** o Problema da Legitimidade. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502215986. **Elaboração e Implementação de Políticas Públicas.** Porto Alegre Ser - Sagah 2017 1 Recurso Online Isbn 9788595021952.

- **PRECEDENTES E JURISPRUDÊNCIA:** Sistemas 'civil law' e 'common law'. Os precedentes no direito brasileiro. Precedentes e ativismo. Análise crítica acerca da utilização dos precedentes: vantagens e desvantagens. Bibliografia Básica: Thamay, Rennan; Garcia Junior, Vanderlei; Frota Junior, Clóvis Smith. **Precedentes Judiciais.** São Paulo: Saraiva, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 978655598469. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Precedentes no Direito Administrativo.** Rio de Janeiro: Forense, 2018. 1 Recurso Online. Isbn 9788530980863. Câmara, Alexandre Freitas. **Levando os Padrões Decisórios a Sério:** Formação e Aplicação de Precedentes e Enunciados de Súmulas. São Paulo: Atlas, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788597014204. Bibliografia Complementar: Lima, Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira. **da Judicialização da Vida aos Precedentes Judiciais Obrigatórios.** Rio de Janeiro: Processo, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589351832. Amorim, Paula Alves De. **a Incorporação do Sistema de Precedentes no Direito Brasileiro:** Uma Análise a Partir da (In)Constitucionalidade da Prisão após a Condenação em Segunda Instância. 1. Ed. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589602224. Matias, Arthur José Jacon. **Precedentes: Fundamentos - Elementos - Aplicação.** 1. Ed. Leme: Jh Mizuno, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788577894383.

- **PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO:** A psicologia como ciência; Direito e psicologia; Conceitos básicos de psicologia geral para operadores do direito; Psicologia e a questão da normatividade; Estatística da personalidade humana; Dinâmica da personalidade; Psicologia do testemunho; A obtenção da evidência do decidido; Da perícia à psicologia judicial. Bibliografia Básica: Serafim, Antonio de Pádua; Saffi, Fabiana. **Psicologia e Práticas Forenses.** 3. Barueri: Manole, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9786555761344. Pinheiro, Carla. **Manual de Psicologia Jurídica.** 6. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553620728. Fiorelli, José Osmir; Mangini, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica.** 11. São Paulo: Atlas, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9788597027990. Bibliografia Complementar: Luíza Franco Rezende. **a Psicologia Jurídica e Proteção das Crianças e dos Adolescentes.** Contentus 99 Isbn 9786557453117. Serafim, Antonio de Pádua; Saffi, Fabiana. **Neuropsicologia Forense.** Porto Alegre: Artmed, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788582711828. Huss, Matthew T. **Psicologia Forense:** Pesquisa, Prática Clínica e Aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2011. 1 Recurso Online. Isbn



9788536325545. Psicologia Jurídica. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595025783.

- RESPONSABILIDADE CIVIL: Responsabilidade civil, Constituição Federal e dignidade humana. Responsabilidade civil e outros ramos do Direito. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade contratual e extracontratual. Abuso de direito e responsabilidade civil. Novos paradigmas da responsabilidade civil. Responsabilidade pressuposta. Responsabilidade civil do transportador. Do profissional liberal. Do segurador. Excludentes da responsabilidade civil. O dano e sua reparação. Punitive damages. Proteção do meio ambiente e responsabilidade civil. Bibliografia Básica: Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V.4** Responsabilidade Civil. 12. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547213008. Dehon, Miguel. **a Responsabilidade Civil e a sua Grassa no Direito Contemporâneo**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788593741647. Rosenvald, Nelson. **Novas Fronteiras da Responsabilidade Civil: Direito Comparado**. 1. Ed. Indaiatuba: Foco, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786555150902. Lopes, Othon de Azevedo. **Fundamentos da Responsabilidade Civil**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788593741401. Bibliografia Complementar: Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V.2** Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil. 12. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530974091. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 3** Responsabilidade Civil. 15. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547217228. Fernandes, Alexandre Cortez. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 1. Ed. Porto Alegre: Educus, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788570616760. Cavalieri Filho, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 12. Rio de Janeiro Grupo Gen 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000764.

- SUCESSÕES: Princípios gerais do direito sucessório. Sucessão legítima testamentária. Inventário e partilha. Sonegados. Colações. Bibliografia Básica: Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil** Direito das Sucessões. 21. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V. 4). Isbn 9788553618866. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 5** Família e Sucessões. 20. Rio de Janeiro Atlas 2020 1 Recurso Online Isbn 9788597024777. Pereira, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil, V. 6** Direito das Sucessões. 26. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985189. Rizzardo, Arnaldo. **Direito das Sucessões**. 11. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984762. Bibliografia Complementar: Lôbo, Paulo. **Direito Civil, V. 6** Sucessões. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553607914. Ana Carolina Brochado Teixeira; Gustavo Pereira Leite Ribeiro. **Manual de Direito das Famílias e das Sucessões**. Editora Processo 923 Isbn 9788593741135. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 6** Direito das Sucessões. 12. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983956.

- TEORIA DO DIREITO: Direito e suas definições. Direito e normatividade. Introdução às normas do direito brasileiro. Direito e legislação. Direito e justiça. Direito e moral. Direito e ciência. Fontes do Direito. Ramos do direito. Direito e interpretação. Teorias jurídicas. Bibliografia Básica: Nader, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 42. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530988876. Gusmão, Paulo Dourado De. **Introdução ao Estudo do Direito**. 49. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530979768. Justen Filho, Marçal. **Introdução ao Estudo do Direito**. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786559640577. Bibliografia Complementar: Venosa, Sílvio de Salvo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 6. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597018592. Reale, Miguel. **Teoria do Direito e do Estado**. 5. São Paulo Saraiva 2000 1 Recurso Online Isbn 9788502135437. Vesting, Thomas. **Teoria do Direito** Uma Introdução. São Paulo Saraiva 2015 1



Recurso Online (Idp). Isbn 9788502619623.

- TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO I: Princípios. Noções Gerais: Objeto e classificação. Constitucionalização do Direito Civil. Pessoa natural e pessoa jurídica. Capacidade. Domicílio. Bibliografia Básica: Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 1** Parte Geral. 21. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609505. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 1: Parte Geral.** 21. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 1 Recurso Online. Isbn 9786553628465. Araújo, Rogério Andrade Cavalcanti. **Direito Civil Brasileiro: Parte Geral.** 2. Ed. Indaiatuba: Foco, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555153637. Bibliografia Complementar: Nader, Paulo. **Curso de Direito Civil, V.1** Parte Geral. 10. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530969936. Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Código Civil Comentado e Anotado.** 2. São Paulo Manole 2017 1 Recurso Online Isbn 9788520454589. Fernandes, Alexandre Cortez. **Direito Civil: Introdução, Pessoas e Bens.** 2. Ed. Porto Alegre: Educ, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788570618740.

- TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO II: Bens: noções e classificações. Fatos e Atos jurídicos. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos Negócio Jurídico - Planos da existência, validade e eficácia. Defeitos dos atos jurídicos. Negócios jurídicos inexistentes, nulos e anuláveis. Forma e prova. Prescrição e decadência. Atos unilaterais. Bibliografia Básica: Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Código Civil Comentado e Anotado.** 2. São Paulo Manole 2017 1 Recurso Online Isbn 9788520454589. Nader, Paulo. **Curso de Direito Civil, V.1** Parte Geral. 10. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530969936. Fernandes, Alexandre Cortez. **Direito Civil: Introdução, Pessoas e Bens.** 2. Ed. Porto Alegre: Educ, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788570618740. Bibliografia Complementar: Código Civil Comentado Doutrina e Jurisprudência : Lei N. 10.406, de 10.01.2002. 11. São Paulo Manole 2017 1 Recurso Online Isbn 9788520454343. Negrão, Theotônio. **Código Civil e Legislação Civil em Vigor.** 35. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547218324. Cleyson de Moraes Mello. **Código Civil Comentado.** Editora Processo, 2021. 1261. Isbn 9786589351757.

- TEORIA GERAL DO PROCESSO: Formas de solução de conflito. Conceito e função da teoria geral do processo. Efetividade e Instrumentalidade do processo. Fontes Processuais: constituição, as leis, os tratados internacionais e os regimentos internos dos tribunais. Ramos do direito processual: processo civil, penal, trabalhista, militar, administrativo, processo coletivo, processo arbitral, juizados especiais. Jurisdição e Poder Judiciário. Princípios constitucionais do processo e a tutela processual dos direitos humanos e do meio ambiente. Sujeitos essenciais à distribuição da justiça, seus direitos e suas garantias. Direito de ação e direito de defesa. Classificações: ação penal, ações trabalhistas, civis. Crises jurídicas e espécies de tutela jurisdicional. Processo, relação jurídica processual e procedimento. Bibliografia Básica: Prieto, Renata Barros. **Teoria Geral do Processo.** Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595024946. Barroso, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. **Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento.** 18. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. (Sinopses Jurídicas ; V. 11). Isbn 9788553619986. Silva, Rodrigo Otávio Monteiro Da. **Teoria Geral do Processo.** 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786555173994. Bibliografia Complementar: Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V. 1** Teoria Geral do Direito Processual Civil, Processo de Conhecimento, Procedimento Comum. 61. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530989750. Mancuso, Rodolfo de Camargo. **Teoria Geral do Processo.** Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980788. Barroso, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. **Processo Civil** Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 17. São Paulo



Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V). Isbn 9788553608737.

- TÓPICOS DE DIREITOS SOCIAIS: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS DE JURISPRUDÊNCIA DO STF: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS DE JURISPRUDÊNCIA DO STJ: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO AMBIENTAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO CONSTITUCIONAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO CONTRATUAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO DE FAMÍLIA: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO DO TRABALHO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO EMPRESARIAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO INTERNACIONAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PENAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL PENAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.



- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITOS REAIS: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE JURISPRUDÊNCIA DO TST: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE PRÁTICA JURÍDICA EM DIREITO PRIVADO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE PRÁTICA JURÍDICA EM DIREITO PÚBLICO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TUTELA DE CONHECIMENTO: Da petição inicial à sentença e a coisa julgada. Bibliografia Básica: Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V. 1** Teoria Geral do Direito Processual Civil, Processo de Conhecimento, Procedimento Comum. 61. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530989750. Mello, Cleyson de Moraes. **Processo Civil: Teoria Geral do Processo - Processo de Conhecimento**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589351542. Carneiro, Paulo Cezar Pinheiro. **o Novo Processo Civil Brasileiro: Exposição Sistemática do Processo: de Conhecimento; nos Tribunais; de Execução; da Tutela Provisória**. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559645411. Bibliografia Complementar: Barroso, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. **Processo Civil Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento**. 18. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V. 11). Isbn 9788553619986. Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. **Curso de Direito Processual Civil, V. 2: Processo de Conhecimento e Procedimentos Especiais**. 16. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788553616053. Gaio Júnior, Antônio Pereira. **Código de Processo Civil Comentado: Lei Nº 13.105/2015 Atualizada pela Lei Nº 14.195/2021**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786556750941.
- TUTELA DE URGÊNCIA E DIREITO PROCESSUAL COLETIVO: Distinção e natureza das tutelas cautelar e antecipatória. Requisitos configuradores. Procedimentos da tutela cautelar e antecipatória formuladas em caráter antecedente. Tutela de evidência e seus consectários. Direitos coletivos em espécie e microsistema processual coletivo, principiologia processual coletiva, competência e legitimidade, coisa julgada nas ações coletivas.. Bibliografia Básica: Gaio Júnior, Antônio Pereira. **Código de Processo Civil Comentado: Lei Nº 13.105/2015 Atualizada pela Lei Nº 14.195/2021**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786556750941. Mello, Cleyson de Moraes. **Processo Civil: Procedimentos Especiais**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589351733. França, Bruna Simões; Nascimento, José Moacyr Doretto (Null). **Direitos Difusos e Coletivos: Direito do Consumidor, Ambiental, à Saúde, à**



Educação, à Cidade, à Moradia, ao Saneamento Básico, à Alimentação, ao Transporte Público, das Pessoas com Deficiência, das Pessoas Privadas de Liberdade, dos Idosos e Estatuto da Igualdade Social. São Paulo: Saraiva, 2021. 1 Recurso Online. (Defensoria Pública). Isbn 978655597806. Bibliografia Complementar: Santos, Ernane Fidélis Dos. **Manual de Direito Processual Civil, V. 3.** 15. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547212452. Coords.: Luís Antônio Giampaulo Sarro; Luiz Henrique Volpe Camargo; Paulo Henrique dos Santos Lucon. **Código de Processo Civil Anotado e Comentado.** Editora Rideel 1408 Isbn 9786557381335. Casebook de Processo Coletivo, Estudos de Processo a Partir de Casos, V. 1: Tutela Jurisdicional Coletiva. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. 1 Recurso Online. (Coleção Universidade Católica de Brasília). Isbn 9786556271279.

- TUTELA EXECUTIVA: Cumprimento de sentença. Processo de execução. Meios de defesa do executado. Suspensão e extinção da execução. Bibliografia Básica: Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. **Curso de Direito Processual Civil, V. 3: Execução, Processos nos Tribunais, Meios de Impugnação das Decisões.** 15. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553622777. Carneiro, Paulo Cezar Pinheiro. **o Novo Processo Civil Brasileiro: Exposição Sistemática do Processo: de Conhecimento; nos Tribunais; de Execução; da Tutela Provisória.** 2. Rio de Janeiro: Forense, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786559640867. Coords.: Luís Antônio Giampaulo Sarro; Luiz Henrique Volpe Camargo; Paulo Henrique dos Santos Lucon. **Código de Processo Civil Anotado e Comentado.** Editora Rideel 1408 Isbn 9786557381335. Bibliografia Complementar: Greco, Leonardo. **Comentários ao Código de Processo Civil, V. 16:** das Diversas Espécies de Execução: Artigos 797 a 823. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 978655591347. Gaio Júnior, Antônio Pereira. **Código de Processo Civil Comentado: Lei Nº 13.105/2015 Atualizada pela Lei Nº 14.195/2021.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786556750941. Mello, Cleyson de Moraes. **Processo Civil: Cumprimento de Sentenças Execução.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553780163.

- TUTELA JURÍDICA DOS GRUPOS MINORITÁRIOS E VULNERÁVEIS: Fundamentos constitucionais da proteção dos grupos minoritários e vulneráveis. Direito, diversidade e Minorias. Grupos, Etnias, Identidade Cultural e Heterogeneidade. Minorias étnicas, linguísticas e religiosas. Sistemas de proteção às minorias. Sistema de cotas. Lei de racismo. Igualdade, discriminação e inclusão. Direitos dos povos indígenas. Direito das mulheres e meninas. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Estatuto da pessoa com deficiência. Bibliografia Básica: Comparato, Fábio Konder. **a Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** 11. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547216139. Dimoulis, Dimitri. **Direito de Igualdade: Antidiscriminação, Minorias Sociais, Remédios Constitucionais.** São Paulo: Almedina Brasil, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786556273808. Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei N. 13.146/2015. 2. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788553612109. Alcântara, Alexandre de Oliveira. **Estatuto do Idoso: Comentários à Lei 10.741/2003.** 2. Ed. Indaiatuba: Foco, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9786555152715. Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos. 14. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786553621800. Bibliografia Complementar: Jubilut, Liliana Lyra. **Direito à Diferença, V.2** Aspectos de Proteção Específica Às Minorias e aos Grupos Vulneráveis. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online Isbn 9788502208803. Jubilut, Liliana Lyra; Rei, Fernando Cardozo Fernandes; Garcez, Gabriela Soldano. **Direitos Humanos e Meio Ambiente: Minorias Ambientais.** Barueri: Manole, 2017. 1 Recurso Online. Isbn 9788520455753. Zapater, Maíra. **Direito da Criança e do Adolescente.** São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. Isbn



9788553613106.Pan, Miriam. **o Direito à Diferença: Uma Reflexão sobre Deficiência Intelectual e Educação Inclusiva.** 1. Ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. 1 Recurso Online. Isbn 9788582125557.

- TUTELA RECURSAL: Precedentes judiciais. Ordem dos processos nos tribunais. Processos de competência originária. Recursos. **Bibliografia Básica:** Mello, Cleyson de Moraes. **Processo Civil:** Recursos e Processos nos Tribunais. 1. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786589351603. Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil, V. 2:** Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 9. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788553617746.Coords.: Luís Antônio Giampaolo Sarro; Luiz Henrique Volpe Camargo; Paulo Henrique dos Santos Lucon. **Código de Processo Civil Anotado e Comentado.** Editora Rideel 1408 Isbn 9786557381335. **Bibliografia Complementar:** Gaio Júnior, Antônio Pereira. **Código de Processo Civil Comentado:** Lei Nº 13.105/2015 Atualizada pela Lei Nº 14.195/2021. 3. Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786556750941. Silveira, Ricardo Geraldo Rezende. **Acesso à Justiça:** o Direito Fundamental em um Ambiente de Recursos Escassos. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788584935390. Araújo Júnior, Gediél Claudino De. **Prática de Recursos no Processo Civil.** 5. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597015843. Greco, Leonardo. **Instituições de Processo Civil, V.3** Recursos e Processos da Competência Originária dos Tribunais. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6834-8.

7.7. POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

O Colegiado de Curso realizou estudo de impacto do novo Currículo, analisando grupos de situações possíveis, e determina que o novo Currículo do Curso será implantado a partir do segundo semestre do ano letivo de 2024, para todos os estudantes do Curso.

8. POLÍTICAS

8.1. CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A UFMS oferece cursos de curta duração em "História e Culturas Indígenas" e "Gênero e Formação de Professores", além de organizar-se para propiciar a capacitação do corpo docente priorizando as seguintes áreas:

- Práticas Pedagógicas no Ensino Superior
- Formação Inicial de Docentes para o Ensino Superior
- Formação de Gestores para Cursos de Graduação

8.2. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Acerca da inclusão de pessoas com deficiência, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul define em seu Plano de Desenvolvimento Institucional ações de acessibilidade como aquelas que possibilitem a melhoria das condições educacionais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles que apresentam altas habilidades/superdotação e que necessitem de atendimento educacional especializado, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, mobiliários e ambientes externos e internos adaptados, garantindo a mobilidade com o máximo de autonomia.

A ampliação das oportunidades educacionais para os acadêmicos que apresentam necessidades especiais, em decorrência de alguma condição física, sensorial, mental, intelectual que o coloque em situação de incapacidade diante das diversas situações acadêmicas e de outra natureza, podem ser garantidas por meio



da acessibilidade. Portanto, no intuito de colaborar para tornar a UFMS acessível, têm sido feitas mudanças nas propostas curriculares que se expressam nos Projetos Pedagógicos de Cursos sendo revisados para colaborar com a perspectiva da educação inclusiva, de modo a atentar e atender à diversidade das características educacionais dos estudantes para iniciar um processo que lhes garanta mais que o acesso, mas também a permanência e o máximo de autonomia para concluírem o curso de ensino superior.

A Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Seaaf), responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam a acessibilidade e as políticas afirmativas na UFMS, também visa o atendimento do público-alvo da Educação Especial, o que inclui pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. De forma geral, como tais sujeitos requerem necessidades educacionais especiais que precisam ser consideradas para que sua trajetória acadêmica seja positiva, entre as atividades da Seaaf estão: avaliação das necessidades educacionais especiais dos acadêmicos; orientação a docentes, colegas e/ou familiares quanto às necessidades educacionais especiais do discente com deficiência, autismo ou altas habilidades; acesso à comunicação e informação, mediante disponibilização de materiais acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistiva, de serviços de guia-intérprete, de tradutores e intérpretes de Libras; coordenação de planos, programas e projetos de acessibilidade do Governo Federal no âmbito da Universidade e garantia da acessibilidade nas instalações da Universidade.

No caso do autismo ou de outros estudantes público-alvo da Educação Especial, a Seaaf os identifica por meio do Sistema de Controle Acadêmico. A partir da identificação, a Seaaf entra em contato com os discentes para diálogo e confirmação de dados, bem como para elaborar/planejar o atendimento que ele necessita no que diz respeito ao suporte para que sua vida acadêmica na Universidade possa ocorrer da melhor forma possível.

O atendimento ao acadêmico público alvo da Seaaf varia de acordo com as necessidades específicas de cada estudante. É realizada uma avaliação das condições do acadêmico, seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas; sua trajetória escolar e estratégias desenvolvidas diante de suas necessidades educacionais especiais; situação atual: demandas identificadas pelo acadêmico e por seus professores. Também é apresentada ao acadêmico a proposta de acompanhamento psicoeducacional, tanto de suporte psicológico, como pedagógico, trabalhando com o discente técnicas de estudo para acompanhamento da disciplina nas quais está matriculado. O atendimento é dinâmico, pois se analisa o resultado das ações a fim de se manter o que favorece o desempenho acadêmico e/ou planejar novas ações. A metodologia do ensino nas aulas regulares dos cursos da UFMS também segue estas diretrizes, pois cabe à equipe da Seaaf, quando solicitada, formular orientações referentes às necessidades educacionais especiais dos referidos estudantes. Adicionalmente, a Prograd disponibiliza à Proaes a listagem de disciplinas e docentes contempladas com o Projeto de Monitoria, uma vez que os monitores podem oferecer um suporte a mais para auxiliar o estudante caso apresente dificuldades com os conteúdos abordados no curso.

A Seaaf realiza a tradução e interpretação de conversações, narrativas, palestras e atividades didático-pedagógicas dentro do par linguístico Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, nos espaços da instituição e eventos por ela organizados, para atender as pessoas com Surdez priorizando as situações de comunicação presencial, tais como aulas, reuniões, atendimento ao público, e assessoria nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Toda a comunidade acadêmica da UFMS pode fazer a solicitação à Seaaf por meio de preenchimento de formulário na página da Proaes. O mesmo ocorre com o público alvo da Educação Especial, por meio do preenchimento de formulário de “Atendimento Educacional Especializado”, ambos na página da Proaes. Entretanto, o atendimento também é prestado caso a solicitação ocorra pessoalmente, por email, ou mediante Ofício Interno com material a ser traduzido em anexo.



Além disso, a política de inclusão da pessoa com deficiência envolve: a eliminação de barreiras físicas/arquitetônicas e atitudinais; adaptação de mobiliário; disponibilização e orientação para uso de tecnologias assistivas; e acessibilidade nos serviços, sistemas e páginas eletrônicas da UFMS. Evidentemente, este é um trabalho extenso e que ainda se encontra em andamento na instituição. Por fim, é válido expor que a garantia de acessibilidade corresponde às diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, pois tem como princípios: a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; a democracia na educação e a sustentabilidade socioambiental (conforme Resolução nº 1/2012-CNE/CP).

Cabe-se também esclarecer que a Seaaf colabora com a acessibilidade física/arquitetônica na UFMS por meio de destinação de recursos (quando disponíveis) e encaminhamentos à equipe de Arquitetura. A equipe da Diretoria de Planejamento e Gestão de Infraestrutura (Dinfra/Proadi) é responsável pela adequação dos prédios da UFMS. Para apoio institucional contamos com a Comissão Permanente de Acessibilidade, que analisa e encaminha as ações destinadas para esse público. Essa Comissão conta com representantes das pró-reitorias e é presidida por um representante da Seaaf/DIEST/Proaes. No âmbito do Câmpus, outras necessidades de natureza econômica ou social são monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

Por fim, as pessoas com deficiência serão objeto de atenção especial do Curso tanto no que diz respeito ao espaço em que a Advocacia se efetiva, quanto no plano pedagógico e nas ações do corpo docente e discente.

8.3. INCLUSÃO DE COTISTAS

Os cotistas terão um acompanhamento específico por parte da Coordenação de Curso ao longo do primeiro ano. Este acompanhamento inclui o monitoramento de seu desempenho acadêmico (como dos demais alunos) buscando identificar cedo possíveis **déficits** de aprendizagem que os estejam impedindo de prosseguir seus estudos de forma adequada.

O Curso oferece aos seus estudantes todo o material necessário ao desenvolvimento de atividades didático – pedagógicas (equipamentos, materiais, livros, etc.). Contudo, outras necessidades de natureza econômica ou social serão monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

8.4. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O processo de formação dos estudos do Curso de Direito do Campus de Coxim acontece a partir de uma visão global do conhecimento. Temas relativos aos direitos humanos, à ética, ao respeito ao ser humano, aos animais, à educação das relações étnico-raciais, ao ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, e à educação ambiental perpassam, de forma transversal, as disciplinas da Matriz Curricular do Curso incorporando esses aspectos educativos sob uma perspectiva integradora. A política de construção curricular contempla, portanto, nos seus diferentes níveis (matriz curricular, ementas, metodologias e estratégias de ensino) a incorporação dessas temáticas. A ideia central é a integração e contextualização, em todas as disciplinas, principalmente a partir de situações potencialmente problematizadoras.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

9.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

Em relação ao sistema de avaliação, praticar-se-á o previsto pela Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe ser 6,0 (seis) a



média mínima para a aprovação. O Plano de Ensino deverá prever um sistema de avaliação composto por, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa.

Para cada avaliação realizada, o professor deverá, em até dez dias úteis:

- Registrar no Siscad as notas das avaliações em até dez dias úteis após a sua realização/conclusão; e
- Disponibilizar aos estudantes as respectivas avaliações corrigidas até o dia de registro das notas, apresentando a solução padrão e respectivos critérios de correção.

Para cada disciplina cursada, o professor deverá associar ao estudante uma Média de Aproveitamento, com valores numéricos com uma casa decimal, variando de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

A aprovação nas disciplinas dependerá da frequência nas aulas e/ou participação nas aulas e/ou atividades pedagógicas assíncronas, bem como Média de Aproveitamento (MA) expressa em nota, resultantes das avaliações, de acordo com o Plano de Ensino da disciplina. Será considerado aprovado na disciplina, o estudante que obtiver, frequência igual ou superior a 75%, e Média de Aproveitamento, igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

A fórmula para cálculo da Média de Aproveitamento consiste na média aritmética, simples ou ponderada, das notas obtidas pelo estudante nas avaliações previstas no Sistema de Avaliação proposto para a respectiva disciplina.

A quantidade e a natureza das avaliações serão as mesmas para todos os estudantes matriculados na turma.

No caso de disciplinas ofertadas total ou parcialmente a distância, o sistema de avaliação do processo formativo contemplará as atividades avaliativas, a participação em atividades propostas no AVA UFMS e avaliações presenciais, respeitando-se as normativas pertinentes. As atividades avaliativas poderão ser realizadas a distância por meio do uso de TICs e só poderão ser presenciais e/ou síncronas se realizadas em horários e dias letivos presenciais definidos na lista de oferta, devendo ser planejadas para atendimento de todos os turnos dos cursos que possuem estudantes matriculados na respectiva turma/disciplina. A Agead disponibilizará guias didáticos com orientações acerca das possibilidades para a realização de atividades avaliativas por meio das TICs.

9.2. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Fundamentada na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e visa promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes (Enade), a UFMS designou uma equipe que compõe a Comissão Própria de Avaliação Institucional da UFMS (CPA/UFMS), que possui representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e um da sociedade civil organizada.

Cada Unidade da Administração Setorial (UAS) da UFMS tem uma comissão responsável pela avaliação correspondente à Unidade, denominada Comissão Setorial de Avaliação (CSA). A CPA e a CSA são regulamentadas institucionalmente pela Resolução nº 104, Coun, de 16 de julho de 2021. O mandato de seus membros é de três anos, permitida uma recondução por igual período.

As CSAs têm a mesma competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicadas no âmbito da Unidade, são a extensão da CPA nas unidades da UFMS. São responsáveis pela elaboração dos relatórios apontando as fragilidades e potencialidades, para o conhecimento dos gestores, Colegiados dos Cursos e demais instâncias para que indiquem de forma coletiva as ações que deverão ser implementadas, garantindo assim um processo formativo e contínuo da avaliação.

Os questionários para a avaliação encontram-se disponíveis no Sistema de Avaliação Institucional (SAI), por meio do link (<https://siai.ufms.br/avaliacao-institucional>) e cabe à Coordenação do Curso, ao Colegiado do Curso e à CSA a divulgação do mesmo junto aos estudantes. Por meio desse questionário os



estudantes da UFMS podem avaliar as disciplinas do semestre anterior e os respectivos docentes que ministraram as disciplinas, infraestrutura física, organização e gestão da instituição, políticas de atendimento ao discente, potencialidades e fragilidades do Curso, etc. Os dados desses questionários são coletados e utilizados pela CSA para elaboração do Relatório de Autoavaliação Setorial da Unidade e pela CPA para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional da UFMS (RAAI).

A UFMS também possui o Portal Dados Abertos que tem como objetivo proporcionar a abertura de dados na UFMS, buscando o cumprimento dos princípios da publicidade, transparência e eficiência, como também, a difusão de informações produzidas na Universidade, subsidiando a tomada de decisão por parte de gestores públicos e o controle social conforme o Plano de Dados Abertos da UFMS.

A fim de favorecer a gestão do curso e a melhoria contínua, a Coordenação de Curso realiza um Plano de Ação Anual, aprovado pelo Colegiado de Curso. Esse Plano de Ação apresenta ações, cronograma e responsáveis, demonstrando como ocorre a atuação da coordenação, sua participação em colegiados e comissões, o planejamento e a gestão acadêmica, bem como a administração da potencialidade do corpo docente do seu curso. Desse modo, o plano considera os resultados da avaliação externa - Enade, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Conceito de Curso (CC) decorrente de visitas in loco - e autoavaliação interna realizada pela CPA.

Além disso, cada Coordenação de Curso deverá realizar reuniões semestrais com o corpo docente e discente, visando refletir sobre os dados expostos nos relatórios de autoavaliação institucional e definir estratégias para melhoria do Curso. No que se refere especificamente à avaliação da aprendizagem, preservar-se-á o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

9.3. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DO CURSO

Os discentes participam da avaliação institucional, semestralmente, preenchendo o questionário de avaliação, disponibilizado em uma plataforma própria (SIAI), sendo um formulário sucinto no primeiro semestre, a partir do qual avaliam o desempenho do docente e seu próprio desempenho nas disciplinas cursadas no semestre e o atendimento oferecido por parte da Coordenação de Curso e um formulário mais completo, no segundo semestre, que agrega, aos aspectos anteriores, a infraestrutura geral da Instituição e o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. O trabalho de sensibilização do discente, no processo avaliativo, é conjunto com a Diretoria de Avaliação Institucional (Diavi), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Setorial de Avaliação (CSA), cabendo à CSA promover a sensibilização da sua respectiva Unidade.

Como incentivo à participação do discente no processo de avaliação, a resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS pode ser computada como parte da carga horária destinada às Atividades Complementares. No caso do Curso de Direito do CPCX, nas Atividades Complementares do Curso é possível que parte da carga horária dessas atividades seja cumprida pela resposta aos questionários da CPA. Acredita-se que este pode ser importante estímulo à participação do corpo discente no processo avaliativo. Outro elemento de participação obrigatória é o Enade, no ano em que o ciclo avaliativo engloba o Curso e é um componente curricular obrigatório, sem o qual o discente não pode concluir a graduação.

9.4. PROJETO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

A Diretoria de Avaliação Institucional é a Unidade responsável por coordenar e articular todas as ações de avaliação institucional desenvolvidas na UFMS. Entre outras competências, ela é responsável por conduzir os processos de avaliação internos no âmbito da Reitoria, da Administração Central e Setorial, e



apoiar a Diretoria de Inovação Pedagógica e Regulação (DIPER), e Secretaria de Regulação e Avaliação (SERAV), unidades vinculadas a Prograd, e a Pró-reitora de Pesquisa e Pós Graduação (Propp) nos processos de Relatório de Autoavaliação Institucional (Raai), Enade, Credenciamento, Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento e Avaliação dos cursos.

A CPA/UFMS disponibilizou uma página no site da UFMS (<https://cpa.ufms.br/>) para acesso aos documentos e relatórios como Autoavaliação Institucional e Relatórios de avaliação setoriais. A CPA/UFMS promove a avaliação constituída dos seguintes itens:

- avaliação discente;
- avaliação por docentes;
- avaliação pelos coordenadores;
- avaliação de diretores;
- avaliação por técnicos administrativos;
- questionamentos descritivos enviados aos setores administrativos da instituição e entrevistas.

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

10.1. ATIVIDADES ORIENTADAS DE ENSINO (QUANDO HOVER)

Esta componente é regulamentada pela Resolução n. 594/2022-Cograd, que aprovou o Regulamento das Atividades Orientadas de Ensino dos Cursos da UFMS, e sua gestão ocorre por meio do Sistema Siscad.

As Atividades Orientadas de Ensino são estudos orientados por um docente, realizadas por um acadêmico individualmente ou em grupo com o objetivo de induzir o conhecimento recente e inovador de uma subárea da área de formação do Curso e, no Curso de Direito do Câmpus de Coxim, constitui-se em Componente Curricular Não Disciplinar (CCND) que totaliza 68 (sessenta e oito) horas.

Dentre as possibilidades de atividades orientadas de ensino apresentadas no art. 1º, §1º da Resolução COGRAD n. 594/2022, opta-se no Curso de Direito do Câmpus de Coxim pela realização de estudos dirigidos (individuais ou em grupo, conforme a complexidade da atividade) que hão de ser desenvolvidos a partir de análise dogmática e jurídica da doutrina pertinente e da jurisprudência dos Tribunais brasileiros.

Tal atividade há de permitir: (a) a oportunidade de entendimento do objeto de estudo e de aprofundamento do conhecimento do estudante sobre temáticas relevantes e atuais para formação técnica-profissional considerando as Diretrizes Curriculares que regem a organização pedagógica dos Curso de Direito; e (b) a capacitação do discente em habilidades e competências satisfaçam os **standards** de excelência e perfil profissiográfico demandados pelas novas necessidades do mercado e da sociedade. Todas atividades hão de ser realizadas sob a supervisão e orientação do professor, ainda que desenvolvidas de forma autônoma com o protagonismo discente.

O professor-orientador destas atividades tem o papel de indicar leituras e atividades ao discente, de discutir com ele as temáticas estudadas, tirando as dúvidas do estudante e instruindo-o sobre quais procedimentos deve tomar. O produto final da Atividade Orientada de Ensino há de ser apresentado sob a forma de artigo a ser avaliado pelo professor-orientador.

Estas atividades deverão ser registradas por meio de Plano de Trabalho previamente aprovado pelo Colegiado de Curso. O professor-orientador deverá indicar ao Colegiado de Curso, ao final do período previsto no Plano de Trabalho, se o estudante cumpriu ou não os objetivos propostos.



10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares – AC, Componente Curricular Não Disciplinar – CCND, são reguladas pela Resolução nº 830-Cograd, de 1º de março de 2023, que aprova o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação da UFMS, nele existe a previsão de diversas atividades que podem ser realizadas pelos estudantes considerando sua formação geral, específica e as inovações na área do Curso.

A gestão e o aproveitamento das Atividades Complementares ocorrem por meio do Sistema Siscad. Neste sistema o estudante submete a documentação das Atividades Complementares para verificação da Coordenação de Curso que analisa e valida, no sistema, cada comprovante enviado.

Podem ser consideradas como Atividades Complementares, atividades realizadas na mesma área de conhecimento do Curso ou em áreas afins, em especial aquelas que desenvolvam no estudante as habilidades e competências para formação técnica, cidadã, sustentável e internacional. As atividades deverão ser realizadas pelo estudante ao longo do Curso, sendo que a sua conclusão não deverá exceder o prazo máximo de integralização curricular do estudante no Curso.

A carga horária total das Atividades Complementares deverá ser cumprida com pelo menos dois tipos de atividades diferentes, independentemente da carga horária cumprida em cada tipo. Além disso, para comprovar a execução e a sua participação efetiva nas atividades, o estudante deverá apresentar certificado, declaração ou outro documento com informações específicas das atividades realizadas.

10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) destaca a importância da extensão dentro das instituições de Ensino Superior, estabelecendo que a educação superior tem entre as suas finalidades promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição, bem como atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Assim, no Curso de Direito do CPCX/UFMS a extensão sempre estará presente entre as ações desenvolvidas por estudantes, professores e corpo técnico-administrativo, através do oferecimento de ações, projetos e programas de extensão, bem como eventos científicos abertos à comunidade.

As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para estes cursos. Este documento prevê a obrigatoriedade de no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular exigida para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Considerando a Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/14, a Curricularização da Extensão estará alinhada a Extensão já realizada no âmbito institucional e ao que se refere a ela, como os Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), os Projetos Políticos Institucionais (PPIs), de acordo com o perfil do egresso; além da moldura normativa estabelecida nos demais documentos normativos próprios.

Segundo o PDI integrado ao PPI da UFMS: O compromisso social da UFMS é a construção de uma sociedade mais justa, produtiva e permeada por valores virtuosos, na qual o impulso empreendedor deve dialogar com respeito ao coletivo e às heranças culturais e naturais. Um pressuposto indispensável para este



desenvolvimento é a difusão e a democratização do conhecimento em uma relação dialógica entre a UFMS e os diversos setores da sociedade.

Neste sentido, a extensão universitária é o principal eixo institucional capaz de articular e de contribuir significativamente para o desenvolvimento do estudante e da sociedade. Isto posto e considerando a Meta do Plano Nacional de Educação, o Curso de graduação em Bacharelado em Direito do Campus de Coxim prevê o cumprimento de 380 horas em Atividades de Extensão de forma transversal em componentes curriculares do Curso e/ou em componente curricular não disciplinar específica de extensão, de acordo com regulamento específico da UFMS, de forma a estimular a função produtora de saberes que visam intervir na realidade como forma de contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira. As atividades poderão ser desenvolvidas em projetos e programas de extensão institucionais ao longo do Curso, com ênfase em atividades práticas jurídicas no contexto do estágio obrigatório.

No contexto da curricularização da extensão, a principal forma de articulação entre ensino e extensão no percurso formativo discente ocorre por meio do Estágio Obrigatório – Prática Jurídica (Civil, Penal e Trabalhista). Como descrito, o Estágio integra o Eixo de Formação Prático-profissional e está organizado em quatro disciplinas denominadas “Estágio Obrigatório – Prática Jurídica Extensionista I”, “Estágio Obrigatório – Prática Jurídica Extensionista II”, “Estágio Obrigatório – Prática Jurídica Extensionista III” e “Estágio Obrigatório – Prática Jurídica Extensionista IV” apresentadas na Matriz Curricular, cada uma com 68h, totalizando 272h de atividades supervisionadas pelo corpo docente, orientadas para o atendimento da comunidade a ser realizado com o protagonismo discente.

Além da integração entre ensino, pesquisa e extensão proporcionada pelo Estágio Obrigatório – Prática Jurídica Extensionista, ocorrerá a realização de Atividades de Extensão através de projetos e ações de extensão no contexto de Componente Curricular Não Disciplinar (CCND) obrigatório correspondente a um total de 108 horas.

Em suma, considerando o total de horas de atividade de extensão em Componentes Curriculares Disciplinares (272 horas) e Componentes Curriculares Não Disciplinares obrigatórios (108 horas) alcança-se o montante de 380 horas, que são suficientes para cumprir os imperativos decorrentes da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e outros dispositivos normativos institucionais. Além disso, o Curso conta também com um total de 380 horas de Atividades de Extensão Optativas para atender casos específicos de discentes.

10.4. ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS (ESPECÍFICO PARA CURSOS DA EAD)

Não se aplica ao curso.

10.5. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO (QUANDO HOVER) E NÃO OBRIGATÓRIO

O Estágio Obrigatório do Curso de Direito CPCX é um componente curricular obrigatório, consideram a legislação acadêmica, o Regulamento de Estágio da UFMS, o Projeto Pedagógico de Curso e o Regimento do Núcleo de Práticas Jurídicas, visando à concretização do conhecimento da prática profissional. São oferecidas duas modalidades de estágio: obrigatório e não obrigatório. O primeiro é previsto no Projeto Pedagógico do Curso, tem uma carga horária mínima e seu cumprimento é requisito essencial para integralização do Curso. O segundo é de caráter opcional e complementar e poderá ser considerado Atividade Complementar.

O Estágio é um instrumento de iniciação profissional que colocará os acadêmicos diretamente no mercado de trabalho e deverá proporcionar ao corpo discente, condições de aperfeiçoamento pessoal e profissional, através da aplicabilidade de seus conhecimentos teóricos e práticos, permitindo exercer a profissão com qualidade, além de procurar despertar no acadêmico o interesse pela área científica.



No âmbito de tal modelo, experiência prática e aprendizado teórico conjugam-se com atividades de caráter extensionista, contribuindo para a integração universitária entre ensino, pesquisa, extensão e para a formação de profissionais capazes de oferecer respostas às demandas da sociedade contemporânea. Assim, concebe-se o estágio obrigatório sob o paradigma de um modelo caráter essencial e prioritariamente extensionista, em que a prática desenvolvida por alunos e alunas estará em interação dialógica com segmentos da sociedade externos com o protagonismo das discentes na realização de atividades relacionadas.

Ainda sobre o estágio obrigatório, tem-se como finalidade propiciar a complementação do ensino, organizando-se em acordo com os currículos e programas do Curso, a fim de instrumentalizar e operacionalizar a dinâmica teoria-prática, desenvolvendo o treinamento prático, o aperfeiçoamento técnico-científico-cultural e de relacionamento humano, buscando desenvolver ações inter e transdisciplinares a partir da realidade social da região onde o Curso está inserido.

A Comissão de Estágio (COE) de cada Curso é responsável pelo acompanhamento dos acadêmicos durante todo o processo de estágio, desde sua formalização por meio do Plano de Atividades e Termo de Compromisso, até sua conclusão e avaliação final, por meio dos relatórios (parciais e final) solicitados em caráter obrigatório. O estagiário conta ainda com o acompanhamento de um Professor Orientador e um Supervisor do Estágio. As atribuições da COE, do Professor Orientador, do Supervisor do Estágio e do Estagiário, bem como as normas relativas a cada modalidade de estágio estão estabelecidas no Regulamento do Estágio para os Acadêmicos dos Cursos de Graduação da UFMS (Resolução nº 706, Cograd, de 8 de dezembro de 2022) e suas posteriores alterações.

10.6. NATUREZA DO ESTÁGIO

A natureza da orientação do Estágio ocorre sob supervisão direta do Curso. O Estágio é regido pelo estabelecido no Regulamento de Estágio da UFMS (Resolução nº 706/2022-Cograd) e pelo previsto neste PPC, com as definições das relações de orientação e supervisão do estagiário, e contemplando, ainda, estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho, em consonância com as competências almejadas para o egresso.

10.7. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Os estudantes são incentivados à participação em diferentes atividades, tais como:

- Atividades de monitoria;
- Projetos de Ensino e Graduação (PEG);
- Programas/projetos/atividades de iniciação científica, de iniciação à docência e/ou em práticas de investigação;
- Participação em Grupos de Estudo;
- Participação em Liga Acadêmica;
- Participação em Organização de Eventos;
- Atividades articuladas com a comunidade;
- Atividades de extensão com enfoque nas necessidades do município;
- Atividades decorrentes do recebimento de Bolsa Permanência;
- Vivências nos Processos de Gestão da UFMS/CPCX - participação em órgãos colegiados, em comitês ou comissões de trabalhos não relacionadas a eventos.

10.8. PRÁTICA DE ENSINO (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.9. PRÁTICA DE ENSINO NA ÁREA DE SAÚDE (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MEDICINA)



Não se aplica ao curso.

10.10. PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA)

Não se aplica ao curso.

10.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (QUANDO HOVER)

O Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular não disciplinar (CCND) obrigatório perfazendo um total de 68 horas de atividades relacionadas. Nota-se que a elaboração do Trabalho de Curso (TCC) é um dos requisitos necessários para o Curso de Direito e será desenvolvido individualmente pelo acadêmico através da Componente Curricular "Trabalho de Conclusão de Curso", sob a orientação docente, devendo apresentar um artigo de caráter científico e jurídico, conforme a metodologia estabelecida nas regras de normalização a ser avaliado perante uma banca, composta pelos professores: Orientador e dois Examinadores, indicados pela Coordenação de Trabalho de Curso de Direito/CPCX. As atividades relacionadas com o Trabalho de Conclusão de Cursos são regidas em conformidade com as disposições do Regulamento de TCC da UFMS aprovado pela Resolução COGRAD/UFMS nº 595/2022.

Nestes termos, conforme o art. 8º do Regulamento de TCC da UFMS, a avaliação será realizada por Banca Avaliadora, por meio de defesa e arguição oral, sobre o tema escolhido para o Trabalho.

As pesquisas envolvendo seres humanos ou animais serão submetidas aos Comitês de Ética homologados pelo Conep da UFMS.

O manual com as regras do TCC está disponibilizado na página do Curso (<https://cpcx.ufms.br/direito>) e serve como apoio à sua produção. Os trabalhos apresentados são disponibilizados em repositórios institucional próprio, acessível pela internet (<https://repositorio.ufms.br/>).

11. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS (OBRIGATÓRIO PARA CURSOS EAD)

No caso de disciplinas ofertadas total ou parcialmente a distância, a produção de material didático será realizada pelo professor da disciplina em conjunto com a Equipe Multidisciplinar de Produção da Agência de Educação Digital e a Distância (Agead), e validado pela Equipe Multidisciplinar de Validação da Agead. A avaliação do material didático será referente apenas à carga horária a distância vinculada à oferta da disciplina e a recomendação do material é condição necessária para a oferta de carga horária a distância (total ou parcial). Cabe ressaltar que o material didático deverá ser produzido e validado antes da publicação da aprovação da oferta da disciplina.

O material didático deverá ser composto por tecnologias e recursos educacionais abertos (de preferência com licenças livres) em diferentes suportes de mídia, favorecendo a formação e o desenvolvimento pleno dos estudantes e assegurando a acessibilidade metodológica e instrumental. Tais materiais didáticos são categorizados em:

- Livros e **e-books**;
- Tutoriais;
- Guias didáticos;
- Videoaulas;
- Podcasts;
- Revistas e artigos científicos;
- Jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular e laboratórios virtuais;



- Apresentações interativas, imagens e infográficos; e
- Objetos de aprendizagem interativos.

Todo material didático desenvolvido para a carga horária a distância deverá ser capaz de atender o Plano de Ensino, considerando os objetivos de aprendizagem, abrangência, aprofundamento e coerência teórica, acessibilidade metodológica e instrumental e adequação da bibliografia às exigências da formação, além de apresentar linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores, características essas que serão avaliadas pelo Colegiado de Curso, conforme as normativas institucionais.

12. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

O Curso de Direito conta com cinco salas de aula, todas com projetor instalado, com capacidade para 50 alunos cada uma. O Curso ainda conta com espaços comuns como Laboratório de Informática, Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores, Anfiteatro, Biblioteca e Cozinha Acadêmica, além de sala de professores para trabalho integral e espaço para os trabalhos da Coordenação do Curso. Os espaços recebem manutenção periódica, sendo climatizados e possuindo mobiliário adequado à execução das atividades com conforto e praticidade.

O Câmpus de Coxim tem capacidade para 800 acadêmicos, possuindo condições estruturais de expansão para acomodar as necessidades exigidas para a consolidação e ampliação do Curso de Direito. Atualmente, possui a sala para coordenador, sala coletiva de professores, biblioteca física e **online**, laboratório de informática, sala de vídeo conferência, Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores, Anfiteatro e Cozinha Acadêmica, além de acesso a **internet** no Câmpus. No contraturno, há salas de aula disponíveis para que os docentes façam atendimento individual ou em grupo a acadêmicos. A construção de mais salas de aula e demais espaços, no caso de eventual necessidade, será realizada em tempo devido. De qualquer forma, destaca-se que o Curso de Direito do Câmpus de Coxim já tem à sua disposição todos elementos estruturais para o desenvolvimento de suas atividades e para o atendimento adequado das demandas do corpo docente e de seus discentes.

O Escritório Modelo de Assistência Judiciária da UFMS (EMAJ), responsável pelo núcleo de práticas jurídicas, encontra-se localizado na Prefeitura Municipal de Coxim, com duas salas em um espaço físico em área central da cidade, de forma a propiciar aos acadêmicos um espaço adequado para a realização das atividades relacionadas com a prática jurídica no contexto da atividade extensionista e para a garantia de um acesso facilitado na população à assistência jurídica.

Em situações que envolvem julgamentos simulados, as atividades se realizam no Tribunal do Júri no Fórum da Comarca de Coxim, que disponibiliza o espaço do para que o curso de Direito possa realizar as suas atividades de simulação prática.

O anfiteatro do campus de Coxim possui capacidade para 106 pessoas, viabilizando a realização de palestras e eventos relacionados ao curso, além de sala de vídeo conferência que permitirá a integração dos acadêmicos de Coxim em eventos realizados em outros *campi* da UFMS e até mesmo a participação em eventos nacionais.

O curso de Direito do campus de Coxim conta com uma sala de docente localizada no campus, com equipamento individual de condicionador de ar, boa iluminação, circulação de ar, boa manutenção, mesas e cadeiras de ótima qualidade. Todos os docentes contam com um computador conectado à internet via rede cabeada ou wi-fi. Cada sala conta com ao menos um armário metálico que pode ser trancado à chave, garantindo a guarda segura de documentos e equipamentos. Assim, os espaços de trabalho para docentes em tempo integral viabilizam ações



acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, atendimento aos estudantes, atendimento aos bolsistas, e demais ações. Quando necessário, o atendimento privativo pode ser realizado na sala específica, mediante agendamento ou também via google meet pelas plataformas institucionais.

O Coordenador de Curso, além de possuir sala docente, conta também com uma Sala de Coordenação (com bom mobiliário próprio e ar condicionado) para atendimento privado de estudantes em plenas condições de conforto. Para atendimento de grupos grandes de alunos (superiores a 15 discentes) também é possível o agendamento da sala de reuniões, localizada no mesmo piso. O espaço de trabalho para o coordenador viabiliza as ações acadêmico administrativas, possui equipamentos adequados (computador, ar condicionado, telefone, internet cabeada e wi-fi, impressora), oferece condições para atendimento das necessidades institucionais específicas da coordenação, pois permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade, devido a infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho (presencial ou virtual). Em relação aos recursos tecnológicos, a Coordenação de Curso conta com acesso aos sistemas de gestão acadêmica que permitem o monitoramento das atividades docentes e discentes, caracterizando formas distintas de trabalho.

13. PLANO DE INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

O Projeto Pedagógico contempla os avanços tecnológicos educativos e se apresenta como espaço para a produção de conhecimento e para a inovação. Será incentivado a utilização de tecnologias modernas e de didáticas diversificadas podendo, assim, otimizar e aperfeiçoar a qualidade do processo formativo e a produção do conhecimento. Cabe salientar que a proposta apresentada contempla um número significativo de disciplinas que serão ministradas com o apoio de laboratórios de informática equipados com softwares atualizados e adequados às finalidades dos conteúdos.

Neste contexto, as tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo formativo permitem a execução do Projeto Pedagógico de Curso, garantindo a acessibilidade digital e comunicacional, promovendo a interatividade entre docentes e discentes, assegurando o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitando experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

Neste sentido, o Curso conta com Sistema Acadêmico (Siscad) no qual os docentes disponibilizam os planos de ensino das disciplinas e alimentam o Diário de Classe. Aludido Sistema pode ser acessado por qualquer aluno ou aluna até mesmo através de aplicativo em telefone móvel. Quaisquer demandas institucionais são processadas via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ambiente no qual há, inclusive, a gestão das Componentes Curriculares Não Disciplinares (CCNDs), Trabalho de Conclusão de Curso, entre os quais, oferta de vagas, aceite de orientação, depósito dos trabalhos (acompanhados dos termos de autenticidade), organização das defesas e seus respectivos documentos (atas de defesa, certificados e declarações de participação).

Além das mídias digitais disponíveis, a instituição também oferece um Ambiente Virtual de Aprendizagem, espaço no qual é possível a interação entre estudantes e professores e conseqüente realização de estudos dirigidos ou demais atividades à distância, possibilitando a execução das atividades didáticas até mesmo em períodos de crise ou pandemias.

A Coordenação de Curso e cada servidor dispõe de um e-mail institucional, facilitando a comunicação entre os diferentes atores que compõem a instituição e o público externo. Através do e-mail institucional, os servidores ainda conseguem acessar outras plataformas ou ferramentas do Google, entre as quais o



Google Drive, o Google Meet, entre outros instrumentos.

Por fim, é importante destacar que quaisquer informações, normas, formulários e demais documentos da UFMS e do Curso de Direito do do Câmpus de Coxim (CPCX) podem ser encontrados em página institucional disponível na internet (<https://cpcx.ufms.br/direito>).

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Pedagógico de Curso de Direito —Bacharelado — CPCX contempla todos os aspectos julgados relevantes no presente contexto educacional. É um projeto concebido a partir da concepção do ser humano como uma totalidade historicamente construída. Seres humanos não nascem prontos, mas se desenvolvem em interação com outros seres humanos em um espaço intersubjetivo no qual a construção de significados se dá pela internalização de significados socialmente construídos e sua interação com a história particular daquele sujeito que constrói significados.

Também permeia o presente projeto, a ideia de que a construção de significados não acontece em um único momento, mas acontece pela retomada dos mesmos conceitos, ideias ou princípios em diferentes contextos formativos. Neste sentido, incorporamos a ideia de isomorfismo entre o espaço da formação e o espaço profissional, buscando aproximar as metodologias e procedimentos de ensino ao que se espera que o futuro advogado desenvolva no espaço de trabalho.

A compreensão de que o estudante universitário é um sujeito pleno, cuja formação técnica é importante, mas não exclusiva, nos leva a estruturar o Curso de Direito em um **locus** de formação em outras dimensões do ser, principalmente as dimensões política, social, ética, cultural e de desenvolvimento pessoal. Este Projeto Pedagógico é uma proposta educacional que deverá estar em permanente processo de aprimoramento, buscando incorporar avanços no sentido de ampliar as condições de formação do bacharel em Direito.

15. REFERÊNCIAS

- BRASIL, MEC. **Parâmetros curriculares nacionais**: Documento Introdutório. Brasília, 1996.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.mec.gov.br/home/ftp/LDB.doc>. Acesso em 18 de janeiro de 2019.
- HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem**. 4 ed. São Paulo. Ática. 1994.
- INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.
- MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área do Direito** RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104111-rces005-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 de janeiro de 2019.
- IBGE. **Cidades**. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 9 de agosto de 2024.
- _____. **Panorama do Censo 2022**. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 9 de agosto de 2024.



2024.

- SANTOS, D.; PRIMI, R. **Desenvolvimento socioemocional e aprendizado escolar** - Uma proposta de mensuração para apoiar políticas públicas. Instituto Airton Senna. São Paulo. 2014.
- SEMADE. **Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul**, 2015. Relatório Técnico. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul, novembro, 2015. Disponível em: <http://bdeweb.semade.ms.gov.br/bdeweb/>. Acesso em 9 de agosto de 2024.
- SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. Relatório Técnico. Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior, 2015. Disponível em: <http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>. Acesso em 9 de agosto de 2024.